

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2012

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Ficha Técnica

Título - Relatório de Atividades 2012 da DGPRM

Data de finalização - Março de 2013

Coordenação - Gabinete de Assessoria Técnica à Direção
Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Av. Ilha da Madeira, 1 - 4º Piso

1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3010001 / (21)3011173

Fax: (21)3013037

E-mail: dgprm.geral@defesa.pt

URL: <http://www.mdn.gov.pt>



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

INDICE

Nota de Apresentação do Relatório 2012	5
Missão e Programas	6
QUAR 2012	7
Relatório de Auto-Avaliação	8
Avaliação dos Objectivos Operacionais das Unidades Orgânicas	65
Glossário/Listagem síntese de Programas e Acções do Relatório de Actividades	85

Programas e Acções

01 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Qualificação e Formação	93
02 Dimensionar os RH	100
03 Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH	104
04 Participar na Cooperação Técnico-Militar	115
05 Assegurar o cumprimento dos Deveres Militares	117
06 Promover a Profissionalização do Serviço Militar	122
07 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar	129
08 Fomentar o Bem-Estar Social dos RH	141
09 Apoiar os Antigos Combatentes	147
10 Estudos, Planeamento, Avaliação, Modernização e Informação à Gestão	154
11 Gerir os Recursos da DGPRM	160
12 Explorar os Sistemas de Informação da DGPRM	167
13 Fomentar a Educação Física e Desporto Militar	172
14 Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e Segurança)	176
15 Gestão de Projetos	179



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Anexos 181

Balanço Social 2012

Execução orçamental 2012 da DGPRM (DGPRM, DSSASAC, DDN, Propinas e PALOP´s)

Gestão documental

Organograma

Rede informática

Instalações



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O Relatório de Atividades 2012 da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), reflete o enquadramento jurídico atribuído pelo Decreto-Lei n.º 122/2011, de 18 de Dezembro, que aprovou a nova orgânica do Ministério da Defesa Nacional, assim como o Decreto-Regulamentar n.º 6/2012, de 18 de Janeiro, a Portaria n.º 93/2012, de 3 de Abril, o Despacho n.º 7790/2012, de 6 de Junho, e o Despacho n.º 12568/2012, de 31 de Agosto.

Divulga-se este documento nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, que se fundamenta nos programas e ações apresentadas no Plano de Atividades para 2012 (2ª versão).

Inserem-se neste Relatório a avaliação do serviço realizada no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2012) de acordo com a alínea e) do art.º 8º e n.º 2 do art.º 5º do Decreto-Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro. Agregam-se ainda o Relatório de Auto-avaliação do serviço, a análise e apreciação dos objetivos globais/operacionais das unidades orgânicas (definidos 29 objetivos e 64 iniciativas) e procede-se à descrição detalhada das 112 ações efetivadas (16 projetos, 12 atividades de manutenção e 84 atividades correntes) que corporalizam os 15 programas das áreas organizacionais da DGPRM.

Merecem um relevo peculiar algumas ações que, pela sua essência e relevância e meios que envolvem assumem particular destaque para a Direcção-Geral:

- *Dia da Defesa Nacional* (planeamento, divulgação, execução e monitorização);
- *Desenvolvimento de estudos, propostas, produção e revisão legislativa nas áreas de:* política de qualificação e formação militar; regulação do sistema de recursos humanos nas matérias estatutárias e gestão de efectivos; aperfeiçoamento do sistema retributivo; políticas referentes aos deveres militares e profissionalização do serviço militar; políticas de saúde, assistência e bem estar social das Forças Armadas; política de apoio aos antigos combatentes; estudos, planeamento e modernização da gestão; gestão financeira, administrativa, de pessoal e sistemas de informação; assistência religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança; educação física e desporto militar e gestão de projetos.

O orçamento executado global da Direcção-Geral em 2012 (incluindo o Apoio aos Antigos Combatentes, DDN, Propinas e PALOP's) perfaz 4.576.614,35 €, cujo detalhe se apresenta em anexo.

Os resultados atingidos só foram exequíveis, mercê de uma equipa formada por dirigentes e trabalhadores, que em conjunto integram uma realidade de que muito me orgulho chamada Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

Lisboa, 15 de Março de 2013

O DIRETOR-GERAL

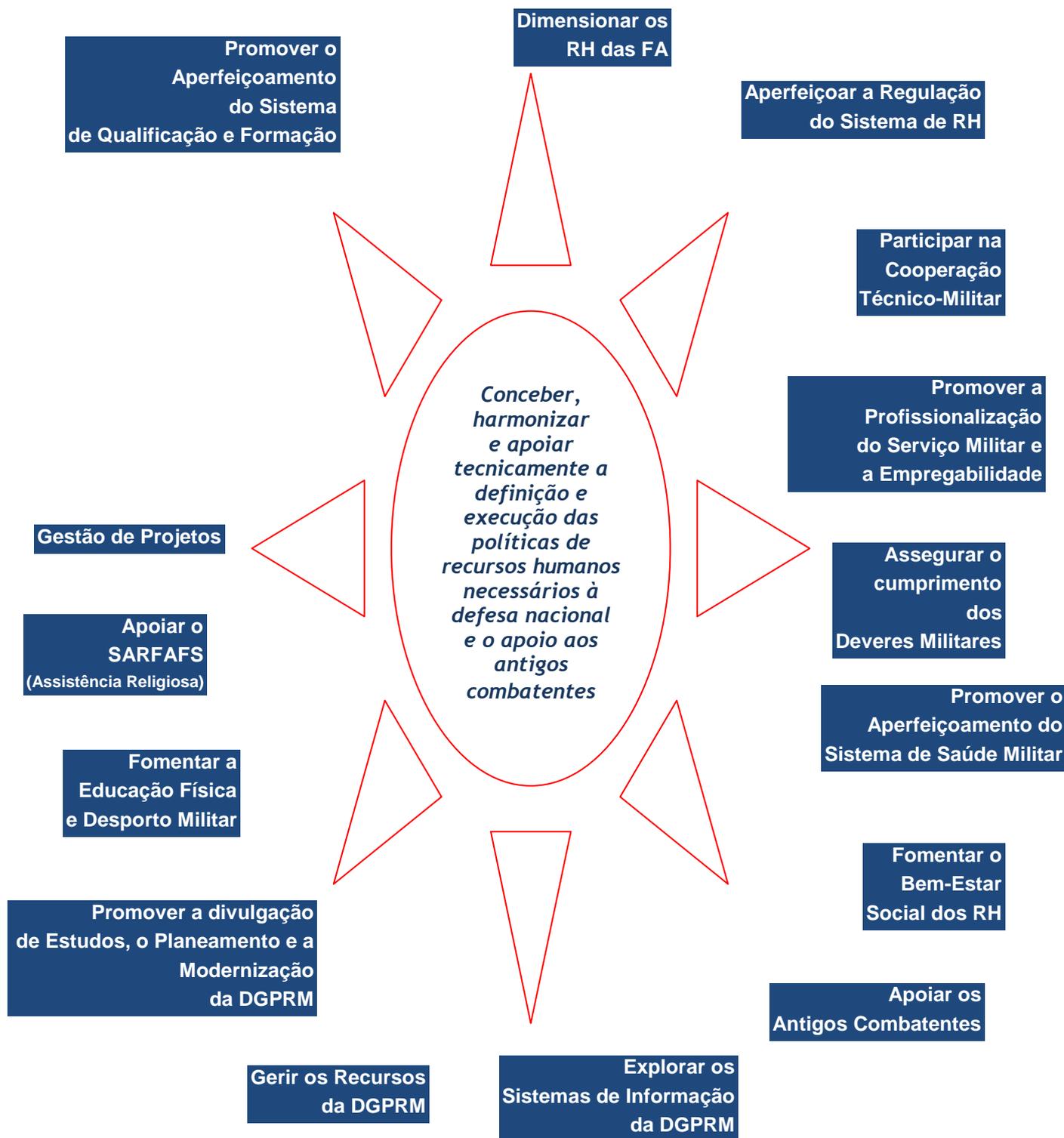
Alberto Rodrigues Coelho

(assinatura digitalizada)



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

MISSÃO E PROGRAMAS





QUAR 2012

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2012

Ministério da Defesa Nacional

MISSÃO: A DGPRM tem por missão conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional e o apoio aos antigos combatentes.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2012	TAXA REALIZAÇÃO
OE1 - Reforçar a eficiência dos recursos e dos instrumentos de gestão da DGPRM, bem como a valorização dos recursos humanos da Defesa Nacional.		
OE 2 - Garantir a actualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE*		
OE3 - Melhorar a eficiência dos serviços prestados pela DSRASM		
OE4 - Satisfazer as expectativas dos militares e ex-militares abrangidos pela legislação em vigor.		

Objectivos Operacionais

Eficácia **Peso** **40%**

O1. (OE1) Produção de relatórios resultantes da recolha de dados reportados pelos ramos nos termos estabelecidos na LOE2012 **Peso:** **25%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
1-Produção de 1 relatório de monitorização dos efectivos militares concluído até 30 de Abril			121	2	110	33,00	Abril	121	100,00%	Atingiu	100,00%
2-Produção de 1 relatório de monitorização dos efectivos militares concluído até 31 de Julho			91	2	85	33,00	Agosto	86	120,83%	Superou	120,83%
3-Produção de 1 relatório de monitorização dos efectivos militares concluído até 31 de Outubro			92	2	86	34,00	Dez.	80	135,00%	Superou	150,00%

O2. (OE3) Assegurar a positividade dos níveis de apreciação da 8ª edição do DDN (escala de 1 a 7) **Peso:** **25%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
4-Análise dos inquéritos realizada até 31 de Agosto			4,5	0,4	5,2	100,00	Agosto	5,198	124,93%	Superou	124,93%

O3. (OE3) Promover o adequado desenvolvimento do Regulamento e Incentivos **Peso:** **25%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
5-Data de elaboração de relatório de monitorização (em dias)			213	10	183	30,00	Agosto	218	100,00%	Atingiu	100,00%
6-Data de entrega do estudo comparado (em dias)			244	10	214	30,00	Agosto	230	111,67%	Superou	111,67%
7-Data da elaboração da nova proposta RI (em dias)			274	10	244	40,00	Dez.	272	100,00%	Atingiu	100,00%

O4. (OE4) Satisfazer as expectativas dos militares e ex-militares abrangidos pela legislação em vigor **Peso:** **25%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
8 -Graudesatisfação percebida em inquéritos apresentados O1			85,00%	5,00%	96%	100,00	Dez.	97,4%	128,25%	Superou	128,25%

Eficiência **30%**

O5. (OE1) Produção de um estudo relacionado com as questões do ensino e formação das Forças Armadas e do impacto do mesmo no sistema de profissionalização **Peso:** **30%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
9-Data de entrega do relatório final do estudo das desistências do RV/RC (em dias)			90	10	60	100,00	Agosto	90	100,00%	Atingiu	100,00%

O6. (OE1) Reduzir os custos de manutenção e operação **Peso:** **40%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
10 - Redução de custos (%)		8,30%	2,50%	0,30%	4,0%	100,00	Dez.	5,5%	135,00%	Superou	138,33%

O7. (OE1) Formação dos trabalhadores em áreas reveladas estratégicas para a DGPRM **Peso:** **30%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
11-Nº de colaboradores abrangidos por acções de formação até 31 de Dezembro		98	65	5	75	100,00	Dez.	90	135,00%	Superou	162,50%

Qualidade **Peso: 30%**

08. (OE1) Actualizar e otimizar os instrumentos de gestão e apoio à decisão **Peso: 50%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
12-Data de entrega do plano de actividades para 2012 (em dias)			352	30	319	50,00	Dez.	294	135,00%	Superou	143,94%
13-Data de entrega dos relatórios de actividades, auto-avaliação dos serviços e sintético (em dias)			85	5	75	50,00	Agosto	74	127,50%	Superou	127,50%

09. (OE2) Consolidar e manter actualizado o sistema de informação de suporte à base de dados de deficientes militares **Peso: 50%**

INDICADORES	2010	2011(E)	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
14-Data de entrega de relatório (em dias)			355	10	335	100,00	Dez.	352	100,00%	Atingiu	100,00%

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

AVALIAÇÃO FINAL

Eficácia

Eficiência

Qualidade

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	20	22,57	2,57
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	16	208	168,85	-39,15
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	1212	758,53	-453,47
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	9	9	0
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	472	225,42	-246,58
Encarregado geral operacional	7	0	0	0
Encarregado operacional	6	0	0	0
Assistente operacional	5	85	40,2	-44,8
Total		2006	1224,57	-781,43

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	3009495	2049828,35	-959666,65
Despesas c/Pessoal	2391491	1848466,97	-543024,03
Aquisições de Bens e Serviços	512366	179960,14	-332405,86
Outras despesas correntes	105638	21401,24	-84236,76
PIDDAC	0	0	0
Outros valores	544000	411441,69	-132558,31
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	3553495	2461270,04	-1092224,96

Indicadores _ Fonte de Verificação

Fontes de Verificação

- 1 - Relatório trimestral
- 2 - Relatório trimestral
- 3 - Relatório trimestral
- 4 - Relatório do resultado dos inquéritos
- 5 - Relatório
- 6 - Estudo
- 7 - Proposta
- 8 - Questionário
- 9 - Proposta final
- 10 - Execução orçamental
- 11 - Relatório de formação de 2012
- 12 - Plano de actividades
- 13 - Relatórios
- 14 - Relatório



RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Nota Introdutória

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, estabelece que o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho da Administração Pública visa contribuir para a melhoria do desempenho e qualidade do serviço, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores, bem como para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências.

Prevê o citado diploma legal, o sistema de avaliação dos serviços públicos visa reforçar na Administração Pública uma cultura de avaliação e responsabilização, vincada pela publicitação dos objetivos dos serviços e dos resultados obtidos, em estreita articulação com o ciclo de gestão, sendo que a autoavaliação - de carácter anual e obrigatório - consta do relatório de atividades a divulgar na página eletrónica do serviço,juntamente com o seu QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização).

A Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), cumprido o ciclo de gestão de 2012, e de forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, elaborou-se o presente relatório de autoavaliação, expressando o mesmo, os resultados alcançados e os desvios verificados, tendo presente os objetivos previamente fixados no QUAR 2011.

Em cumprimento com o disposto atrás referido, procede à elaboração do Relatório de Autoavaliação devendo o mesmo ser feito com base no QUAR, evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados. Neste instrumento encontram-se os objetivos, indicadores e metas quantificados permitindo, nos termos da lei, uma medição da sua concretização.

Com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório foi solicitada, aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios verificados.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Metodologia adotada

A implementação do QUAR de 2012 pressupôs o melhoramento em relação ao ano transato, no que se refere a definição dos objetivos, quer estratégicos quer operacionais. Exigiu ainda uma maior preocupação com o estabelecimento de um conjunto de procedimentos visando a definição dos objetivos, bem como assegurar o cumprimento dos objetivos operacionais definidos para o ano em apreço.

Neste contexto, foi elaborado um modelo disponibilizado a todas as unidades orgânicas, no sentido de recolher contributos necessários para a elaboração do QUAR 2012 (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

A informação assim obtida foi posteriormente sistematizada e harmonizada, sendo objeto de reanálise e correção pelas unidades orgânicas, sendo posteriormente elaborado o documento final.

A coordenação do processo e a elaboração do relatório foram da responsabilidade da Divisão de Estudos Planeamento e Gestão de Recursos (DEPGR).

Foram realizadas monitorizações quadrimestrais (abril, Agosto e Dezembro), procedendo-se assim ao acompanhamento do grau de execução do QUAR, nomeadamente à identificação e análise dos desvios detetados.

O presente relatório contém a informação indicada no nº 1 do artigo 15º, bem como a informação adicional prevista no nº 2 do supra referido normativo, tendo a seguinte estrutura:

- Estrutura Orgânica;
- A autoavaliação do QUAR (Resultados alcançados e desvios verificados);
- A apreciação pelos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços;
 - Audição externa (inquéritos do DDN e da DSSASAC)



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

- A Avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desenvolvimento;
- Audição dos dirigentes intermédios e trabalhadores na autoavaliação do serviço;
 - Audição interna (inquéritos aos dirigentes e trabalhadores).
- Avaliação Final.

Estrutura orgânica

De acordo com a Portaria nº 93/2012, de 03 de abril, com o Despacho nº 7790/2012, de 06 de junho e o Despacho 12 568/2012, de 26 de setembro, publicados na 2ª série do Diário da República nºs 67, 110 e 185, respetivamente, integram três unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível é composta por seis Divisões e uma Equipa multidisciplinar, com as seguintes designações (ver organograma em anexo):

- **A Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional, (DSRHDN)**, que compreende a Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade (DEFE) e Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos (DCRE);
- **A Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar (DSRASM)**, que compreende a Divisão de Recrutamento e Deveres Militares (DRDM);
- **A Direção de Serviços de Saúde e Assuntos Sociais e Antigos Combatentes (DSSASAC)**, que compreende a Divisão de Saúde Militar (DSM) e a Divisão de Assuntos Sociais (DAS)
- **Divisão de Estudos Planeamento e Gestão de Recursos (DEPGR)**
- **Gabinete de Gestão de Projetos (GAB/GEP)**



Autoavaliação

Resultados alcançados e desvios verificados

A DGPRM, tem como enquadramento legal o Decreto- regulamentar nº 06/2012, de 18 de janeiro, que define a missão e o prosseguimento das atribuições da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

MISSÃO

Conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional e o apoio aos antigos combatentes

Atribuições

a) Estudar, propor e assegurar a concretização das medidas de política de recursos humanos, militares, militarizados e civis, respetivos regimes jurídicos e demais legislação aplicável, assim como propostas relativas à convocação dos recursos necessários à prossecução dos objetivos permanentes da política de defesa nacional e mobilização nos termos da Lei do Serviço Militar;

b) Analisar e propor as medidas relativas aos vínculos, carreiras e remunerações do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas;

c) Conceber, planear e executar o processo de recenseamento militar;

d) Desenvolver, planear e coordenar a política de recrutamento militar e assegurar, em articulação com os ramos das Forças Armadas, a execução dos vários processos que lhe estão associados;

e) Desenvolver, coordenar, monitorizar e implementar, em articulação com os ramos das Forças Armadas e demais entidades, a política de apoio à reinserção profissional, assim como os respetivos instrumentos de suporte;



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

- f) Propor, avaliar e executar a política de apoio aos antigos combatentes;*
- g) Propor e avaliar a política social e de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas e acompanhar a respetiva execução;*
- h) Analisar e propor a política da defesa nacional nos domínios do ensino, formação e desenvolvimento profissional;*
- i) Participar na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o Conselho de Ensino Superior Militar;*
- j) Participar na definição da política de saúde militar e apoio sanitário, em articulação com o Conselho de Saúde Militar;*
- l) Planear, dirigir, executar e monitorizar com a colaboração dos ramos das Forças Armadas, as atividades relativas ao Dia da Defesa Nacional.*

Foram definidos 4 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** (OE) que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

Objetivo estratégico 1	Reforçar a eficiência dos recursos e dos instrumentos de gestão da DGPRM, bem como a valorização dos recursos humanos da Defesa Nacional
Objetivo estratégico 2	Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE”
Objetivo estratégico 3	Melhorar a eficiência dos serviços prestados pela DSRASM



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo estratégico 4

Satisfazer as expectativas dos militares e ex-militares abrangidos pela legislação em vigor

Objetivos Operacionais

Na construção do QUAR de 2012, procurou-se dar particular atenção a objetivos relacionados, com a imagem da DGPRM, traduzida na eficiência dos serviços aos cidadãos, na modernização administrativa, valorização dos recursos e redução da despesa.

Quanto aos objetivos operacionais, foram considerados 9, dos quais 8 vão ao encontro da missão da DGPRM, ficando o objetivo 6, reservado à racionalização dos custos de funcionamento, no âmbito do programa de assistência a Portugal, bem como ao Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC).

Importa salientar que os resultados do QUAR que agora se apresentam revelam não só a capacidade da DGPRM superar e cumprir os objetivos de eficácia (4), eficiência (3) e qualidade (2), que se propôs realizar em 2012, mas também a capacidade de organização que pela sua missão e competências de atribuição, vocacionada para o apoio à governação, nas respetivas áreas, bem como para a operacionalização das Forças Armadas no âmbito do Dia da Defesa nacional (DDN).

OE 1: Reforçar a eficiência dos recursos e dos instrumentos de gestão da DGPRM, bem como a valorização dos recursos humanos da Defesa Nacional

ObjOper.1 (Eficácia) - Produção de relatórios resultantes da recolha de dados reportados pelos ramos nos termos estabelecidos na LOE2012

ObjOper.5 (Eficiência) - Produção de um estudo relacionado com as questões do ensino e



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

formação das Forças Armadas e do impacto do mesmo no sistema de profissionalização

ObjOper.6 (Eficiência) - Reduzir os custos de manutenção e operação

ObjOper.7 (Eficiência) - Formação dos trabalhadores em áreas reveladas estratégicas para a DGPRM

ObjOper.8 (Qualidade) - Atualizar e otimizar os instrumentos de gestão e apoio à decisão

OE 2: Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE”

ObjOper. 9 (Qualidade) - Consolidar e manter atualizado o sistema de informação de suporte à base de dados de deficientes militares

OE 3: Melhorar a eficiência dos serviços prestados pela DSRASM

ObjOper.2 (Eficácia) - Assegurar a positividade dos níveis de apreciação da 8ª edição do DDN (escala de 1 a 7)

ObjOper. 3 (Eficácia) - Promover o adequado desenvolvimento do Regulamento e Incentivos

OE 4: Satisfazer as expectativas dos militares e ex-militares abrangidos pela legislação em vigor.

ObjOper. 4 (Eficácia) - Satisfazer as expectativas dos militares e ex-militares abrangidos pela legislação em vigor



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Cumprimento dos Objetivos Operacionais

Importa destacar que 6 dos 9 objetivos acima referidos evidenciam desvios positivos e por isso superados.



Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2012, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações.

QUADRO RESUMO

	EFICÁCIA							EFICIÊNCIA				QUALIDADE				
	40%							30%				30%				
	25%		25%	25%		25%		30%	40%		30%	50%		50%		
	OB1		OB2	OB3		OB4		OB5	OB6		OB7	OB8		OB9		
	Produção de relatórios resultantes da recolha de dados reportados pelos ramos nos termos estabelecidos na LOE2012			Assegurar a positividade e dos níveis de apreciação da 8ª edição do DDN (escala de 1 a 7)	Promover o adequado desenvolvimento do Regulamento e Incentivos			Satisfazer as expectativas dos militares e ex-militares abrangidos pela legislação em vigor	Produção de um estudo relacionado com as questões do ensino e formação das Forças Armadas e do impacto do mesmo no sistema de profissionalização		Reduzir os custos de manutenção e operação		Formação dos trabalhadores em áreas reveladas estratégicas para a DGPRM	Atualizar e otimizar os instrumentos de gestão e apoio à decisão		Consolidar e manter atualizado o sistema de informação de suporte à base de dados de deficientes militares
Indicador	Ind1	Ind2	Ind3	Ind4	Ind5	Ind6	Ind7	Ind8	Ind9	Ind10	Ind11	Ind12	Ind13	Ind14		
Peso	33%	33%	34%	100%	30%	30%	40%	100%	100%	100%	100%	50%	50%	100%		
Metas	121	91	92	4,5	213	244	274	85%	90	2,5%	65	352	85	355		
Tolerância	2	2	2	0,4	10	10	10	5%	10	0,30	5	30	5	10		
Valor Crítico	110	85	86	5,2	183	214	244	96%	60	4%	75	319	75	335		
Resultados	121	86	80	5,198	218	230	272	97,4%	90	5,5%	90	294	74	352		
Classificação	Atingiu	Sup.	Sup.	Superou	Atingiu	Sup.	Atingiu	Superou	Atingiu	Superou	Superou	Sup.	Sup.	Atingiu		
Taxa realização/Ind	100%	120,8%	135%	124,9%	100%	111,6%	100%	128,2%	100%	135%	135%	135%	127,5%	100%		
Desvio/Indicador	0%	20,8%	35%	24,9%	0%	11,6%	0%	28,2%	0%	35%	35%	35%	27,5%	0%		
Realização/OBJetivo	118,9%			124,9%	103,8%			128,2%	100%	135%	135%	131,2		100%		
Taxa realiz./Obj – peso do indicador	29,6%			31,2%	25,8%			32,05%	30%	54%	40,5%	65%		50%		
Taxa exec./parametro	118,92							123,3				115,6				
Execução/peso do parâmetro	47,46%							37,3%				34,6%				

TAXA DE REALIZAÇÃO - 119,36%



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Revisão/Alteração de Indicadores e Metas

Ao abrigo da alínea d) do artigo 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, foram apresentadas ao secretário de Estado do Ministério da Defesa Nacional, as seguintes propostas de alteração de Indicadores e Metas, na sequência das reuniões de monitorização efetuadas.

A alteração efetuada relativamente às datas inicialmente previstas para os indicadores 1, 2 e 3 do objetivo 1, deveu-se ao facto de que as anteriormente fixadas, não se considerarem exequíveis, por coincidirem com o fim do prazo para a receção da informação remetida pelos ramos, assim, só após a receção dos dados é possível a análise dos mesmos, bem como a elaboração dos relatórios. Foi ainda acordado com a DGO e a DGAEP, em reunião realizada em 19-03-2012, que o prazo para transmitir estes dados aos 2 organismos e também à Secretaria-Geral, seria o último dia do mês seguinte ao trimestre a que respeitam.

No que se refere à alteração do indicador 12 do objetivo 8, quanto à data de entrega do Plano de Atividades, deveu-se ao facto da reestruturação ao Plano de Atividades 2012, cumprindo-se assim o despacho de S. Exa. o SEADN de 08/09/2011, no âmbito do PREMAC que implicou a reestruturação dos serviços, com a elaboração de uma versão mais atualizada e sintetizada do Plano para 2012, decorrente da publicação do Decreto Regulamentar nº 6/2012, de 18 de janeiro e da Portaria nº 93/2012, de 3 de abril.

Objetivo	Indicadores	Alteração
	Indicador 1 <i>Produção de relatório de monitorização dos efetivos militares até 31 de abril</i>	<u>Reformulação do Indicador</u> Produção de um relatório de monitorização dos efetivos militares concluídos até 30 de abril <u>Alteração da meta</u> 121



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 1 Produção de relatórios resultantes da recolha de dados reportados pelos ramos nos termos estabelecidos na LOE2012		<u>Alteração da tolerância</u> 2 <u>Valor Critica</u> 110
	Indicador 2 <i>Produção de relatório de monitorização dos efetivos militares até 31 de julho</i>	<u>Reformulação do Indicador</u> Produção de um relatório de monitorização dos efetivos militares concluídos até 31 de julho <u>Alteração da meta</u> 92 <u>Alteração da tolerância</u> 2 <u>Valor Critico</u> 85
	Indicador 3 <i>Produção de relatório de monitorização dos efetivos militares até 31 de outubro</i>	<u>Reformulação do Indicador</u> Produção de um relatório de monitorização dos efetivos militares concluídos até 31 de outubro. <u>Alteração da meta</u> 92 <u>Alteração da tolerância</u> 2 <u>Valor Critico</u> 86
Objetivo 8	Indicador 12	<u>Alteração da meta</u>



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Atualizar e otimizar os instrumentos de gestão e apoio à decisão	<i>Data de entrega do plano de atividades (em dias)</i>	352 <u>Alteração da tolerância</u> 30 <u>Valor Critico</u> 319
--	---	--

Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais

Relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2012.

Objetivos Operacionais de Eficácia

Objetivo 1: Produção de relatórios resultantes da recolha de dados reportados pelos ramos nos termos estabelecidos na LOE2012	Meta	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
	Tolerância				
Indicador 1 - <i>Produção de relatório de monitorização dos efetivos militares até 31 de abril</i>	121	121	0	100%	Atingiu
	2				

Fontes de Verificação:

Marinha - email de 23Abr.2012, remetido às 15h31m por baiao.monteiro@marinha.pt;



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

emails de 01Jun.2012, remetido às 12h39m e 17h53m por duarte.carvalho@marinha.pt;

Exército - Ofício n.º 4298, de 13Abr.2012, do GABCEME; email de 01Jun.2012, remetido às 11h42m por esteves.ame@mail.exercito.pt;

Força Aérea - Ofício n.º 1089, de 18Abr.2012, do GABCEMFA.

Breve Análise:

O objetivo 1 contém o indicador 1 “produção de 1 relatório de monitorização dos efetivos militares concluído até 30 de abril”, sendo que a meta era garantir a sua elaboração em 121 dias. O objetivo foi atingido podendo a realização do indicador ser constatado nas fontes de verificação acima descritas.

Síntese das Atividades:

Os ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 51.º da LOE 2012 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 1.º trimestre de 2012. Seguidamente, após recolha desta informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.

1 Chefe de Divisão e 2 Técnico Superiores

Indicador 2 - <i>Produção de relatório de monitorização dos efetivos militares até 31 de julho</i>	91	86	5	120,83%	Superou
	2				



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Fontes de Verificação:

Marinha - email de 12Jul.2012, remetido às 18h01m por duarte.carvalho@marinha.pt; Ofício n.º 1681, de 16Jul.2012, do GABCEMA.

Exército - Ofício n.º 4298, de 13Abr.2012, do GABCEME; email de 01Jun.2012, remetido às 11h42m por esteves.ame@mail.exercito.pt;

Força Aérea – email de 13Jul.2012, remetido às 16h00m por aasilva@emfa.pt.

Breve Análise:

O objetivo 1 contém o indicador 2 “produção de 1 relatório de monitorização dos efetivos militares concluído até 31 de julho”, sendo que a meta era garantir a sua elaboração em 91 dias. O objetivo foi superado tendo-se alcançado um resultado de produção em 86 dias, pese embora tenha sido indicado como superação de 85 dias com tolerância de 2 dias.

Síntese das Atividades:

Os ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 51.º da LOE 2012 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 2.º trimestre de 2012. Seguidamente, após recolha desta informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.

Justificação do Desvio:

Receção de dados das entidades envolvidas no processo antes do prazo acordado, em suporte digital, o que permitiu uma maior celeridade na análise dos dados.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

1 Chefe de Divisão e 2 Técnico Superiores

Indicador 3- <i>Produção de relatório de monitorização dos efetivos militares até 31 de outubro</i>	92	80	12	135%	Superou
	2				

Fontes de Verificação:

Marinha - email de 12Out.2012, remetido às 13h09m por duarte.carvalho@marinha.pt; Ofício n.º 2343, de 15Out.2012, do GABCEMA; email de 25Out.2012, remetido às 16h39m por duarte.carvalho@marinha.pt;

Exército - Ofício n.º 10892, de 12Out.2012, do GABCEME;

Força Aérea – email de 12Out.2012, remetido às 15h48m por pjhenriques@emfa.pt.

Breve Análise:

O objetivo 1 contém o indicador 3 “produção de 1 relatório de monitorização dos efetivos militares concluído até 31 de outubro”, sendo que a meta era garantir a sua elaboração em 92 dias. O objetivo foi superado tendo-se alcançado um resultado de produção em 82 dias, cuja superação era de 86 dias com tolerância de 2 dias.

Síntese das Atividades:



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Os ramos das Forças Armadas disponibilizaram à DGPRM, em instrumento de recolha de informação os dados indicados no art.º 51.º da LOE 2012 até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do 2.º trimestre de 2012. Seguidamente, após recolha desta informação, a DCRE analisou estatisticamente os elementos para produção do relatório.

1 Chefe de Divisão e 2 Técnico Superiores

Objetivo 2: Assegurar a positividade dos níveis de apreciação da 8ª edição do DDN (escala de 1 a 7)	Meta	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
	Tolerância				
Indicador 4 - <i>Análise dos inquéritos realizada a 31 de Agosto</i>	4,5	5,198	0,69%	124,93%	Superou
	0,4				

Fontes de Verificação: dados recolhidos por inquérito

Breve Análise:

Para a prossecução deste objetivo foi definido um modelo de monitorização da apreciação dos jovens face ao Dia da Defesa Nacional que consiste na aplicação de um inquérito de



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

satisfação (e representações) a todos os jovens participantes. O evento decorreu entre Setembro de 2011 e Maio de 2012, tendo sido recolhidos e processados 102 570 inquéritos, cuja análise deu lugar à elaboração de um relatório.

O processamento dos inquéritos e constituição de base de dados foi concluído no final de Junho. O relatório de análise dos dados terminou no final de Agosto.

Síntese das Atividades:

- a) Elaboração de inquérito por questionário a aplicar aos jovens participantes no DDN;
- b) Leitura ótica dos inquéritos;
- c) Carregamento da Base de dados;
- d) Análise estatística dos dados;
- e) Elaboração de Relatório (com dimensão comparativa face às edições anteriores)

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores, 1 Assistente Técnico e 1 Técnico de Informática

Objetivo 3: Promover o adequado desenvolvimento do Regulamento e Incentivos	Meta	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
	Tolerância				
Indicador 5 - <i>Data de elaboração de relatório de monitorização (em dias)</i>	213	218	-5	100%	Atingiu
	10				



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Fontes de Verificação: Relatório

Breve Análise:

O objetivo desta atividade passava por recolher informação situacional relativa à aplicação do Regulamento de Incentivos por parte das diversas entidades envolvidas na mesma (da Defesa e externas à Defesa).

Síntese das Atividades:

- a) Identificação dos parâmetros de informação a recolher;
- b) Identificação das entidades fonte de informação;
- c) Elaboração de ofícios a solicitar informação;
- d) Análise da informação recebida
- e) Elaboração de relatório situacional.

1 Chefe de Divisão 3 Técnico Superiores

Indicador 6 - Data de entrega do estudo comparado (em dias)	244	230	14	111,67%	Superou
	10				

Fontes de Verificação: O Estudo



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Breve Análise:

O objetivo desta atividade consistia na elaboração de uma análise comparada dos incentivos à prestação de serviço militar nas Forças Armadas portuguesas, relativamente aos previstos nas Forças Armadas de outros países da NATO com similitude cultural e com uma organização assente na profissionalização;

Síntese das Atividades:

- a) Identificação e seleção dos países que se constituem como termo de comparação (França; Holanda; Reino Unido);
- b) Recolha de informação de caracterização;
- c) Análise da informação e elaboração de relatório

1 Chefe de Divisão 3 Técnico Superiores

Indicador 7- Data da elaboração da nova proposta RI (em dias)	274	272	2	100%	Atingiu
	10				

Fontes de Verificação: apresentação de proposta

Breve Análise:



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Incorporados os resultados do estudo de monitorização e do estudo comparado dos incentivos, foi desenvolvida a base de um novo regulamento de incentivos.

Síntese das Atividades:

- a) Análise de informação situacional e de enquadramento;
- b) Elaboração de proposta

1 Chefe de Divisão e 3 Técnico Superiores

Objetivo 4: Satisfazer as expectativas dos militares e ex-militares abrangidos pela legislação em vigor	Meta	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
	Tolerância				
Indicador 8 - Grau de satisfação percebida nos inquéritos apresentados	85%	97,4%	12,4%	128,25%	Superou
	5%				

Fonte de Verificação:

Registo informático com os resultados dos questionários de satisfação dirigidos aos militares e ex-militares com processos em tramitação (inquéritos) e relatório de atividades (relatórios de monitorização).



Breve Análise:

Avaliado o grau de satisfação percebida pelos antigos combatentes de molde a introduzir as necessárias correções nos processos de gestão e funcionamento internos e a projetar uma imagem de excelência dos serviços.

Síntese das Atividades:

Foram aplicados 3433 inquéritos individuais diários em 2012 aos utentes do Centro de Atendimento aos Antigos Combatentes.

Justificação do Desvio:

O desvio de 12,4% tem por base os melhoramentos que foram sendo introduzidos, nomeadamente, a disponibilização de uma informação detalhada e precisa, bem como o empenho de todos os elementos que prestam serviço quer no centro de atendimento, quer nos serviços técnicos.

1 Diretor de Serviço 6 Técnicos Superiores e 5
Assistentes Operacionais



Objetivos Operacionais de Eficiência

Objetivo 5: Produção de um estudo relacionado com as questões do ensino e formação das Forças Armadas e do impacto do mesmo no sistema de profissionalização	Meta	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
	Tolerância				
Indicador 9- Data de entrega do relatório final do estudo das desistências do RV/RC	90	90	0	100%	Atingiu
	10				

Fontes de Verificação: Relatório

Breve Análise:

Com esta atividade pretendeu-se caracterizar e analisar o processo de saída dos militares do Regime de Voluntariado e de Contrato

Síntese das Atividades:

- a) Elaboração de plano de investigação;
- b) Conceção do instrumento de recolha de informação (inquérito);
- c) Aplicação do inquérito num período de 365 dias;
- d) Leitura e processamento dos dados do inquérito;
- e) Elaboração de relatório de análise dos dados

1 Chefe de Divisão 3 Técnico Superiores, 1 Assistente Técnico e 1 Técnico de Informática



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 6: Reduzir os custos de manutenção e operação	Meta	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
	Tolerância				
Indicador 10 - Redução de custos %	2,5%	5,5%	3%	135%	Superou
	0,30				

Fontes de Verificação: Mapas de Controlo Orçamental da Despesa - SIG

Breve Análise:

A redução de 5,5 % tem como base de referência o valor final executado em 2011, sendo de 4 841 476,45 €. Em 2012 esta Direção-Geral tem uma execução total de 4 576 614,33 € o que significa uma redução em termos reais de 264 862,12 € o que em termos percentuais representa uma redução de 5,5 %.

Síntese das Atividades:

As atividades com maior impacto na execução orçamental relacionadas com o Dia da Defesa Nacional, as atividades de Apoio aos Antigos Combatentes, nomeadamente com as ONG, o pagamento aos PALOP's e os Subsídios para Estudos

Justificação do Desvio:

Os recursos financeiros realizados pela DGPRM foram inferiores aos montantes do ano anterior, bem como aos corrigidos para o ano em apreço, uma vez que o ano de 2012 se traduziu num ano particularmente difícil no que concerne à gestão dos recursos financeiros, atentas as



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

fortes medidas de contenção orçamental impostas, nomeadamente as decorrentes do Despacho de 12 de setembro do Ministro da Finanças. Neste contexto a DGPRM adotou medidas no sentido de permitir uma maior otimização dos recursos existentes, contudo não foi impeditiva para a execução das atividades propostas.

1 Chefe de Divisão 2 Técnico Superiores 1 Coordenador Técnico

Objetivo 7: Formação dos trabalhadores em áreas reveladas estratégicas para a DGPRM	Meta	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
	Tolerância				
Indicador 11 - Nº de colaboradores abrangidos por ações de formação até 31 dezembro	65	90	25	135%	Superou
	5				

Fonte de verificação:

Mapa excel elaborado para controlo das formações realizadas, custos associados, horas despendidas pelo serviço e trabalhador e respetiva carreira/cargo na DG. Adicionalmente, será remetida a mesma informação à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (antigo INA) em ficheiro próprio com os dados agora apresentados.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Breve Análise:

Foi efetuado um levantamento de necessidades de formação para o triénio 2011/2013 a todos os trabalhadores, devidamente distribuído por Direção de Serviço através de quotas. Foram, igualmente, aproveitadas formações de custo zero por forma a cumprir o objetivo e permitir um leque mais alargado de formações aos restantes trabalhadores.

Justificação do desvio: O desvio deve-se ao facto de se ter conseguido para os trabalhadores que não se incluíam no 1/3 (RCM 89/2010), formação gratuita e assim possibilitar

Formação a um número maior de trabalhadores.

Recursos Humanos:

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

Objetivos Operacionais de Qualidade

Objetivo 8: Atualizar e otimizar os instrumentos de gestão e apoio à decisão	Meta	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
	Tolerância				
Indicador 12 - Data de entrega do plano de atividades (em dias)	352	294	58	135%	Superou
	30				



Fontes de Verificação: Data de elaboração de Informação sobre a finalização do Plano e sua apresentação à consideração superior.

Breve Análise:

A DGPRM apresenta anualmente o seu Plano de Atividades apoiado na gestão previsional das suas ações que se fundamentam nos vários diplomas orgânicos dos quais se destacam *como pano de fundo o Decreto-Lei n.º 122/2011, de 18 de Dezembro, que aprova a nova orgânica do Ministério da Defesa Nacional, o Decreto-Regulamentar n.º 6/2012, de 18 de Janeiro, a Portaria n.º 93/2012, de 3 de Abril, o Despacho n.º 7790/2012, de 6 de Junho, e o Despacho n.º 12568/2012, de 31 de Agosto.*

Síntese das Atividades:

O Plano de Atividades identifica e descreve as atividades correntes e projetos do serviço. Mantêm-se 15 programas de ação e respetivas ações enquadradas nas novas unidades orgânicas e unidades flexíveis criadas.

As áreas chave das atividades da DGPRM são as seguintes:

- *Dia da Defesa Nacional* (planeamento, divulgação, execução e monitorização);
- *Desenvolvimento de estudos, propostas, produção e revisão legislativa nas áreas de:*
 - Política de qualificação, formação militar, profissionalização e empregabilidade;
 - Regulação do sistema de recursos humanos nas matérias estatutárias e gestão de efetivos;
 - Aperfeiçoamento do sistema retributivo;
 - Política relativa aos deveres militares e recrutamento militar;
 - Políticas de saúde, assistência e bem-estar social das Forças Armadas;
 - Política de apoio aos antigos combatentes.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Justificação do desvio: O desvio positivo deve-se ao facto de se ter iniciado mais cedo a recolha dos elementos para elaboração dos relatórios e estes terem sido entregues antes do prazo estipulado para o efeito e por essa razão o tratamento dos mesmos também se efetuou antes do prazo estabelecido por lei.

Recursos Humanos:

1 Coordenador - 1 Técnico Superior e 1 Assistente Técnico

Indicador 13 - Data de entrega dos relatórios de atividades, autoavaliação dos serviços e sintético (em dias)	85	74	11	127,50%	Superou
	5				

Fontes de Verificação: Data de elaboração de Informação sobre a finalização dos Relatórios e sua apresentação à consideração superior.

Breve Análise:

Estes documentos destinam-se a relatar o percurso concretizado e os desvios realizados, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante para o futuro.

Assim sendo, e em cumprimento do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, a DGPRM publica anualmente os seus Relatórios de Atividades.

O Relatório adquiriu uma nova dimensão com a publicação da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, pois para além de incorporar o QUAR, apresenta sob a forma qualitativa e quantitativa os resultados alcançados e, agrega ainda o relatório de autoavaliação do serviço previsto também na referida Lei bem como anexa o Relatório Sintético.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Síntese das Atividades:

Ainda de acordo com a alínea e) do artigo 8º e nº 2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, o Relatório congrega o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2011), os objetivos globais das unidades orgânicas (e respetiva avaliação) e o relatório de autoavaliação do serviço. Os objetivos estratégicos da Direcção-Geral, materializaram-se em 14 programas, que resultaram em 130 ações (24 projetos, 8 atividades de manutenção e 98 atividades correntes).

Importa sublinhar algumas ações que, pela sua natureza, pela importância que assumem para a DGPRM e pelos meios que envolvem, merecem um destaque especial:

- *Dia da Defesa Nacional* (planeamento, divulgação, execução e monitorização);
- *Desenvolvimento de estudos, propostas, produção e revisão legislativa nas áreas de política de qualificação e formação militar; regulação do sistema de recursos humanos nas matérias estatutárias e gestão de efetivos; aperfeiçoamento do sistema retributivo; política referente aos deveres militares e profissionalização do serviço militar; políticas de saúde, assistência e bem-estar social das Forças Armadas; política de apoio aos antigos combatentes; estudos, planeamento e modernização da gestão; gestão financeira, administrativa, de pessoal e sistemas de informação; assistência religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança; e, fomento da educação física e desporto militar.*

Justificação do desvio: O desvio positivo deve-se ao facto da recolha dos elementos para elaboração dos relatórios terem sido entregues antes do prazo estipulado para o efeito e por essa razão o tratamento dos mesmos também se efetuou antes do prazo estabelecido por lei.

Recursos Humanos:

1 Coordenador - 3 Técnico Superior e 1 Assistente Técnico



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 9: Consolidar e manter atualizado o sistema de informação de suporte à base de dados de deficientes militares	Meta	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
	Tolerância				
Indicador 14 - <i>Data de entrega de relatório (em dias)</i>	355	352	3	100%	Atingiu
	10				

Fontes de Verificação: Documental (Relatório do Projeto)

Síntese das Atividades:

Inventariadas as fontes de informação preferenciais/disponíveis (Ramos, ADM, CGA) e concluído o tratamento estatístico dos dados disponibilizados, foram identificadas as principais lacunas e incongruências intrínsecas.

Confrontados os dados disponibilizados com a matriz de recolha, procedeu-se a um exercício de padronização conceptual, visando a integração dos dados disponibilizados numa matriz comparativa.

Síntese das Atividades:

Decorreu, ao longo do ano de 2012, a 3ª e última fase do projeto de constituição de uma



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Base de Dados de Deficientes Militares (BDDM), visando «Consolidar e manter atualizado o sistema de informação de suporte à BDDM», com a finalidade última de “Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE”.

Estruturada a matriz comparativa, foram identificadas as principais divergências conceptuais, o que veio demonstrar a necessidade/vantagem de fixar, com o máximo de rigor, um padrão comum a aplicar, desde logo, à recolha de dados e que permita produzir, após o respetivo tratamento, informação fiável.

As fragilidades identificadas no decurso do presente projeto evidenciam, para além das desvantagens da “intermediação” no acesso às bases de dados disponíveis, a premência de se dispor de um sistema integrado que permita a uniformização da expressividade estatística das características deste universo.

Concluída a fase de projeto, importará agora concertar com todos os interlocutores rotinas regulares de recolha de dados (sugerindo-se uma periodicidade anual), utilizando uma mesma matriz e idêntica referência temporal.

Recursos Humanos:

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico de Informática

Considerando as metas estabelecidas de superação estabelecidas para os objetivos operacionais e aferidas pelos indicadores estipulados, 9 indicadores tiveram as suas metas alcançadas e estipuladas e 5 indicadores viram as suas metas atingidas.

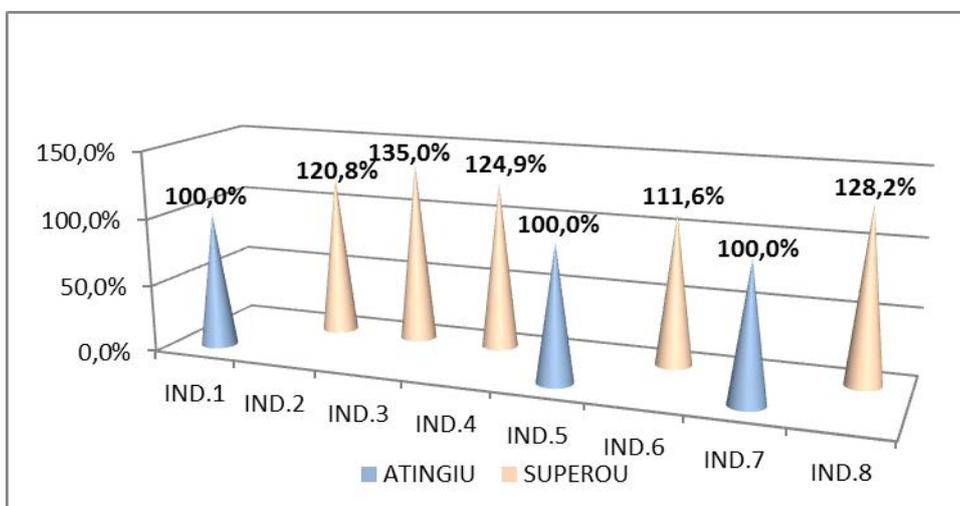


Análise Complementar

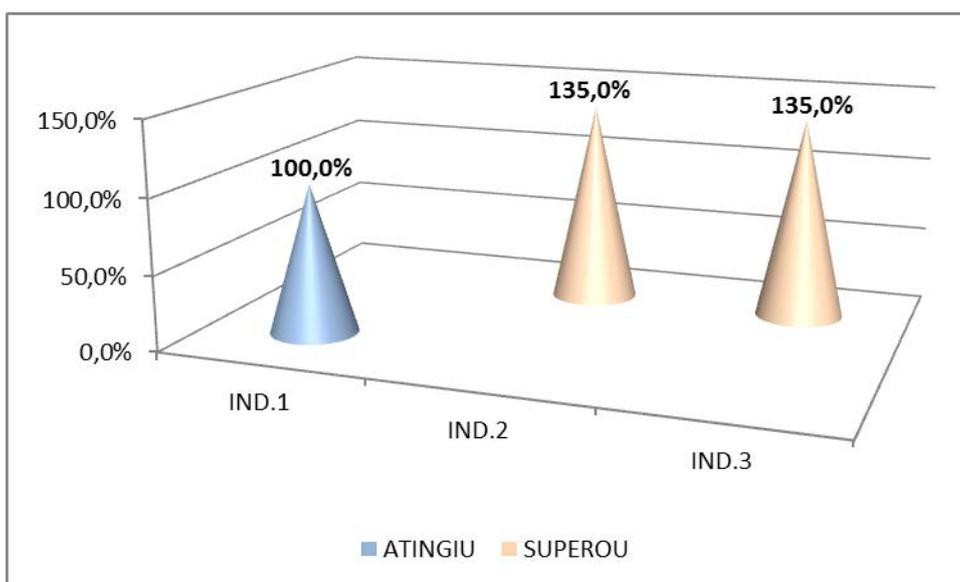
De forma a complementar a análise dos resultados obtidos no desempenho deste Organismo, importa analisar, também, o comportamento ao nível dos parâmetros de Eficácia, Eficiência e de Qualidade, agrupando os objetivos operacionais de acordo com o tipo de parâmetro para que contribuem, cuja síntese fica refletida nos gráficos seguintes:

Gráficos com o grau de concretização por parâmetros

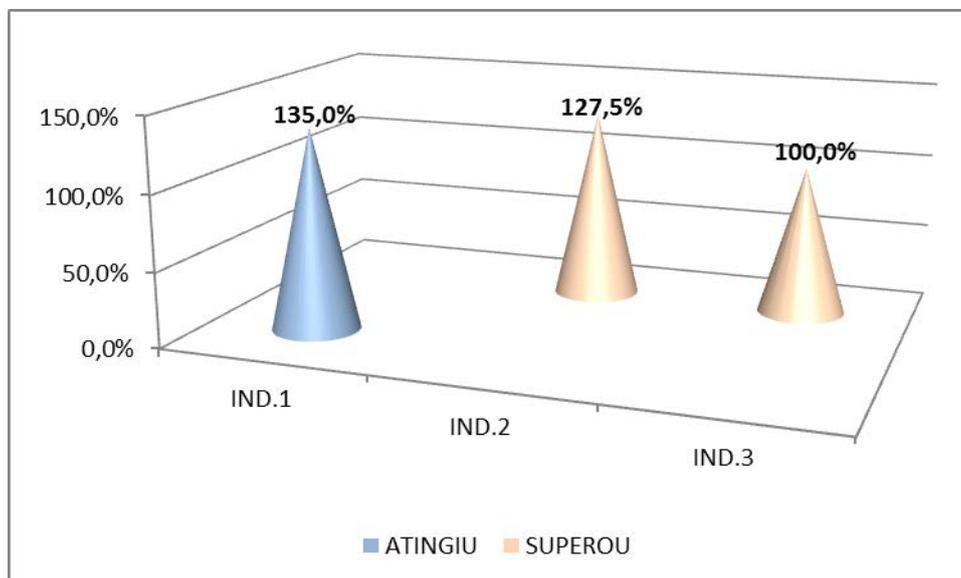
Eficácia



Eficiência



Qualidade



Recursos Humanos

Tendo em conta a importância dos recursos humanos para a produtividade das organizações, importa conhecer, através dos indicadores do QUAR da DGPRM, para 2012, a pontuação atribuída a cada uma das carreiras gerais existentes nesta Direcção-Geral (Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais) e para os cargos de Dirigentes (Direcção Superior, Direcção Intermédia, onde se incluem também as funções de Coordenador Técnico).

Partindo da pontuação atribuída para cada dirigente ou carreira, foram planeados 2006 pontos de acordo com a natureza dos recursos humanos existentes na DGPRM aquando da realização do QUAR 2012, calculando os dias úteis de trabalho efetivo previsíveis, sem contabilização dos dias de férias, fins de semana e feriados, destes foram executados 1225 pontos, o que significa um desvio de 781.

Através da apresentação destes cálculos é possível aferir a pontuação planeada e a pontuação executada por carreiras e, conseqüentemente obter informações relativas à assiduidade dos dirigentes e trabalhadores para o cumprimento da missão, bem como identificar o nível de absentismo.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Assim, em 31 de Dezembro de 2012, a DGPRM conta com um efetivo 153 elementos, que se distribuem da seguinte forma:

Carreira/Categoria	Quantitativo
Dirigentes - Direção Superior	1
Dirigentes - Direção Intermédia	10
Técnicos Superiores	101
Coordenador Técnico	1
Assistentes Técnicos	26
Assistentes Operacionais	14
	153

O número global de efetivos era de 153 trabalhadores, os quais se encontravam distribuídos por dois grupos de pessoal, 72 civis e 81 militares:

- Pessoal Civil = 47.1%;
- Pessoal Militar = 52.9 %.

De salientar, que no respetivo universo estão contabilizados os 42 militares que integram as equipas de divulgação do Dia da Defesa Nacional (DDN).

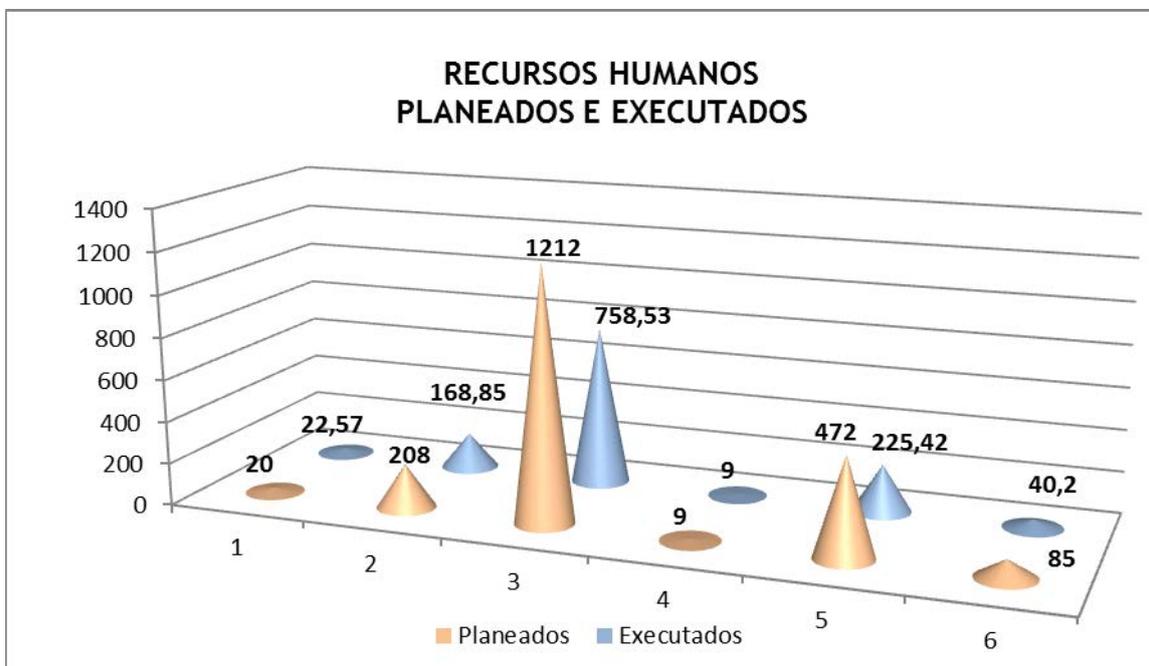
Afetação Real e Prevista dos Recursos Humanos

Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direção Superior	20	20	22,57	2,57
Dirigentes - Direção Intermédio e	16	208	168,85	-39,15



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Chefe de Equipa				
Técnicos Superiores	12	1212	758,53	- 453,47
Coordenadores Técnicos	9	9	9	0
Assistentes Técnicos	8	472	225,42	- 246,58
Assistentes Operacionais	5	85	40,20	-44,08
TOTAL		2006	1224,57	- 781,43





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Planeados	Executados	Taxa de Execução%	Desvio%
2006	1224,57	61,04%	-38,96%

Justificação dos desvios:

1. O desvio positivo do dirigente superior, deve-se ao fato do mesmo não ter gozado as férias previstas. Devido à reestruturação da DGPRM, o número de dirigentes intermédios passou a ser inferior ao inicialmente planeado, daí o desvio negativo.
2. Os desvios negativos relativos à categoria de técnico superior, devem-se a licenças de maternidade/paternidade gozadas pelos técnicos no decorrer do ano em curso, e também a saídas de trabalhadores em mobilidade interna e de militares que regressaram ao ramo.
3. Relativamente às categorias de assistente técnico e assistentes operacionais, os devidos negativos devem-se faltas por doença, a saída de trabalhador para aposentação, e de militares que regressaram ao ramo no decorrer do ano.

Recursos Financeiros

A DGPRM, no início de cada ano propõe-se a uma série de atividades, as quais se encontram associadas a verbas que estão devidamente previstas no Orçamento de Estado.

A Direção-Geral tem o seu orçamento dividido em duas subdivisões sendo a 01. correspondente aos serviços próprios, e a 02. ao Apoio prestado aos Antigos Combatentes.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Saliente-se ainda o facto, das despesas decorrentes das atribuições consagradas na Lei do Serviço Militar, na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional e na Lei Orgânica da DGPRM, designadamente, os encargos referentes ao Recrutamento Militar, ao CIOFE, à organização e realização do DDN, bem como as verbas a atribuir de acordo com o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, e o Apoio prestado aos cidadãos DFA'a dos PALOP's, não se encontrarem, por decisão política, refletidas na proposta de orçamento inicial elaborada tendo em conta o plafond superiormente atribuído.

Nenhuma das atividades previstas nos instrumentos de gestão ficou por realizar, resultado do recurso à gestão flexível do orçamento.

Assim, a dotação orçamental inicial da DGPRM (01. serviços próprios), 2 819 425,00 €, para despesas com pessoal e funcionamento teve uma taxa de execução de 77,91%.

Quanto à 02. Apoio prestado aos Antigos Combatentes, a dotação inicial foi de 734 070,00 €, e a respetiva taxa de execução cifrou-se em 81,85%.

No que concerne à dotação atribuída de 2.059.569€, tendo em vista o cumprimento das atividades decorrente do cumprimento do Dia da Defesa Nacional, a taxa de execução foi de 83,44%

	ORÇAMENTO			Taxa Executado
	Inicial	Corrigido	Executado	
DSAAC	734 070,00 €	604 987,00 €	495 162,27 €	81,85
DGPRM	2 819 425,00 €	2 523 496,00 €	1 966 107,77 €	77,91
DDN		2 059 569,00 €	1 718 417,32 €	83,44
PALOP's		250 576,00 €	250 418,67 €	99,94
INCENTIVOS		147 546,00 €	146 508,32 €	99,30



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Planeados	Corrigido	Executados	Taxa de execução %	Desvio %
3 553 495,00	3 128 483,00	2 461 270,04	78,67	-21,32

Sistema de Controlo Interno (SCI)

A Portaria nº 93/2012, de 3 de abril, expressa de forma clara as competências de cada unidade orgânica a par do determinado na Carta de Missão, prevista no Decreto Regulamentar nº 6/2012, de 18 de Janeiro. Constituindo a base de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI). O SCI dispõe de um conjunto de meios que permite efetuar o controlo da gestão interna do serviço particularmente pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão (Planeamento de programas e ações através do Plano de Atividades, análise previsional de pessoal no Balanço Social, Relatório de Atividades e monitorizações do QUAR, bem como o recurso à lista de verificação disponibilizada (Quadro abaixo). Da análise da lista de verificação, constata-se que a DGPRM cumpre grande parte dos requisitos enunciados, embora, formalmente, determinados procedimentos e instrumentos ainda não estejam implementados.

A DGPRM desenvolveu e agilizou a normalização de circuitos, procedimentos e minutas relativas aos documentos de apoio, existindo uma plataforma interna de gestão documental.

As impressoras instaladas na DGPRM são comuns, pré-definidas com escala de cinza e impressão frente e verso, cujo acesso se faz através do cartão pessoal de cada trabalhador, ficando registado o número de fotocópias.

A DEPGR (Divisão de Estudos, Planeamento de Recursos Humanos), tem a seu cargo a *gestão do economato*. Existe uma aplicação, acedida pela rede interna, em que as unidades orgânicas solicitam os materiais de aprovisionamento, através de requisição de material, sendo entregue em dia fixo preestabelecido.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Gestão da assiduidade, está implementado o sistema de registo de assiduidade que se faz através da passagem do cartão pessoal, que regista a hora de entrada e saída de cada trabalhador. A DGPRM está a testar o sistema, entrando brevemente em vigor.

O planeamento das necessidades de pessoal foi um aspeto que mereceu especial atenção em 2012, dadas as restrições para contratação de novos elementos, por imposição do programa de assistência a Portugal, bem como o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), houve um decréscimo de dirigentes e trabalhadores, situação que se deveu à reestruturação da DGPRM, com redução de unidades orgânicas e um acréscimo de competências, nomeadamente, o apoio técnico, administrativo e logístico ao Conselho de Ensino Superior Militar e ao Conselho da Saúde Militar.

Considera-se contudo, que, durante 2012, a DGPRM fez diligências para reforçar o seu sistema de controlo interno, apesar de ainda persistirem formas de controlo informais, devendo a sua formalização constituir uma prioridade para o novo ciclo de gestão.

Foram realizadas **duas auditorias externas** pela Inspeção-Geral da Defesa Nacional, uma no âmbito das tecnologias de informação, com o objetivo de avaliar o grau de integração dos sistemas que envolvam tecnologias de informação comunicação e avaliar o grau de implementação e de eficácia dos planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas no MDN, cujos relatórios foram apresentados a esta Direção-Geral em março e agosto respetivamente, procedendo-se às correções sugeridas.

*Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI)*

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
1 - Ambiente de controlo				
1.1 A fiscalização interna do sistema de controlo interno é regida por lei?		X		
1.2 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe equipa de controlo e auditoria autónoma
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, princípios de bom governo)?	X			Os valores éticos e de integridade que regem o serviços estão definidos no Estatuto Disciplinar que Exercem Funções Públicas (Lei nº 58/2008, de 9 de setembro e código de ética e conduta da DGPRM.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Existe um plano de formação na DGPRM
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Realizam-se reuniões semanais de dirigentes e com despacho diário
1.7 O arquivo de documentos é organizado e permite a fácil localização?	X			Existe na DGPRM um classificador, segundo o qual toda a documentação é arquivada nos respetivos processos. Sobre o volume de documentação produzida e recebida na DG consultar anexo



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

2 - Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Decreto Regulamentar nº 6/2012 de 18 de Janeiro, Portaria nº 93/2012, de 3 de abril e Despacho nº 7790/2012 de 6 de junho
2.2 Os colaboradores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			Foram avaliados 100% dos colaboradores
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação	X			59% (Pelo menos 1/3 dos funcionários frequenta uma ação de formação de acordo com a RCM nº 89/2010), mas o nº aumenta quando as formações são gratuitas.
3 - Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existe manual de procedimentos interno e/ou de contabilidade?	X			Existe apenas manual de procedimento da aplicação dos SIADAP
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Direção
3.3 A realização de despesa ocorre sempre atendendo aos limites das dotações disponíveis?	X			Orçamento da DGPRM
3.4 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elabora um plano anual de compras, tendo em conta as necessidades por unidade orgânica e de acordo com o orçamento da DGPRM
3.5 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Dentro da unidade orgânica e entre unidades orgânicas
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Existe manual de viaturas e de fundo de maneiio funcional



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			A informação segue um único circuito, sendo encaminhada para o respetivo serviço através de protocolo, devidamente registado
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Foi elaborado em 2012 o plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e publicado na página da intranet
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			O Plano está a ser acompanhado, mas devido a sua recente publicação ainda não foi possível fazer monitorização, prevendo-se a sua execução no 1º quadrimestre de 2013
4 - Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			No âmbito das aplicações de gestão de recursos financeiros, a DGPRM utiliza a plataforma disponibilizada em modo partilhado pela SG/MDN e denominada SAP. Relativamente às restantes áreas, essas são suportadas por aplicações produzidas internamente.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		As aplicações produzidas internamente partilham um sistema integrado de credenciação, contudo, relativamente à manipulação dos dados, esta integração não se aplica pelo facto de tratarem informação díspar.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Os mecanismos relativos à fiabilidade da informação encontram-se integrados nas aplicações sob a forma de procedimentos internos, contudo recorre-se igualmente à decomposição da informação e conferência dos dados.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Através de relatórios



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Os requisitos de segurança definidos internamente assentam sobre os princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade e controlo de acessos. Aliada a estas premissas, existe uma cuidada política de cópias de segurança.
4.6 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			As aplicações encontram-se protegidas por mecanismos de autenticação, evitando desta forma o acesso por utilizadores não autorizados.

Legenda: S - sim; N - não; NA - Não aplicável

Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho

A atividade desenvolvida pelas unidades orgânicas da DGPRM, evidencia-se pelo cumprimento da atividade planeada, bem como as respostas às solicitações quer internas como externas, situação que se atribui ao elevado grau de responsabilidade, dedicação e motivação, reconhecendo a competência técnico quer dos dirigentes quer dos trabalhadores, o seu aspeto negativo prende-se com alguma dificuldade de comunicação entre as entre as unidades orgânicas, bem como a partilha da informação.

Existe uma boa articulação com entidades externas, nomeadamente, a tutela, os ramos das Forças Armadas e outros organismos com quem a DGPRM mantém relações institucionais.

A DGPRM pretende desenvolver um modelo de gestão da qualidade, para tal desenvolveu as seguintes ações de formação:

- a) Curso de conceção de sistemas de Qualidade;
- b) Curso de auditoria de sistemas de qualidade.



Esta formação foi fundamental para dotar um conjunto de técnicos com as competências necessárias para conceber um modelo de gestão qualidade da própria Direção-geral, que se pretende seja desenvolvido de forma progressiva (por serviços) e que conduza à certificação.

Num outro prisma, com a auditoria de sistemas da qualidade o que se pretende é a implementação de um modelo de certificação das entidades formadoras das Forças Armadas, possibilitando assim um maior reconhecimento externo das mesmas, num quadro contextual em que deixam de poder ser certificadas pela Direção-geral de Emprego e Relações de Trabalho.

No que se refere aos procedimentos internos e por forma a tornar mais eficiente os mesmos estão a ser preparados manuais. No início de 2013, proceder-se-á à distribuição do Manual sobre o horário de trabalho e funcionamento dos serviços da DGPRM aos trabalhadores, sendo que a plataforma SRH Plus está a ser testada e que irá entrar em funcionamento em 2013.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação

Na Administração Pública não existe outro organismo que prossiga os mesmos objetivos, portanto, não existem organismos homogêneos com os quais a DGPRM se possa comparar.

Audição Externa e Interna

Inquéritos externos

Em relação à satisfação percebida pelos utentes na área do apoio aos antigos combatentes, foi realizada a consolidação da monitorização do atendimento presencial e telefónico, através da realização de inquéritos de satisfação. Verificou-se uma melhoria da qualidade do atendimento presencial, telefónico e via eletrónica



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

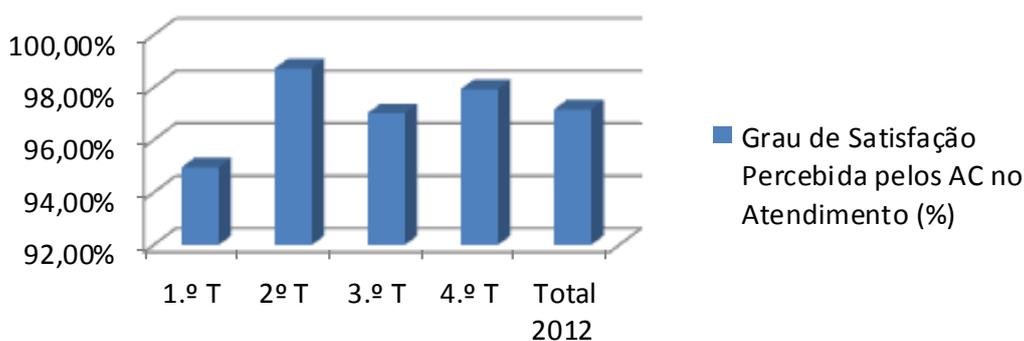
no Centro de Atendimento com um grau de satisfação dos utentes de 97% (muito bom) e 2,99% (bom) (medido através da realização de 3433 inquéritos).

A escala utilizada foi a seguinte: (Graus: Mau, insuficiente, suficiente, bom e muito bom) (ver quadros e gráfico).

	ELEMENTO ESTATÍSTICO	TRIMESTRE				ANO
		1.º	2.º	3.º	4.º	2012
	CENTRO DE ATENDIMENTO					
◆	Nº de atendimentos presenciais	902	704	737	1135	3478
◆	Nº de atendimentos telefónicos	2518	1956	2189	3393	10056
	■ TOTAIS	4375	3492	3486	3520	13534

ATENDIMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Muito bom	93,29%	93,82%	97,78%	100,00%	98,02%	98,17%	95,37%	97,54%	96,69%	97,64%	99,48%	95,93%
Bom	6,40%	6,18%	2,22%	0,00%	1,98%	1,83%	4,63%	2,46%	3,31%	2,36%	0,52%	4,07%
Suficiente	0,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Insuficiente	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mau	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Grau de Satisfação Percebida pelos AC no Atendimento (%)



Considerando o modelo de profissionalização do serviço militar e porque engloba todos os anos o contacto com mais de 100 mil jovens, o Dia da Defesa Nacional continua a ser alvo de uma monitorização permanente e aprofundada.

Neste campo de ação, e tendo por base os cerca de 59 mil inquéritos analisados referentes à segunda fase da edição 2011/2012, é possível apurar que 72,4% dos homens participantes gostaram ou gostaram muito do Dia (agregação das posições 5 a 7 da escala de apreciação), valor que para as mulheres é de 74,3%.

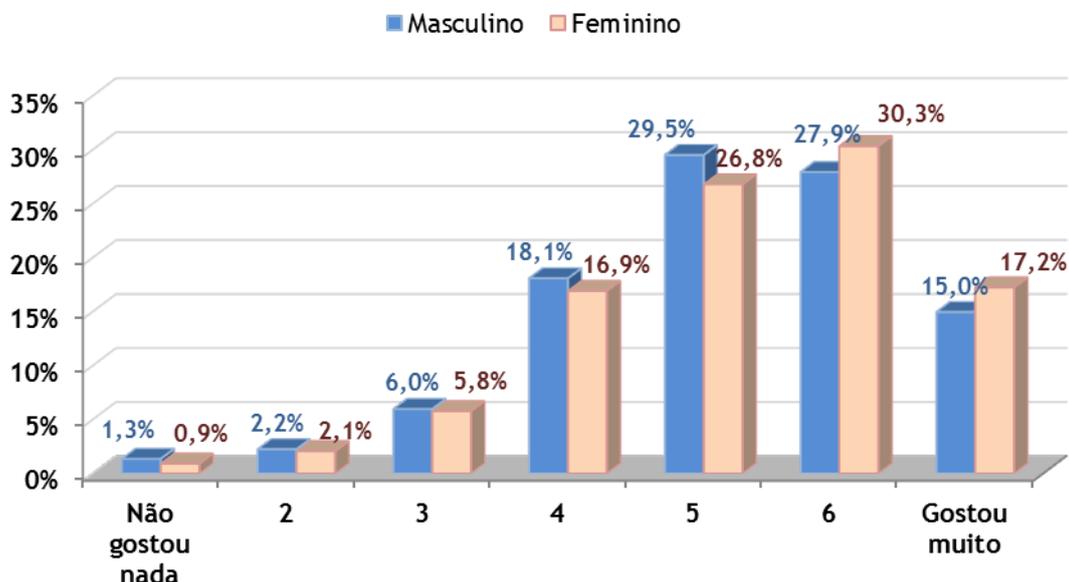
Em ambos os casos estes valores são ligeiramente superiores aos registados na edição de 2011/2012 na sua globalidade, ou seja no período de Setembro de 2011 a Maio de 2012 (H: 72,4%; M:74,3%). Face aos resultados é possível afirmar que o modelo de Dia da Defesa Nacional que está a ser implementado está a reagir de forma muito positiva à reconfiguração do público participante que resultou do alargamento da obrigatoriedade de participação às mulheres.

Se analisarmos esta apreciação geral através do valor médio, pode dizer-se que o registado nesta fase foi de 5,21, ao passo que para a totalidade do período em que decorreu a edição de 2011/2012 o valor médio registado foi de 5,19. Daqui se depreende que a apreciação do DDN está estabilizada em terrenos muito positivos, registando mesmo uma tendência de evolução crescente.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Apreciação geral do Dia da Defesa Nacional (Janeiro a Maio 2012)



N Homens - 29 451; N Mulheres - 28 962

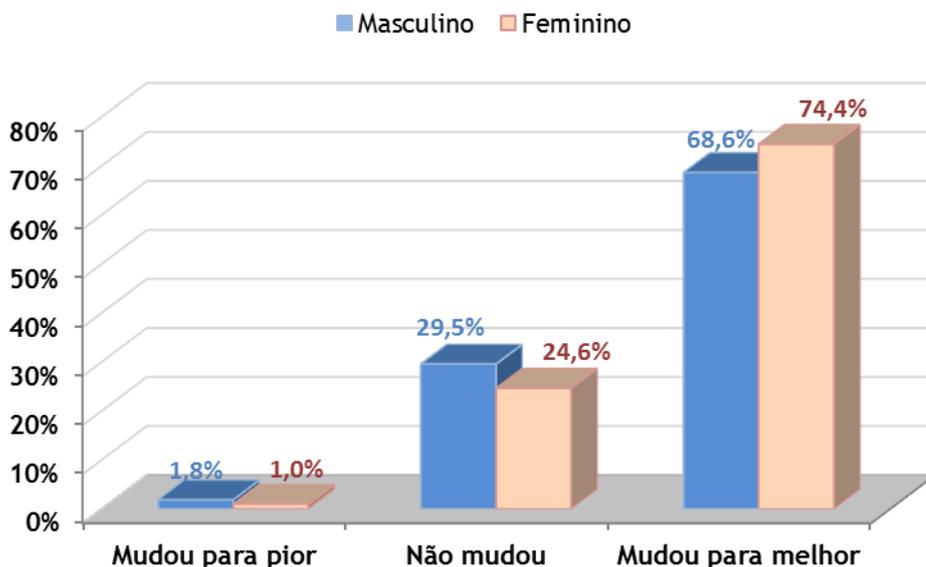
Analisando a opinião dos jovens sobre as Forças Armadas, dado que pode ser visto como uma espécie de barómetro relativo ao prestígio desta instituição junto do público em apreço, verificámos que no período em análise 68,6% dos jovens afirmam que a sua opinião, fruto da participação neste evento, mudou para melhor. No que respeita às jovens será pertinente realçar que este valor foi de 74,4%. No quadrante oposto, apenas 1,3% dos jovens e 0,9% das jovens afirmam que a sua opinião mudou para pior.

Se é certo que as representações sobre qualquer instituição não se constroem apenas num dia nem num contacto, será possível assumir que o efeito do DDN nesta matéria se tem revelado muito positivo.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Opinião sobre o Dia da Defesa Nacional (Janeiro a Maio 2012)



N Homens - 29 533; N Mulheres - 29 011

Inquéritos internos

Aplicaram-se três questionários no que concerne aos inquéritos destinados aos trabalhadores da DGPRM para avaliação do grau de satisfação no serviço:

- Para dirigentes intermédios que dependem diretamente do DG;
- Para dirigentes de 2º grau ou equiparados;
- Para os restantes trabalhadores.

A escala que mede o grau de satisfação é a seguinte: 0 (sem opinião), 1 (muito insatisfeito), 2 (insatisfeito), 3 (moderadamente satisfeito), 4 (satisfeito) e 5 (muito satisfeito).

O “Questionário de satisfação para Dirigentes que dependam diretamente do Diretor-Geral (cf. nº 4 do Artº 31 da Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro) consistiu sobre temáticas da organização de modo a aferir o nível de satisfação com o serviço e de motivação sobre as atividades que desenvolve. Foi composto por 6 questões base:



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

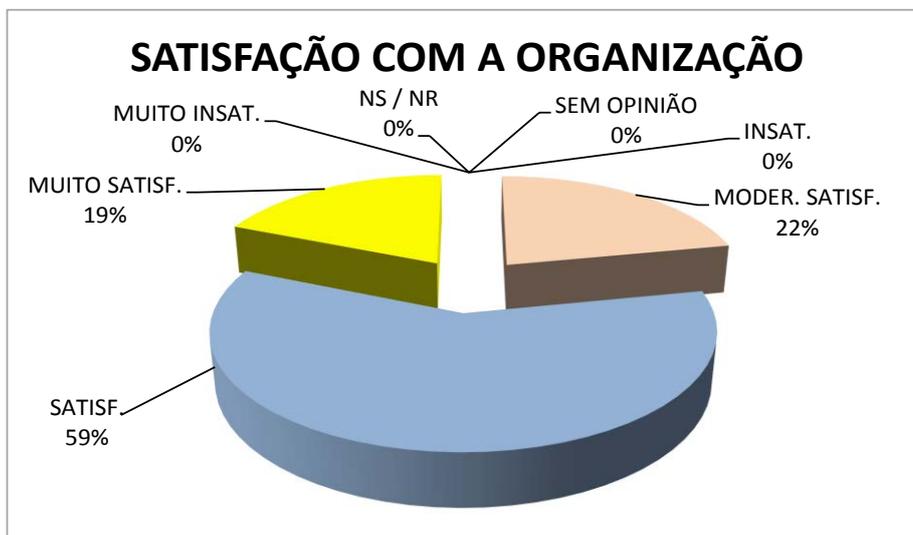
satisfação com o processo de avaliação (SIADAP), satisfação global dos dirigentes com a organização, satisfação com a gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, estilo de liderança superior e fatores motivacionais para o exercício de funções na DGPRM.

Distribuíram-se 8 questionários e foram devolvidos 8 (100%). O quadro seguinte resume os principais indicadores obtidos.

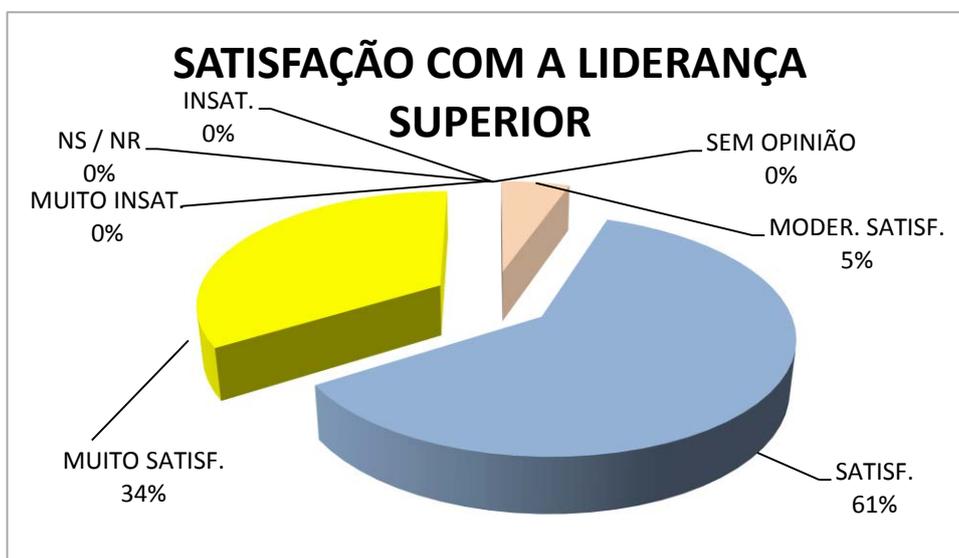
Grau de satisfação/Questões	NS/NR	Sem opinião	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Moderadamente satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Valor médio da questão
Processo de avaliação SIADAP	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	15,6%	75,0%	9,4%	3,9
Com a Organização	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	21,9%	59,4%	18,8%	4,0
Gestão e sistemas de gestão	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	12,5%	66,7%	20,8%	4,1
Condições de trabalho	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%	52,5%	37,5%	4,3
Estilo de liderança superior	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,4%	60,7%	33,9%	4,3
Fatores motivacionais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	9,4%	78,1%	12,5 %	4,0
Satisfação global	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	13,1%	62,9%	24,1%	4,1

Apresentam-se graficamente os resultados mais significativos: a resposta à questão “satisfação global com a organização” que versava sobre a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento dos colaboradores na organização e missão do serviço e, envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria (v. gráfico).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012



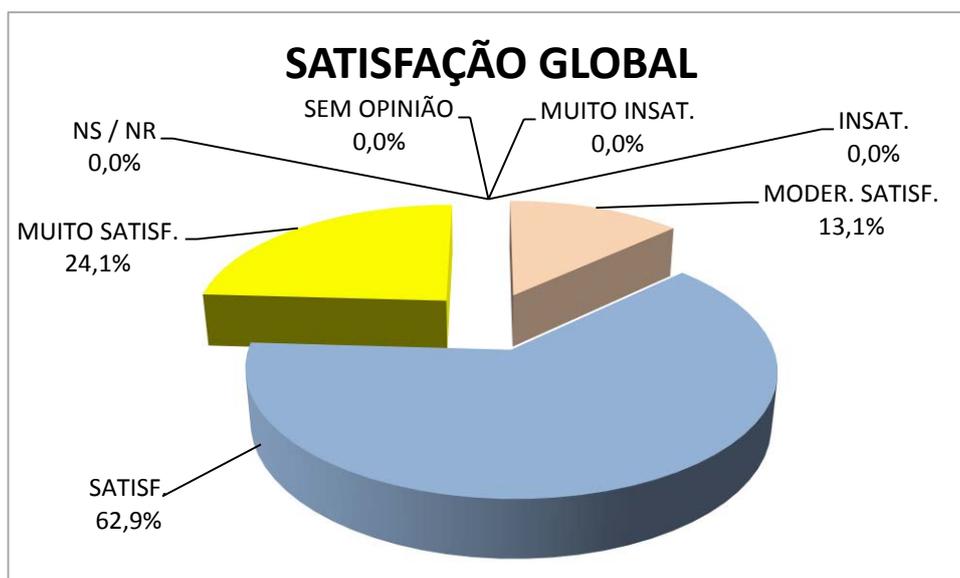
Verifica-se um resultado positivo de 78% de respostas favoráveis à perceção que os dirigentes intermédios 1º grau têm da DG (satisfeito e muito satisfeito).



Relativamente à questão sobre o estilo de liderança do Diretor-Geral os resultados são de novo muito positivos: 95% satisfeitos e muito satisfeitos.

Considerando as respostas a todas as questões base, os resultados são também positivos: 87% confirmam estar satisfeitos ou muito satisfeitos (v. gráfico).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012



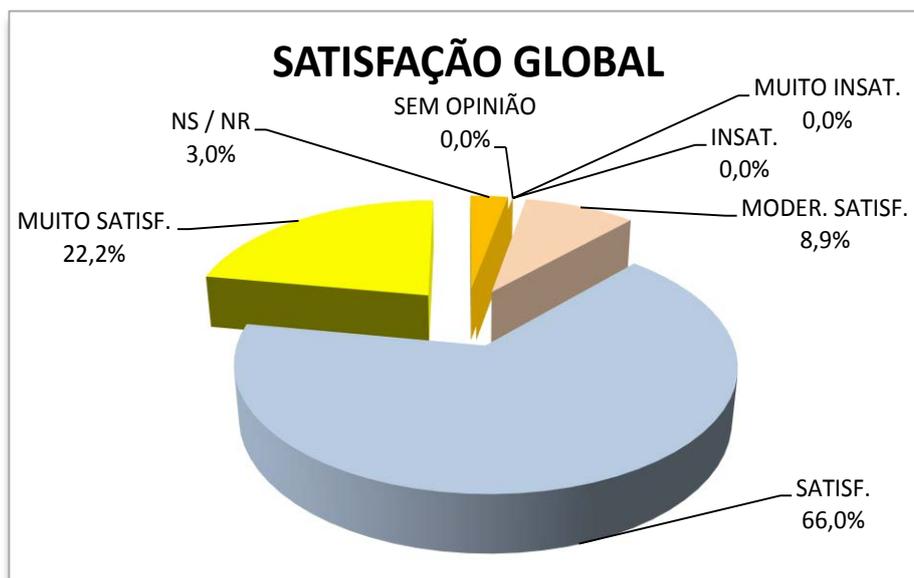
Do “Questionário para dirigentes intermédios de 2º grau ou equiparados” foram distribuídos 5 e entregues 5 (100%). Versou sobre a apreciação que recai na qualidade da gestão global do serviço (ver quadro).

Grau de satisfação/Questões	NS/NR	Sem opinião	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Moderadamente satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Valor médio da questão
Com a Organização	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	65,0%	35,0%	4,4
Gestão e sistemas de gestão	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,0%	56,0%	36,0%	4,3
Condições de trabalho	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	82,9%	14,3%	4,1
Desenvolvimento da carreira	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	64,0%	16,0%	4,0
Níveis de motivação	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	60,0%	20,0%	4,0
Estilo de liderança superior	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	52,0%	48,0%	4,5
Liderança intermédia 1º grau	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	92,0%	8,0%	4,1
Higiene, segurança, equipamentos e serviços	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	24,0%	56,0%	0,0%	3,7
Satisfação global	3,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,9%	66,0%	22,2%	4,1

Constata-se um resultado muito positivo de 100% de respostas favoráveis à percepção com a organização (satisfeito e muito satisfeito).



Considerando o total das respostas a todas as questões, os resultados são muito expressivos: 88,2% afirmam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a gestão global do serviço (v. gráfico).



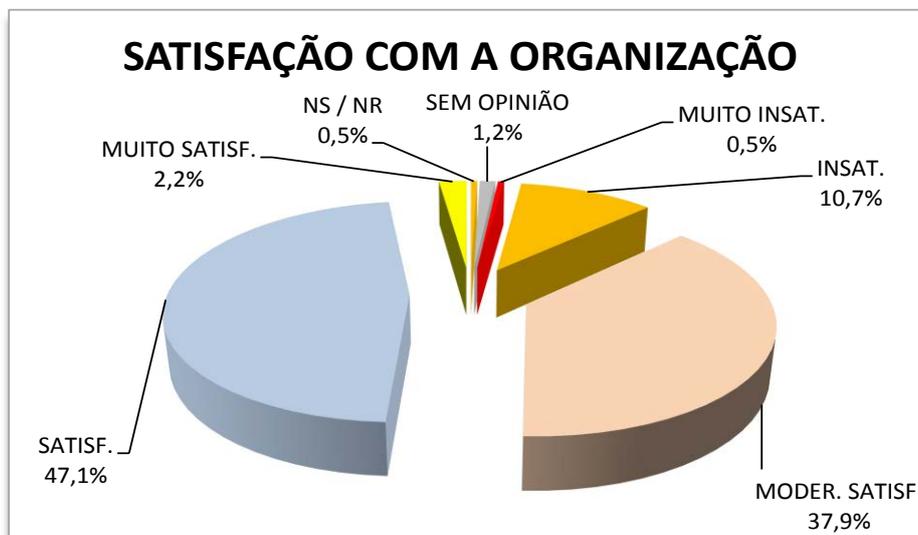


RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

O “Questionário de satisfação para trabalhadores” valorou os seguintes aspetos de satisfação: perceção geral dos colaboradores com a organização, gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, desenvolvimento da carreira, motivação, estilo de liderança, e, condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços. Foram distribuídos 136 questionários e devolvidos 103 (85%). O quadro seguinte resume os principais resultados percentuais obtidos.

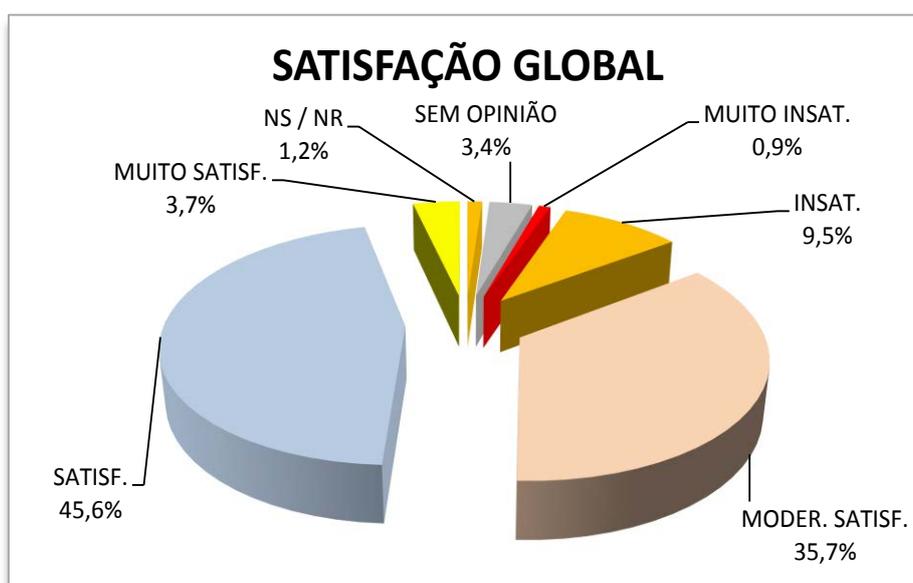
Grau de satisfação/Questões	NS/NR	Sem opinião	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Moderadamente satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Valor médio da questão
Com a Organização	0,5%	1,2%	0,5%	10,7%	37,9%	47,1%	2,2%	3,4
Gestão e sistemas de gestão	1,9%	1,9%	1,0%	10,5%	36,7%	41,0%	7,0%	3,4
Condições de trabalho	0,3%	1,2%	0,7%	9,0%	26,8%	57,4%	4,6%	3,6
Desenvolvimento da carreira	0,6%	4,5%	1,9%	13,0%	42,5%	36,5%	1,0%	3,2
Motivação	1,0%	2,7%	2,4%	10,0%	44,2%	37,6%	2,2%	3,3
Estilo de liderança (Dirigente superior)	3,0%	11,6%	0,1%	3,8%	32,4%	43,8%	5,3%	3,6
Estilo de liderança (Ch. Divisão ou equiparado)	2,0%	4,1%	0,4%	9,9%	32,3%	46,8%	4,5%	3,5
Higiene, segurança, equipamentos e serviços	0,0%	0,0%	0,5%	9,5%	32,5%	54,6%	2,9%	3,5
Satisfação global	1,2%	3,4%	0,9%	9,5%	35,7%	45,6%	3,7%	3,4

A resposta à questão “satisfação global com a organização” que se apresenta no gráfico abaixo, incide em sub-questões como a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e missão do serviço e, envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria.



O resultado alcançado é positivo: 87,2% dos trabalhadores consideram-se muito satisfeitos, satisfeitos ou moderadamente satisfeitos com a organização.

Considerando as respostas a todas as questões base (8), os resultados são também positivos: 85% revelam estar muito satisfeitos, satisfeitos ou moderadamente satisfeitos (v. gráfico).





Balanço Social

O Balanço Social, é um instrumento de gestão de avaliação e planeamento na área do pessoal, procurando maior transparência dos vários organismos públicos. Foi tornado obrigatório pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de Outubro, para todos os organismos da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores.

O Balanço Social da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) é uma ferramenta de análise e informação que divulga a situação socioprofissional do serviço. Reflete o compromisso dos trabalhadores e uma melhoria qualitativa das funções executadas e dos serviços prestados.

O documento expõe os dados de 2012 no que respeita aos recursos humanos da DGPRM. Os indicadores avaliados deverão ser o suporte de futuras tomadas de decisão nesta área, viabilizando, um melhor planeamento, coordenação e racionalização dos recursos existentes.

Destaca-se uma política de pessoal assente no desenvolvimento organizacional com o empenho dos dirigentes e restantes trabalhadores. Assim, tem-se procurado:

- A valorização das pessoas e aumento da sua motivação observando sempre que possível o acesso à formação profissional;
- O beneficiamento de instalações e equipamentos (condições de trabalho);
- O controlo eficiente da assiduidade;
- A gestão e racionalização dos encargos com pessoal, considerando as exatas necessidades de funcionamento.

O número de efetivos em 31 de Dezembro era de **153 trabalhadores** (-13% que 2011).

Caracterização do perfil profissional do pessoal da DGPRM:

- Grupo de pessoal - militar (53%);
- Grupos profissionais (dominância) - militar (51,6%) e técnico superior (24%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) - técnicas (66%);



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

- Sexo - masculino (57,5%);
- Idade - média 38 anos e meio
(grupo etário dominante 25 a 29 anos);
- Antiguidade na FP - 12 anos (média);
- Habilitações - formação superior (72%);
- Assiduidade - 8,4 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional - 62,4 h (média horas de formação/trabalhador).

O Balanço Social da DG constitui um documento próprio, já apresentado superiormente mas que se anexa ao presente Relatório.

Apreciação dos Objetivos Específicos das Unidades Orgânicas

Para além da avaliação detalhada do QUAR já apresentada, considerando todos os objetivos específicos/operacionais definidos pelas unidades orgânicas (desenvolvimento em detalhe neste Relatório de Atividades) sintetizam-se os resultados obtidos.

Unidade orgânica	Nº objetivos definidos	Nº de iniciativas	Atingidas	Superadas	Não atingidas
DSRHDN	10	24*	9	14	1
DSRASM	4	9	5	4	-
DSSASAC	10	21	6	15	-
DEPGR	5	10	1	9	-
Totais	29	64	21	42	1

* Duas iniciativas não tiveram desenvolvimento em 2012 por restrições orçamentais

Atentando todas iniciativas planeadas, foram atingidas e superadas 98% o que se pode considerar um resultado bastante positivo.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação

Conforme disposto no artigo 18.º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no presente relatório quanto à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGPRM no que respeita à concretização do QUAR é de 119,3%. Em termos qualitativos a DGPRM, dos objetivos constantes do seu QUAR, superou 7 e atingiu 2.

Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, propõe-se a atribuição da menção de BOM para o desempenho da DGPRM, visto que superou/atingiu os objetivos mais relevantes.

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	40%	30%	30%
Taxa de Realização	118,9%	123,3%	115,6%

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização	119,3%		



Avaliação dos Objectivos Operacionais das Unidades Orgânicas



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Unidade Orgânica - Direção de Serviços dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Objetivo 1 - Elaborar projetos legislativos e assegurar o respetivo acompanhamento, e elaborar pareceres técnicos na área de atribuições da Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaboração de Projetos de diploma	Concluídos para decisão superior dentro do prazo estabelecido	Antecipação do prazo estabelecido em 2 dias	Cumprir no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido em 2 dias
	RESULTADOS		X	
2 - Elaboração de pareceres técnicos e outros documentos de análise técnica	n.º de pareceres e documentos técnicos produzidos no tempo médio de 14 dias úteis, exceto casos de excepcional complexidade	Menos 1 dia útil	No tempo médio - 14 dias úteis	Mais do que o tempo médio
	RESULTADOS	X		

Objetivo 2 - Regulamentação do artigo 42.º do EMFAR

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaboração dos anteprojectos de diploma regulamentares do art. 42.º do EMFAR	Elaboração de projetos de diplomas da iniciativa do MDN que regulamentem o art.º42.º	Conclusão dos projetos no âmbito da DGPRM, antes do prazo fixado superiormente	Conclusão dos projetos no âmbito da DGPRM, no prazo fixado superiormente	Conclusão dos projetos no âmbito da DGPRM, depois do prazo fixado superiormente
	RESULTADOS	X		
2 - Acompanhamento da conformidade dos efetivos existentes nas FA com dos quantitativos máximos previstos na Lei	Acompanhamento trimestral	Produção de um mapa comparativo, até três semanas após a receção	Produção de um mapa comparativo, entre três e quatro semanas após a receção	Produção de um mapa comparativo, quatro semanas após a receção



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

		dos dados	dos dados	dos dados
	RESULTADOS	X		

Objetivo 3 - Acompanhar a aplicação do regime estatutário e remuneratório dos militares das FA, por forma a identificar e reportar à Tutela as dificuldades decorrentes da sua aplicação.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Reuniões bimestrais com as associações representativas dos militares (conforme Despacho da tutela)	Elaboração das notícias de reunião no prazo de 15 dias contados a partir do dia da realização da reunião.	Antecipação em 2 dias do prazo estabelecido	Realizado dentro do prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido em 2 dias
	RESULTADOS	X		

Objetivo 4 - Acompanhamento das medidas de execução constantes do Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325, aprovado pela RCM n.º 71/2009, de 25 de Agosto.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Participação em reuniões convocadas pela PCM, CIG ou Gabinete	Elaboração de notícias de reunião no prazo de 7 dias	Antecipação em 2 dias do prazo estabelecido	Conclusão no prazo	Conclusão depois do prazo
	RESULTADOS	X		
2 - Acompanhamento das medidas de execução no âmbito da DGPRM	Documento de avaliação semestral da execução das medidas	Elaboração do documento quinze dias até o termo do semestre	Elaboração do documento na segunda quinzena após o termo do semestre	Elaboração do documento depois da segunda quinzena depois da segunda quinzena do termo do semestre
	RESULTADOS		X	



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 5 - Assegurar o acompanhamento pelo MDN das matérias tratadas no *Committee on Gender Perspectives* da NATO e assegurar a representação do MDN no Conselho Consultivo da CIG.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaboração da documentação solicitada pelo Comité no âmbito da respetiva atividade	N.º de documentos produzidos/n.º de documentos solicitados pelo Comité	Envio dos documentos antes do prazo fixado pelo Comité	Envio dos documentos no prazo fixado pelo Comité	Envio dos documentos fora do prazo fixado pelo Comité
	RESULTADOS		X	
2 - Participação nas reuniões do Conselho Consultivo da CIG	N.º de reuniões convocadas pela CIG	Participação em todas as reuniões	Participação em 90% das reuniões	Participação em menos de 90% das reuniões
	RESULTADOS	X		
3 - Coordenação da atividade dos ramos no âmbito da implementação das medidas constantes dos Planos Nacionais para a Igualdade e Cidadania de Género, Contra a Violência Doméstica e Contra o Tráfico de Seres Humanos	N.º de documentos produzidos/n.º de elementos recebidos/n.º de contributos pedidos	Envio do(s) relatório(s) de execução antes do prazo fixado	Envio do(s) relatório(s) de execução dentro do prazo fixado	Envio do(s) relatórios fora do prazo fixado
	RESULTADOS	X		
4 - Monitorização da aplicação do plano sectorial do MDN	Elaboração de ponto da situação semestral	Conclusão de ponto da situação três semanas após o termo do semestre	Conclusão de ponto da situação entre três e quatro semanas após o semestre	Conclusão de ponto da situação após o termo do semestre
	RESULTADOS	X		

Nota: Os resultados dependentes da colaboração de entidades externas pressupõem o cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data da receção dos mesmos.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 6 - Conção de um Sistema de Gestão da Qualidade das Entidades Formadoras da Defesa Nacional (SGQEFDN), tendo em vista a sua certificação

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Análise do enquadramento normativo da certificação de entidades formadoras	Relatório situacional	Elaboração de relatório até 31 Agosto	Elaboração de relatório até 30 Setembro	Elaboração de relatório após 30 Setembro
	RESULTADOS		X	
Conção SGQEFDN	Apresentação da configuração do sistema	Apresentação até 30 de Novembro	Apresentação até 31 Dezembro	Apresentação após 31 Dezembro
	RESULTADOS		X	

Objetivo 7 - Promover o desenvolvimento da oferta educativa do ensino básico e secundário desenvolvida no âmbito da Defesa Nacional

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborar estudo de caracterização da atividade dos Estabelecimentos Militares de Ensino	Relatório situacional	Elaboração de relatório até 30 Março	Elaboração de relatório até 30 Abril	Elaboração de relatório após 30 Abril
	RESULTADOS	X		
Apresentar medidas de incremento de eficiência dos EMEs	Plano de medidas	Elaboração de relatório até 30 Maio	Elaboração de relatório até 30 Junho	Elaboração de relatório após 30 Junho
	RESULTADOS	X		
Monitorizar a atividade desenvolvida pelos EMEs	Relatório	Elaboração de relatório até 30 Outubro	Elaboração de relatório até 30 de Novembro	Elaboração de relatório após 30 de Novembro
	RESULTADOS		X	



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 8 - Potenciar o apoio à empregabilidade dos militares após a prestação de serviço militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização (face a 2011)		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Desenvolver os serviços de apoio ao emprego	Número de ofertas de emprego divulgadas Peso: 30%	Aumento do Nr Ofertas em 35%	Aumento do Nr Ofertas em 20%	Aumento do Nr Ofertas em menos de 20%
	RESULTADOS			X
	Capacidade de resposta em 3 dias às solicitações de documentação (declarações) Peso: 20%	Aumento do Nr respostas dentro do prazo em 5%	Aumento do Nr respostas dentro do prazo em 3%	Aumento do Nr respostas dentro do prazo em menos de 3%
	RESULTADOS	X		
2 - Desenvolver os serviços de apoio à qualificação (escolar e profissional)	Ações de formação desenvolvidas e nº de formandos Peso: 20%	Aumento do Nr ações em 20%	Aumento do Nr ações em 10%	Aumento do Nr ações em menos 10%
	RESULTADOS	X		
	Preparação da execução do subsídio de pagamento de propinas Peso: 10%	Preparação da fixação de verbas até Julho	Preparação da fixação de verbas até Outubro	Preparação da fixação de verbas depois de Outubro
	RESULTADOS	X		
3 - Desenvolver um programa de apoio à criação do próprio emprego no âmbito da Defesa	Número de militares apoiados; Peso: 20%	Aumento do Nr militares apoiados em 50%	Aumento do Nr militares apoiados em 30%	Aumento do Nr militares apoiados em menos 30%
	RESULTADOS		X	



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 9 - Promover a adequação do Regulamento de incentivos às necessidades do público-alvo e à sustentabilidade da profissionalização do serviço militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1- Elaborar nova proposta de Revisão do Regulamento de Incentivos	Apresentação da proposta Peso: 40%	Proposta apresentada até 30 Agosto	Proposta apresentada até 30 Setembro	Proposta apresentada depois de 30 de Setembro
	RESULTADOS		X	
2 - Prestar apoio técnico aos militares e unidades no âmbito da aplicação dos incentivos	Número de pedidos satisfeitos dentro dos prazos úteis (variam em função do assunto) Peso: 30%	> 90%	> 85%	<= 85%
	RESULTADOS	X		
3 - Realizar estudo de monitorização do funcionamento do Regulamento de Incentivos de 2008 a 2011	Apresentação de relatório Peso: 30%	Relatório apresentado até 30 Julho	Relatório apresentado até 30 Agosto	Relatório apresentado depois de 30 Agosto
	RESULTADOS		X	

Objetivo 10 - Promover a realização de um seminário de debate multidisciplinar, ao nível da Defesa Nacional, sobre a sustentabilidade (balanço e dificuldades) do Modelo de Profissionalização do Serviço Militar

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Justificar a necessidade do seminário e definir objetivos de realização	Relatório de justificação e enquadramento	Apresentação até final Setembro	Apresentação até Final de Outubro	Apresentação após final de Outubro
Elaboração do programa do seminário e estrutura de participantes	Programa de atividades	Apresentação até final Outubro	Apresentação até final Novembro	Apresentação até após final Novembro
	RESULTADOS	Este Objetivo não foi operacionalizado por restrições orçamentais		



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Unidade Orgânica - Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos do Serviço Militar**Objetivo 1** - Desenvolver o modelo de implementação do Dia da Defesa Nacional, tendo em consideração o reforçar da dimensão de cidadania

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1-Promover o cumprimento do DDN	A taxa de participação no DDN durante a 8ª Edição Peso 30%	>= 85%	>83%	<=83%
	RESULTADOS	X		
2-Melhorar os níveis de interesse da participação do DDN	Nível global de satisfação dos jovens durante a 8ª Edição do DDN (comparação com a 7ª Edição) Peso 30%	Aumentar o nível de satisfação	Manter o nível de satisfação	Diminuir o nível de satisfação
	RESULTADOS	X		
3-Ação de sensibilização em Primeiros Socorros no DDN (colaboração da CVP)	Nível de apreciação da Ação de Sensibilização (escala 1 a 7) Peso 40%	A moda da apreciação situa-se em 5 ou mais	A moda da apreciação situa-se entre 4 e 5	A moda da apreciação é inferior a 4
	RESULTADOS	X		



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 2 - Melhorar os procedimentos relativos à apreciação dos pedidos de dispensa e adiamentos

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1-Agilizar as respostas aos pedidos de Dispensas	Tempo de resposta após data de entrada Peso 50%	90% dos pedidos inferior a 20 dias	90% dos pedidos inferior a 30 dias	90% dos pedidos superior a 30 dias
	RESULTADOS		X	
2-Agilizar as respostas aos pedidos de Adiamentos	Tempo de resposta após data de entrada Peso 50%	90% dos pedidos inferior a 5 dias	90% dos pedidos inferior a 10 dias	90% dos pedidos superior a 10 dias
	RESULTADOS		X	

Objetivo 3 - Desenvolvimento da capacidade informativa nas áreas dos deveres militares, recrutamento e reinserção profissional.

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Melhorar a capacidade de atendimento integrado da Linha Azul.	Taxa de eficiência da linha Peso: 40%	Aumento da taxa de eficiência em 30%	Aumento da taxa de eficiência em 20%, ou mais.	Aumento inferior a 20%.
	RESULTADOS		X	
2- Eventos de Divulgação	Participação em eventos de divulgação com os ramos: 30%	Mais de um evento	Um evento	Nenhum evento
	RESULTADOS	X		
3 - Aumentar a capacidade de	Número de atendimentos presenciais	Aumento de 20%, ou mais	Aumento de 15%, ou mais	Aumento inferior a 15%



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

atendimento presencial da Loja da Profissionalização	Peso: 30%			
	RESULTADOS		X	

Objetivo 4 - Promoção de medidas relativas ao alcançar da política harmonizada de recrutamento militar sob a coordenação de um órgão central de recrutamento

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1- Definir um plano funcional para o órgão central de recrutamento	Plano funcional	Relatório apresentado até Outubro	Relatório apresentado até Novembro	Relatório apresentado depois de Novembro
	RESULTADOS		X	



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Unidade Orgânica - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes**Objetivo 1 - Apoiar a reestruturação da saúde militar**

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Realizar ou colaborar na realização de estudos no âmbito do processo de racionalização hospitalar e disponibilizar informação ao COSM	Nº de iniciativas Peso: 35%	10	8	<8
	RESULTADOS	X		
2 - Tomar diligências no âmbito da aplicação do Protocolo entre o MDN e o MS sobre o internato médico	Nº de iniciativas Peso: 35%	12	10	<10
	RESULTADOS	X		
3 - Assegurar a recolha de informação estatística no domínio da Saúde Militar	Prazo de concretização Peso: 30%	Até 31JUL	Até 31AGO	Após 31 AGO
	RESULTADOS	X		

Objetivo 2 - Apoiar processo legislativo conducente à fixação do regime jurídico dos quadros especiais da área da saúde

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaborar/participar na elaboração dos projetos de diploma relativos aos regimes jurídicos das carreiras das áreas da saúde militar	Prazo a observar Peso: 50%	Até 30 NOV	Até 31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS		X	
2 - Realizar (ou colaborar na realização de) estudos de	Prazo a observar Peso: 50%	Até 30 NOV	Até 31DEZ	Após 31 DEZ



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

avaliação legislativa				
	RESULTADOS	X		

Objetivo 3 - Aprofundar a cooperação com entidades parceiras no âmbito da saúde

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Ações de cooperação	Nº de iniciativas desenvolvidas Peso: 75%	7	5	<5
	RESULTADOS	X		
2 - Participar em ações de cooperação	Nº de participações efetivadas Peso: 25%	5	3	<3
	RESULTADOS	X		

Objetivo 4 - Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados, o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares	Data de entrega do Relatório Anual Peso: 100%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS		X	

Objetivo 5 - Melhorar o apoio social a prestar aos ex-militares incapacitados ao serviço das FA's e familiares

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

1 - Consolidar a atividade do Núcleo de Apoio Social (NAS)	Nº de novos casos objeto de acompanhamento Peso: 50%	>5	>2<=5	<3
	RESULTADOS	X		
2 - Prosseguir estudo que promova a codificação dos vários regimes visando a elaboração do Estatuto do Deficiente Militar (EDM)	Data de conclusão do Estudo Peso: 50%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS		X	

Objetivo 6 - Promover a melhoria contínua do regime de proteção social dos militares

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Prosseguir estudo de impacto das reformas da segurança social no regime aplicável aos militares	Data de conclusão do Estudo Peso: 50%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS		X	
2 - Aprofundar o estudo relativo aos regimes de segurança social aplicáveis a militares de países congéneres	Data de conclusão do Estudo Peso: 50%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS		X	

Objetivo 7 - Melhorar o padrão de serviço - áreas da saúde e assuntos sociais

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1- Atingir um padrão de serviço que possibilite fixar um período razoável para elaboração de projetos de medidas legislativas, bem como de informações e pareceres (comum)	Demora média Peso: 25%	10 dias úteis	15 dias úteis	<15 dias úteis



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

	RESULTADOS	X		
2 - Reduzir tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (comum)	Prazo de elaboração de respostas a solicitações institucionais e a particulares Peso: 25%	8 dias úteis	10 dias úteis	<10 dias úteis
	RESULTADOS	X		
3 - Incrementar a frequência de ações de formação especializada (comum)	Nº de ações de formação especializada frequentadas Peso: 10%	2	1	0
	RESULTADOS	X		
4 - Conceber projeto de conteúdos e sistema de alimentação que divulgue iniciativas e temáticas da Saúde Militar e dos Assuntos Sociais, quer na Intranet quer na Internet do MDN	Data de apresentação do Estudo Peso: 40%	30NOV	31DEZ	Após 31 DEZ
	RESULTADOS		X	

Objetivo 8 - Melhorar o índice de satisfação dos antigos combatentes em relação ao modo como são atendidos no Centro de Atendimento

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Medir a satisfação dos antigos combatentes	NÍVEL DE SATISFAÇÃO PERCEBIDA = (Resposta Inquérito Satisfação x 0,25) x 100 (Total de respostas x 4)	> 92 %	92 %	< 92 %
	RESULTADOS	X		



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 9 - Aumentar a produtividade - área dos antigos combatentes

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Medir o Índice de eficiência processual	<p>TAXA DE REALIZAÇÃO TOTAL = $\frac{\sum (\text{N}^\circ \text{ de Processos Despachados})}{\sum (\text{N}^\circ \text{ de Processos Distribuídos})} \times 100$</p> <p>TAXA DE OPTIMIZAÇÃO = $\frac{(\text{N}^\circ \text{ de Processos Despachados})}{(\text{N}^\circ \text{ de Processos Entrados})} \times 100$</p>	> 85 %	85 %	< 85 %
RESULTADOS		X		
Ajustar os processos, métodos e técnicas utilizadas tendentes à agilização da tramitação processual interna (tempo médio de conclusão de processos)	<p>TEMPO MÉDIO POR PROCESSO / COLABORADOR = $\frac{(\text{Data do Despacho} - \text{Data de Distribuição})}{(20 \text{ Dias Úteis})}$</p> <p>a) Tipo de processo: MUITO URGENTE</p> <p>b) Tipo de processo: URGENTE / TIPO A</p> <p>c) Tipo de processo: URGENTE / TIPO B</p> <p>d) Tipo de processo: NORMAL</p>	<p>< 1 DIA</p> <p>< 2 DIAS</p> <p>< 3 DIAS</p> <p>< 5 DIAS</p>	<p>1 DIA</p> <p>2 DIAS</p> <p>3 DIAS</p> <p>5 DIAS</p>	<p>> 1 DIA</p> <p>> 2 DIAS</p> <p>> 3 DIAS</p> <p>> 5 DIAS</p>
RESULTADOS		X		
Reduzir o tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (tempo médio de espera no atendimento)	<p>a) Tipo de Atendimento: - PRESENCIAL</p> <p>b) Tipo de Atendimento: - NÃO PRESENCIAL</p>	<p>< 10 Min.</p> <p>< 1 Min.</p>	<p>10 Min.</p> <p>1 Min.</p>	<p>> 10 Min.</p> <p>> 1 Min.</p>
RESULTADOS		X		



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo 10 - Promover a melhoria contínua do clima organizacional - área dos antigos combatentes

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Medir o índice de satisfação dos colaboradores	QUESTIONÁRIO DE SATISFAÇÃO PARA COLABORADORES	> 90 %	90 %	< 90 %
	RESULTADOS	X		



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Unidade Orgânica - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos (Participação do Gabinete de Assessoria Técnica à Direção nos objetivos 4 e 5)**Objetivo 1** - Garantir a execução e o acompanhamento permanente ao nível da contabilidade orçamental e reduzir os custos de operação e manutenção.

Iniciativa(s)	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Reduzir em 5% os custos de operação e manutenção.	Taxa de Execução Orçamental	<95%	95%	>95%
	RESULTADOS	X		

Objetivo 2 - Desmaterialização dos processos individuais dos trabalhadores que cessaram funções na DGPRM.

Iniciativa(s)	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conversão em formato digital dos processos individuais dos trabalhadores que cessaram funções na DGPRM e respetiva introdução em aplicação informática própria.	Data de conclusão da iniciativa	≤ 05-11-2012	= 26-11-2012	>03-12-2012
	RESULTADOS	X		

Objetivo 3 - Processo de gestão do património imobilizado da DGPRM.

Iniciativas	Indicadores	Concretização
-------------	-------------	---------------



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Proceder à inventariação de todos os bens, referentes ao imobilizado ativo, existentes nas instalações ocupadas pela DGPRM no edifício do Restelo.	Data de conclusão da iniciativa	<26-11-2012	= 03-12-2012	> 17-12-2012
	RESULTADOS	X		

Objetivo 4 - Coordenação e acompanhamento do processo SIADAP 1 2 3

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaboração e monitorização do QUAR (SIADAP 1)	Cumprimento dos prazos legalmente previstos	Construção-QUAR (até 25 de Novembro) Monitorização-QUAR (até 10 de Maio, 10 Set e 10 Jan)	Construção-QUAR (até 30 de Novembro) Monitorização-QUAR (até 15 de Maio, 15 Set e 15 Jan)	Construção-QUAR (após 30 de Novembro) Monitorização-QUAR (após 15 de Maio, 15 Set e 15 Jan)
	RESULTADOS	X		
2 - Coordenação e acompanhamento do SIADAP 2 e 3	Cumprimento dos prazos legalmente previstos	Anterior a 31 de Março	Até 31 de Março	Após 31 de Março
	RESULTADOS	X		

Objetivo 5 - Manter atualizados e otimizados os principais instrumentos de gestão e apoio à decisão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (Plano de Atividades, Relatório de Atividades e Balanço Social).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Iniciativas	Indicadores	Concretização		
		Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1 - Elaborar o Plano de Atividades 2013	Apresentar o Plano no prazo previsto	Outubro 2012	Novembro 2012	Dezembro 2012
	RESULTADOS		X	
2 - Elaborar o Relatório de Atividades 2011	Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto	Até 15 de Março 2012	Até 31 Março 2012	Após 31 Março 2012
	RESULTADOS	X		
3 - Elaborar o Relatório de Autoavaliação do Serviço 2011	Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto	Até 15 de Março 2012	Até 31 Março 2012	Após 31 Março 2012
	RESULTADOS	X		
4 - Elaborar o Balanço Social 2011	Apresentar o Balanço Social no prazo legalmente previsto	Até 15 de Março 2012	Até 31 Março 2012	Após 31 Março 2012
	RESULTADOS	X		
5 - Elaborar o Relatório Sintético 2011	Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto	Até 15 de Março 2012	Até 31 Março 2012	Após 31 Março 2012
	RESULTADOS	X		



Glossário

Listagem síntese de Programas e Ações



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

GLOSSÁRIO*

Objectivos estratégicos – resultados globais a atingir pela DGPRM para o desempenho da sua missão (função social). Materializam-se no Plano de Actividades através de Programas.

Estratégia – meios e processos considerados pelo serviço para a prossecução dos objectivos definidos (orientações de gestão, recursos, distribuição de responsabilidades...).

Programa – conjunto interdependente de actividades e projectos (acções) com vista a alcançar um ou vários objectivos estratégicos previamente enunciados pela Direcção-Geral.

Acção – modo ou processo de actuação (concreto, pragmático) dos programas, através da realização de projectos ou de diversos tipos de actividades. Enunciam-se para cada uma os resultados esperados a obter.

Actividade – conjunto de tarefas que concorrem articuladamente para a realização de um ou mais objectivos de cada serviço, que afecta recursos e possibilita identificar resultados.

Tipificação das actividades:

- *periódicas* (ocasionais; sazonais);
- *correntes* (rotineiras, de execução permanente e indispensáveis para a produção de serviços numa área pré-determinada: jurídica, pessoal, contabilidade...);
- *manutenção* (de conservação e/ou apoio a serviços, equipamentos, programas informáticos (...)) concorrendo para o seu normal funcionamento).

Projecto – forma de acção ou processo organizativo temporário e delimitado no tempo (início/fim), que mobiliza recursos (humanos, financeiros materiais), possui um núcleo responsável criado para o efeito (gestor/equipa) e procura uma solução concreta e específica para uma necessidade (objectivos).

Os projectos distinguem-se normalmente das actividades (cf. anteriormente definidas) pela sua natureza, i. é., serem originados para um fim particular e possuem um «ciclo de vida» (definição, concepção, planeamento, implementação, conclusão e avaliação).

A *complexidade dos projectos* é em regra “proporcional” ao grau crescente de envolvimento de diversos factores, nomeadamente: meios (humanos, financeiros), duração prevista, organismos envolvidos, dificuldades de gestão e riscos previsíveis (bloqueios, constrangimentos, situações adversas).

Avaliação – apreciação (qualitativa e quantitativa) do grau de execução das acções, de acordo com os resultados esperados previamente enunciados.

* Explicitação de conceitos aplicados nos Planos e Relatórios de Actividades da DGPRM



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

LISTAGEM SÍNTESE DE PROGRAMAS E AÇÕES

Programa 01

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Qualificação e Formação

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade

Ações

01-01	Ensino Superior Público Militar
01-02	Ensino básico e secundário
01-03	Qualificação profissional dos militares do RV/RC
01-04	Sistema de Certificação das Entidades formadoras dos Ramos
01-05	Representação da Defesa nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação (Sistema Nacional de Qualificação - ANQ)
01-06	Apoio à coordenação da implementação do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação no âmbito das Forças Armadas
01-07	Representações do Ministério da Defesa Nacional no âmbito do Ensino e Formação
01-08	Elaboração do relatório final do estudo de caracterização dos processos de desistência dos militares RC/RV, tanto em períodos de formação como no decurso da duração do período de contrato
01-09	Coordenação nacional da iniciativa europeia de intercâmbio de oficiais durante a sua formação militar "Erasmus Militar"
01-10	Formação em organismos internacionais e estrangeiros
01-11	Nato Training Group (NTG)
01-12	Elaboração do relatório final do Estudo das políticas de ensino e formação das Forças Armadas em países NATO
01-13	Desenvolvimento de estudos temáticos sobre a integração das mulheres nas Forças Armadas
01-14	Elaboração de um estudo comparado de caracterização do processo formativo da categoria de sargentos, tendo em vista a elevação das qualificações respetivas
01-15	Consultadoria

Programa 02

Dimensionar os Recursos Humanos

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

02-01	Dimensionamento dos Efetivos
02-02	Controlo dos Efetivos Militares
02-03	Efetivos dos Quadros Permanentes
02-04	Efetivos em Regime de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV) de cada ramo das Forças Armadas
02-05	Ciclo de Planeamento das Forças
02-06	NATO Annual Defense Review - DPQ

Programa 03

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

03-01	Assistência Religiosa das Forças Armadas
03-02	Diplomas complementares do EMFAR
03-03	Regulamento de Continências e Honras Militares
03-04	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada
03-05	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas
03-06	Lei de Defesa Nacional



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

03-07	Representação do MDN no Gabinete do Ministro da Presidência
03-08	Representação do MDN na CIG
03-09	Legislação no âmbito internacional
03-10	Committee on Gender Perspectives da NATO Forces
03-11	Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH
03-12	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais
03-13	Carreiras e Regime Retributivo do Pessoal Civil
03-14	Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris do Exército
03-15	Carreiras e Regime Retributivo do pessoal militarizado
03-16	Estatuto do Pessoal e Regime Retributivo do Pessoal da Polícia Marítima
03-17	Regime Retributivo dos militares
03-18	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos do pessoal militar
03-19	Representações do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências da DCRE
03-20	Audição das associações socioprofissionais e sindicais
03-21	Sistema Integrado de Gestão - SIGRHV
03-22	Assessorias exteriores
03-23	Consultadoria

Programa 04**Participar na Cooperação Técnico-Militar**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

04-01	Cooperação Técnico-Militar com os PALOPs
-------	--

Programa 05**Promover a consolidação da Profissionalização do Serviço Militar e a Empregabilidade**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade

Ações

05-01	Promover o papel do Regulamento de Incentivos na consolidação do processo de profissionalização do serviço militar
05-02	Apoio à inserção dos militares e ex-militares contratados no mercado de trabalho (CIOFE)
05-03	Subsídios para Estudos Superiores e pagamento de Propinas
05-04	Monitorização dos processos de (re)inserção socioprofissional dos ex-militares em RC/RV
05-05	Fomentar a capacidade de análise relativamente à informação recolhida no âmbito do Dia da Defesa Nacional tendo em vista a monitorização da relação dos jovens com as FA
05-06	Consultadoria

Programa 06**Assegurar o cumprimento dos Deveres Militares**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Deveres Militares

Ações

06-01	Recenseamento Militar
06-02	Dia da Defesa Nacional
06-03	Promoção e divulgação dos deveres militares e das formas de prestação de serviço militar
06-04	Coordenar a política de recrutamento e o desenvolvimento do processo de Recrutamento Militar
06-05	Gerir a situação militar dos cidadãos perante os deveres militares
06-06	Cooperação Bilateral no Âmbito de Projetos de Cooperação com Países pertencentes a Organizações das quais Portugal faz parte
06-07	Boletim SERVIÇO Militar
06-08	Consultadoria



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Programa 07**Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01	Reestruturação da Saúde Militar
07-02	Vigilância Epidemiológica
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar
07-04	Conselho Consultivo da Saúde Militar
07-05	Grupo OTAN/Saúde
07-06	Normalização na área da Saúde
07-07	Quadros Especiais das áreas da Saúde
07-08	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN
07-09	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar
07-10	Saúde Mental
07-11	Coordenação do Programa para a Prevenção e Combate às Toxicodependências nas Forças Armadas
07-12	Consultadoria

Programa 08**Fomentar o Bem-Estar Social dos RH**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes / Divisão de Assuntos Sociais

Ações

08-01	Assistência na Doença aos Militares (ADM)
08-02	Apoio Social aos Militares ex-Militares e suas Famílias
08-03	Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA)
08-04	Ação Social Complementar/Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.)
08-05	Reabilitação dos deficientes militares
08-06	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais
08-07	Consultadoria

Programa 09**Apoiar os Antigos Combatentes**

Unidade responsável - Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes

Ações

09-01	Medição da satisfação dos Antigos Combatentes
09-02	Medir o índice de eficiência processual
09-03	Ajustar os processos, métodos e técnicas utilizadas tendentes à agilização da tramitação processual interna (tempo médio de conclusão dos processos)
09-04	Reduzir o tempo de resposta a solicitações institucionais e particulares (tempo médio de espera no atendimento)
09-05	Medir o índice de satisfação dos trabalhadores

Programa 10**Promover a Divulgação de Estudos, o Planeamento e a Modernização da DGPRM**

Unidade responsável - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos

Ações

10-01	Controlo de Execução da Atividade da DGPRM
10-02	Divulgar informação de interesse da DGPRM
10-03	Modernização e simplificação administrativa da DGPRM
10-04	Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa (SIMPLEX) da DGPRM



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

10-05	Consultadoria
-------	---------------

Programa 11

Gerir os Recursos da DG de Pessoal e Recrutamento Militar

Unidade responsável - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos

Ações

11-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DGPRM
11-02	Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos colaboradores da DGPRM
11-03	Gerir os recursos financeiros da DGPRM
11-04	Gerir os recursos patrimoniais
11-05	Análise da execução orçamental
11-06	Gestão de economato
11-07	SIADAP (área técnica e administrativa)
11-08	Consultadoria

Programa 12

Explorar os Sistemas de Informação da DGPRM

Unidade responsável - Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos

Ações

12-01	Gestão e controlo de Pessoal
12-02	Sistema de Gestão Documental
12-03	Sistema de Informação e Gestão (SIG)
12-04	SIADAP (informatização)
12-05	Base de Dados Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)
12-06	Gestão das Bases de Dados
12-07	Desenvolvimento de soluções informáticas
12-08	Desenvolvimento, gestão e atualização dos SI/TIC

Programa 13

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Unidade responsável - Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

13-01	Campeonatos Nacionais de Desporto Militar
13-02	Política Desportiva Militar
13-03	Torneios e Campeonatos Mundiais de Desporto Militar
13-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Programa 14

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Unidade responsável - Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

14-01	Atividades do SARFAFS em Portugal
14-02	Atividade internacional do SARFAFS
14-03	Atividades editoriais da SARFAFS



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Programa 15

Gestão de Projetos

Unidade responsável - Gabinete de Gestão de Projetos (Equipa Multidisciplinar)

Ações

15-01	Revisão da legislação enquadrante da Defesa Nacional
-------	--



Programas e Ações (Avaliação detalhada de Resultados)



PROGRAMA 01
Promover o Aperfeiçoamento
do Sistema de Qualificação e Formação



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Programa 01

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Qualificação e Formação

Unidade responsável – *Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade*

Ações

01-01 | Ensino Superior Público Militar

Objetivo

Desenvolver estudos e apresentar propostas relativas ao sistema de Ensino Superior Público Militar. Promover a adequação e enquadramento do ensino superior público militar. Assegurar o apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – Universidades/MCTES-DGES

Resultados

Foi garantido todo o apoio ao CESM (acas das reuniões; análise técnica das matérias apreciadas no conselho);
Foram analisadas as propostas de Regulamento Interno da Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea;
Foi analisado o processo de reconhecimento das ciências militares como ramo autónomo do saber científico.

01-02 | Ensino básico e secundário

Objetivo

Desenvolver estudos e apresentar propostas relativas ao ensino básico e secundário das Forças Armadas, tanto em termos de configuração da oferta educativa como das estruturas de implementação.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – EXE/SG

Resultados

Foi terminado o estudo de caracterização da situação dos três EMEs;
Foi dado apoio técnico à equipa de trabalho nomeada por despacho do MDN para apresentação de propostas de reestruturação (coordenada pelo Professor Marçal Grilo), tendo culminado na elaboração de um relatório;
Está a ser assegurado o apoio técnico à Comissão Técnica de Acompanhamento nomeada pelo MDN para acompanhar a implementação das medidas aprovadas e que é coordenada pelo Professor Joaquim Azevedo.

01-03 | Qualificação profissional dos militares do RV/RC

Objetivo



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Acompanhar a reforma da Formação Profissional em curso, bem como coordenar a conceção e implementação de programas e ações de qualificação (de dupla certificação) orientadas para as necessidades dos Ramos da Forças Armadas e do mercado de emprego Armadas e rentabilidade dos investimentos em formação.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos/Entidades certificadoras e formadoras/ANQ/IEFP

Resultados

Foi elaborado um relatório de caracterização da situação;
Foram apresentadas propostas conducentes à preparação de uma política de Defesa Nacional para a área da formação profissional.

01-04 Sistema de Certificação das Entidades formadoras dos Ramos

Objetivo

Conceção de um sistema de Gestão da Qualidade das Entidades Formadoras da Defesa Nacional, tendo em vista a sua certificação.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos/ANQ/IEFP

Resultados

Foram capacitados 14 elementos da DGPRM com formação em conceção de sistemas de gestão da qualidade e em auditoria de sistema da qualidade;
Foi desenvolvido um projeto de sistema de certificação de entidades formadoras das Forças Armadas (que terá agora de ser articulado com os ramos).

01-05 Representação da Defesa nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação (Sistema Nacional de Qualificação – ANQ)

Objetivo

Assegurar a representação da Defesa nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação considerados estratégicos para os Ramos.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos

Resultados

A DGPRM assegura a representação da Defesa Nacional em 11 conselhos sectoriais;
A DGPRM esteve representada em 5 reuniões dos diversos conselhos.

01-06 Apoio à coordenação da implementação do Acordo de Cooperação Interministerial nas áreas de Educação e Formação no âmbito das Forças Armadas

Objetivo

Apoio à coordenação pela DGPRM das ações necessárias para a implementação do Acordo e consequente cumprimento dos objetivos neles assumidos.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – Ramos/ME/MTSS/ANQ/IEFP

Resultados

Foi elaborado um estudo situacional do acordo de cooperação (síntese das atividades desenvolvidas);
Foi desenvolvida uma proposta de atualização do acordo tendo por base as alterações nas suas premissas de base (novas oportunidades) e uma maior adequação às necessidades das Forças Armadas (certificação profissional; adaptação da formação militar aos referenciais nacionais).

01-07 Representações do Ministério da Defesa Nacional no âmbito do Ensino e Formação

Objetivo

Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN
Outras entidades intervenientes –

Resultados

A DGPRM assegura a representação do MDN na Comissão de Regulação do Acesso a Profissões;
Foram desenvolvidos todos os trabalhos de adaptação à legislação europeia das profissões regulamentadas no âmbito da Defesa.

01-08 Elaboração do relatório final do estudo de caracterização dos processos de desistência dos militares RC/RV, tanto em períodos de formação como no decurso da duração do período de contrato

Objetivo

Contribuir para identificar e caracterizar as situações de desistência e os desistentes, identificando fatores explicativos destas situações, bem como fatores potenciadores da permanência nas fileiras, propondo medidas de ajustamento em matéria de Regulamento de Incentivos.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – DAPSM/Ramos

Resultados

Foram analisados os dados dos inquéritos e elaborado um relatório final;
Foram apresentadas propostas de discussão dos resultados com os ramos que mereceram aprovação e que serão posteriormente desenvolvidas.

01-09 Coordenação nacional da iniciativa europeia de intercâmbio de oficiais durante a sua formação militar "Erasmus Militar"

Objetivo

Assegurar a participação nacional nas reuniões internacionais, bem como a coordenação dos subsequentes trabalhos nacionais.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – Ramos/DGPDN/MNE

Resultados

Participação em duas reuniões do *Implementation Group*, tendo sido reunida toda a informação e elaborado ponto de situação da iniciativa europeia de intercâmbio de oficiais durante a sua formação militar "Erasmus Militar". (PMB);
Acompanhamento de toda a atividade desenvolvida através da análise da informação que é remetida pelos coordenadores do projeto.

01-10 | Formação em organismos internacionais e estrangeiros

Objetivo

Proceder à divulgação de cursos promovidos por entidades internacionais e estrangeiras. Coordenar e providenciar a prévia marcação das vagas necessárias à participação em cursos, congressos, estágios e reuniões internacionais. Divulgar a documentação respeitante a estas realizações (JSSG - Joint Service Sub-Group NTGWG/IT&ED - NATO Training Group / Individual Training and Education Developing NBC - Nuclear, Biological and Chemical)

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – DIV
Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos/SG/DGPDN/CNPCE

Resultados

Gestão do processo de formação no âmbito da Nato School relativo ao ano de 2012 - 70 cursos efetivamente frequentados.
Planeamento do processo de formação no âmbito da Nato School relativo ao ano de 2013 - foram inicialmente solicitadas à Nato School 77 vagas e atribuídas 71.

01-11 | Nato Training Group (NTG)

Objetivo

Assegurar a representação nacional no âmbito do NTG.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – Ramos

Resultados

Nenhuma atividade a reportar.

01-12 | Elaboração do relatório final do Estudo das políticas de ensino e formação das Forças Armadas em países NATO

Objetivo

Estudo de direito comparado relativo ao ensino e formação militar na fase de recrutamento.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes –

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Foi recolhida toda a informação solicitada a Espanha, França, Holanda e Reino-Unido, tendo iniciado a fase de harmonização da informação, naturalmente díspar, tendente a elaboração de relatório conclusivo.

01-13 | Desenvolvimento de estudos temáticos sobre a integração das mulheres nas Forças Armadas

Objetivo

Produzir informação que permita compreender o processo da integração das mulheres nas Forças Armadas.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – DGPRM

Sub-ações:

1. Elaboração de um estudo sobre as representações da igualdade de género (nas Forças Armadas e na sociedade) formuladas pelos jovens portugueses participantes no dia da defesa Nacional;
2. Desenvolvimento de um estudo de caracterização da participação das mulheres militares nas missões de apoio à paz (dimensão da participação e motivações).

Resultados

Foi elaborado um estudo sobre as perceções de igualdade género nos Jovens participantes no DDN ciclo 2011/2012;
Foi desenvolvido um projeto estudo de caracterização da participação das mulheres em missões de paz, que vai ser implementado em 2013 em parceria com os ramos.

01-14 | Elaboração de um estudo comparado de caracterização do processo formativo da categoria de Sargentos, tendo em vista a elevação das qualificações respetivas

Objetivo

Caracterizar a formação dos sargentos nos três ramos e avaliar as possibilidades/necessidades de elevação das respetivas qualificações

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foi efetuada recolha de informação situacional;
Foi analisada a proposta de revisão da Portaria dos cursos de formação de sargentos da Força Aérea;
Foram analisadas duas propostas da Força Aérea para elevação da qualificação de sargento (de duas áreas profissionais) para nível 5;
Foi analisada uma proposta de alteração do Regulamento da Escola de Sargentos do Exército.

01-15 | Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito da Qualificação e Formação e certificação profissional,



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

quando solicitados.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foram analisadas propostas de diploma relacionados com o ensino e a formação

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 02

Dimensionar os RH



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Programa 02**Dimensionar os Recursos Humanos**

Unidade responsável – Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/
Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações**02-01 Dimensionamento dos Efetivos Militares****Objetivo**

Estudar e propor medidas relativas ao dimensionamento de efetivos.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos

Resultados

Análise do projeto de diploma que fixou o novo quantitativo máximo de militares do QP na estrutura orgânica dos ramos (Decreto-Lei n.º 211/2012, de 21 de Setembro).
Elaboração do projeto de portaria que fixou a distribuição do quantitativo máximo de militares RV/RC por categorias e ramos (Portaria n.º 469/2012, de 24 de Setembro).
Apresentação da proposta de redução de efetivos RV/RC que veio a ser consagrada na LOE 2013.
Monitorização do quantitativo máximo de militares em RV/RC para o ano de 2012 nos termos do art.º 41.º da LOE 2012.

02-02 Controlo dos Efetivos Militares**Objetivo**

Promover a atualização permanente do registo de efetivos do pessoal das Forças Armadas, nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço. Comparar os efetivos autorizados através de diploma legal com os efetivos existentes. Proceder à análise estatística dos efetivos militares. Recolher os dados no âmbito do artigo 51º da LOE 2012 e reportar os mesmos às entidades competentes.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos

Resultados

Atividade permanente e em execução. Análise estatística, elaboração de relatórios trimestrais com base nos mapas de controlo trimestral nos termos do art.º 51.º da LOE 2012 e subsequente envio dos mapas à DGO, SG/MDN e DGAEP.

02-03 Efetivos dos Quadros Permanentes



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Objetivo

Analisar as propostas do CCEM e dos ramos relativas à prestação de serviço por militares no ativo e na reserva, nos ramos, na estrutura orgânica das Forças Armadas e fora dela, e ultimar os respetivos projetos de diplomas (n.ºs 2, 3, 4 e 5 do artigo 42º do EMFAR).

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos

Resultados

Elaboração de pareceres, informações e projetos de despachos sobre a prestação de serviço efetivo por militares na situação de ativo e de reserva na Liga dos Combatentes, Secretaria-Geral, IASFA, Cruz Vermelha, Gabinete Nacional de Segurança e Serviços Centrais/MDN.

02-04 Efetivos em Regime de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV) de cada ramo das Forças Armadas

Objetivo

Apreciar a proposta do CCEM e submeter à consideração superior o projeto de Decreto Regulamentar. Verificar e analisar a observância dos procedimentos instituídos relativos aos mecanismos de controlo prévio das admissões e das renovações nestes regimes.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos

Resultados

Monitorização das propostas para admissões em 2012. Elaboração das propostas fundamentadas de admissões para 2013 e renovações de contrato para o segundo semestre de 2012 e primeiro semestre de 2013, nos termos de Despacho Conjunto n.º 9031/2007, de 23 de Abril, do MEF e do MDN, conjugado com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto assim como o art.º 42.º da LOE 2012.

02-05 Ciclo de Planeamento das Forças

Objetivo

Colaborar com o EMGFA/Ramos no âmbito do ciclo de planeamento das forças, nomeadamente através da participação nas respetivas reuniões de trabalho.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – DGPDN e EMGFA

Resultados

Resposta a pedido de dados suplementares sobre métricas de defesa e atualização dos Planos Nacionais. Resposta a pedido de recolha de dados de defesa – resultados de 2011.

02-06 NATO Annual Defense Review – DPQ/NATO Defence Planning Capability Survey – DPCS/ NATO Defence Planning Process - NDPP

Objetivo

Representação da DGPRM nas atividades relacionadas com a NATO Annual Defense Review



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

- DPQ.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII
Outras entidades intervenientes – N ATO e DGPDN

Resultados

Representação da DGPRM nas atividades relacionadas com o NATO Defence Planning Process 2012, incluindo reuniões de coordenação com a DGPDN.

02-np | Atividades/projetos não previstos

Resultados

Projeto de despacho que fixa o número de vagas para admissão aos cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos Quadros Permanentes para o ano letivo de 2012 e 2013/2014.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 03
Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH



Programa 03

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Unidade responsável – Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Carreiras, Remunerações e Efetivos

Ações

03-01 | Assistência Religiosa das Forças Armadas

Objetivo

Acompanhamento da implementação do Decreto-Lei n.º 251/2009, de 23 de Setembro, diploma que regula o exercício da assistência religiosa nas Forças Armadas e nas Forças de Segurança.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes – Gab/SEDNAM, EMGFA, Ramos, Cap. Mor, MNE e MAI

Resultados

Concessão de apoio técnico ao Conselho Consultivo de Assistência Religiosa e à Capelania-mor.
Elaboração de informações e pareceres sobre esta matéria.

Nota – Dependente de articulação com o MAI.

03-02 | Diplomas complementares do EMFAR

Objetivo

Elaboração de um levantamento das matérias em que o EMFAR remete para legislação complementar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos

Subações

1. Elaboração de legislação regulamentar.

Resultados

Levantamento de todas as normas do Estatuto que remetem para diplomas regulamentares e explicitação de todos os diplomas aprovados e das matérias que carecem de regulamentação.

03-03 | Regulamento de Continências e Honras Militares

Objetivo

Eventual atualização do projeto de diploma.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Resultados

Sem desenvolvimento em 2012..

03-04 | Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada

Objetivo

Colaborar com o MAI e Ramos das FAs no procedimento de aprovação dos uniformes das empresas de segurança privada.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – MAI/Ramos

Resultados

Atividade permanente e em execução. Constituição de processos relativos a cada empresa de segurança privada e encaminhamento dos mesmos para as entidades envolvidas em tempo útil. Foram instruídos 38 processos de aprovação dos uniformes das empresas de segurança privada.

03-05 | Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas

Objetivo

Colaboração na alteração dos diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas e respetiva regulamentação.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – CCEM/Ramos

Resultados

Elaboração de parecer sobre propostas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas.

03-06 | Lei de Defesa Nacional

Objetivo

Estudar, conceber e propor alterações à LDN e respetiva regulamentação.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes –

Resultado esperado Regulamentação da LDN.

Subações

1. Atualização e divulgação dos dados relativos às Associações no site do MDN e comunicação dos mesmos ao EMGFA e aos ramos.

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Atualização e divulgação dos dados. Comunicação do número de associados e dos elementos que integram os corpos sociais ao EMGFA e aos ramos para efeitos da aplicação do Estatuto do Dirigente Associativo Militar.

03-07 | Representação do MDN no Gabinete do Ministro da Presidência

Objetivo

Assegurar a representação do MDN/DGPRM no Gabinete do Ministro da Presidência.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – Várias entidades

Subações

1. Colaboração na implementação do Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução CSNU 1325/2000, aprovada pela RCM nº 71/2009.
2. Adaptação e aplicação de Diretivas e Recomendações no âmbito do MDN.
3. Transposição de instrumentos de direito internacional.
4. Colaboração com o Gabinete.

Resultados

Sem desenvolvimento em 2012.

03-08 | Representação do MDN na CIG

Objetivo

Assegurar a representação do MDN/DGPRM no Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – Ramos e várias entidades

Subações

1. Acompanhamento da execução da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.
2. Acompanhar a avaliação da implementação dos Planos Nacionais pelos ramos das FA.
3. Monitorização do Plano Sectorial do MDN.

Resultados

Foi assegurada a representação do MDN em todas as reuniões quer da Secção Interministerial do Conselho Consultivo quer no Plenário.

Realização de reuniões com a Equipa Interdepartamental do MDN, constituída pela SG/MDN, DGPRM, IDN, EMGFA e ramos, tendo em vista o acompanhamento e execução das planificações setoriais para 2012 do IV PNI e PNA 1325.

Participação em ações de formação ministradas pela CIG.

Organização, em articulação com a CIG, de um Seminário sobre a participação das mulheres em missões internacionais, que decorreu em 17 de Julho, no Auditório da Assembleia da República.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

03-09 | Legislação no âmbito internacional

Objetivo

Acompanhamento da produção legislativa no âmbito dos RH da Defesa ao nível internacional.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Acompanhamento da aplicação da Carta Social Europeia (Conselho da Europa).
2. Acompanhamento da aplicação da diretiva de emprego da UE, nomeadamente do seu artº 13º.
3. Aplicação de instrumentos de direito internacional.

Resultados

Análise da Orgânica das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe – Decreto-Lei n.º 9/2012.

Preenchimento do Questionário sobre a implementação da Recomendação sobre os Direitos do Homem dos Membros das Forças Armadas, do Comité de Ministros do Conselho da Europa CM/Rec(2010)4, aprovada em 24 de fevereiro de 2010.

03-10 | Committee on Gender Perspectives da NATO Forces

Objetivo

Assegurar o acompanhamento pela DGPRM/MDN das questões colocadas pelo Committee on Gender Perspectives da NATO.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII

Outras entidades intervenientes – NATO/Ramos

Subações

1. Responder às solicitações da Organização e dos países membros.

Resultados

Atualização e envio do Relatório Anual, incluindo solicitações aos ramos das Forças Armadas para contributos.

03-11 | Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH

Objetivo

Colaborar na produção legislativa no âmbito dos recursos humanos da Defesa Nacional.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA/Ramos/SG/DGPDN

Subações

1. Elaboração de um projeto de DL que visa aprovar o regime jurídico dos adidos militares, dos cargos internacionais e das missões militares.

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Análise de projetos de diplomas relativos ao pessoal do MNE com incidência no âmbito do MDN.

03-12 | Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais

Objetivo

Apoio aos Ramos, aos Órgãos e Serviços Centrais e aos organismos tutelados pelo MDN na elaboração e aperfeiçoamento da sua legislação orgânica e outros diplomas legais.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – EMGFA/SCS/Ramos

Resultados

Aplicação nas Forças Armadas do Código Contributivo da Segurança Social

03-13 | Carreiras e Regime Retributivo do Pessoal Civil

Objetivo

Estudar e propor soluções no âmbito dos regimes de vinculação, de carreiras e regime retributivo do pessoal civil dos serviços departamentais das Forças Armadas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Sem desenvolvimento em 2012.

03-14 | Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris do Exército

Objetivo

Estudar e propor soluções atinentes à definição do regime de vinculação do pessoal civil dos EFE, incluindo carreiras e regime retributivo.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Análise e informação de pedidos de contratação de pessoal civil para os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas e de Operários para as OGME.

03-15 | Carreiras e Regime Retributivo do pessoal militarizado

Objetivo

Estudar e promover a reformulação dos regimes jurídicos, carreiras e sistemas retributivos do pessoal militarizado das FA.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes –

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Elaboração de informações e ofícios sobre esta temática.

03-16 | Estatuto do Pessoal e Regime Retributivo do Pessoal da Polícia Marítima

Objetivo

Estudar e promover a regulamentação do estatuto de pessoal da PM, no contexto do Sistema da Autoridade Marítima (SAM).

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – ES
Outras entidades intervenientes – Marinha

Resultados

Elaboração de parecer sobre a constitucionalidade do Decreto-Lei nº 235/2012, de 31 de Outubro.

03-17 | Regime Retributivo dos militares

Objetivo

Desenvolver e participar nos estudos relativos ao sistema retributivo dos militares dos quadros permanentes, identificar assimetrias e propor eventuais medidas corretivas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Participação na Comissão de Acompanhamento da Execução do despacho Conjunto MEF/MDN de 09.09.2011 – Reconstituição das carreiras e inversões remuneratórias.

Elaboração de Informações relativas ao Sistema Retributivo dos Militares. Correção da antiguidade e promoção dos Oficiais oriundos de Sargentos que ingressaram no quadro permanente após a frequência da Academia Militar. Aplicação da Lei n.º 15/2000, de 08 de Agosto.

Elaboração de pareceres sobre propostas de alteração de diplomas que regulam suplementos remuneratórios.

Elaboração de informações relativas à aplicação do novo regime remuneratório, designadamente inversões remuneratórias e posicionamentos remuneratórios do pessoal militar e militarizado.

03-18 | Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos do pessoal militar

Objetivo

Desenvolver e participar nos estudos relativos à revisão dos suplementos remuneratórios e abonos gerais e específicos atinentes à condição militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES
Outras entidades intervenientes –



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Resultados

Realização de um estudo relativo às comparticipações no âmbito da CP.
Levantamento/atualização dos suplementos remuneratórios e respetiva legislação enquadadora.

03-19 Representações do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências da DCRE

Objetivo

Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Participação nas reuniões da Comissão de Acompanhamento da Aplicação do Novo Regime Remuneratório.

03-20 Audição das associações socioprofissionais e sindicais

Objetivo

Auscultar as associações e as organizações sindicais representativas dos militares e dos trabalhadores em matérias relativas aos respetivos estatutos profissionais.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Realização de reuniões.
2. Elaboração de notas de reunião e de relatórios.

Resultados

Atividade executada. Realização de audições com AOFA, AP, ANS, ASMIR E ANCE, e subsequente elaboração de Notícias de Reunião para entrega à tutela, nos termos do despacho de S. Ex.^a o SEADN, datado de 30 de março de 2012. Realização de audiências com o STEFFAS, o STE e CTMM, bem como a elaboração de Notícias de Reunião.

03-21 Sistema Integrado de Gestão – SIGRHV

Objetivo

Acompanhar a implementação do projeto SIG, na componente dos recursos humanos e vencimentos

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – DSRAM/DGPRM

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Assegurada a representação da DGPRM nas reuniões mensais de coordenação deste processo.
Acompanhamento permanente, execução e validação de metodologias relativas à DGPRM.
Elaboração de relatórios, participação em reuniões de planeamento e desenvolvimento nas componentes de recursos humanos e vencimentos.

03-22 | Assessorias exteriores

Objetivo

Participar em ações inseridas no âmbito da cooperação bilateral instituída com países terceiros, no domínio das competências atribuídas à DSRHDN.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII

Outras entidades intervenientes – DGPDN

Resultados

Relações Bilaterais Portugal/EUA. Levantamento dos Instrumentos Bilaterais em vigor e/ou em negociação entre Portugal e os Países do Continente Americano.

03-23 | Consultadoria

Objetivo

Apreciar requerimentos e exposições dos cidadãos em sede de procedimento administrativo no âmbito da área de atribuições da DVCR.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes – Ramos e várias entidades

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Foram apreciados diversos Requerimentos e Exposições de cidadãos e organismos no âmbito da área de atribuições da DCRE, destacando-se os seguintes processos:

Exposição sobre petição dirigida à Assembleia da República – Amado Augusto Cardoso.

Pedidos de confirmação de cabimento orçamental para cedência de interesse público.

Tribunal Europeu dos Direitos do Homem – Queixa apresentada por militar

Norma revogatória prevista no artigo 247.º da proposta de Lei n.º 103/XII

Carreira dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica. Queixa à Provedoria de Justiça. Regime de Avaliação e de Alteração de Posicionamento Remuneratório.

Contratação de médicos em regime de prestação de serviços.

Aquisição de serviços de enfermagem, auxiliares de ação médica,

Técnicos de diagnóstico e terapêutica e podologista – pedido de despacho de exceção – HMR n.º 1

Contributos transversais a outros Ministérios à criação de uma Estratégia Nacional de Promoção do Envelhecimento Ativo.

Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações – Seminário MDN

Renovação dos contratos de prestação de serviços em regime de avença existentes na MARINHA, Exército e Força Aérea.

Renovação de 64 contratos de prestações de serviço em regime de avença existentes no Exército para o ano de 2012

Renovação de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença para 2012 – Força Aérea – 6 contratos avença.

Solicitação parecer prévio – Prestações de serviço em regime de avença Armada – 11 contratos.

Hospital das Forças Armadas – Prestações de serviço

Regulamento Interno do HFAR

Aplicação nas Forças Armadas do Código Contributivo da SS

03-np | Atividades não previstas

Resultados

Análise de perguntas efetuadas por Deputados e Grupos Parlamentares e preparação de projetos de respostas.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 04
Participar na Cooperação Técnico-Militar



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Programa 04

Participar na Cooperação Técnico-Militar

Unidade responsável – *Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/Divisão de Vínculos, Carreiras e Regimes*

Ações

04-01 | Cooperação Técnico-Militar com os PALOPs

Objectivo

Colaborar na área do regime jurídico e da organização de estruturas de gestão do pessoal militar dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – DGPDN/Ramos

Resultados

Sem desenvolvimento em 2012.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 05
Assegurar o cumprimento dos Deveres
Militares



Programa 05

Promover a consolidação da Profissionalização do Serviço Militar e Empregabilidade

*Unidade responsável – Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional/
Divisão de Ensino, Formação e Empregabilidade*

Ações

05-01	Promover o papel do Regulamento de Incentivos na consolidação do processo de profissionalização do serviço militar
--------------	---

Objetivo

Monitorizar o funcionamento da utilização do Regulamento de incentivos, assim como assegurar a sua adequação às características do seu público-alvo, bem como com toda a legislação com que se inter-relaciona.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – DGPRM

Subações

1. Analisar impactos no RI das alterações legislativas que ocorram em matérias com ele conexas
2. Elaborar estudos de desenvolvimento conceptual e funcional do RI
3. Monitorizar e avaliar o funcionamento e aplicação do RI
4. Promover ações de divulgação dos incentivos junto do público-alvo
5. Desenvolver ações de (in)formação sobre os incentivos junto das secções de pessoal das unidades militares
6. Desenvolvimento de atividades de apoio técnico e consultadoria aos militares e a outras entidades no âmbito da aplicação do Regulamento de Incentivos
7. Promover a definição e funcionamento de uma Comissão de Acompanhamento dos Incentivos (com os ramos e com as restantes entidades intervenientes nos mesmos).

Resultados

Foram analisadas todas as alterações legislativas com impacto no RI e elaborados pareceres;
Foi realizado um estudo comparado do sistema de incentivos com países NATO e elaborado relatório;
Foram desenvolvidas 4 ações de (in)formação sobre o RI – a militares e a elementos das secções de pessoal;
Foi desenvolvido e implementado o Portal CIOFE com toda a informação sobre o RI (esta página teve 2754 visitas);
Foram emitidos 86 pareceres técnicos sobre a aplicação do RI;
Foi efetuado um relatório da execução do sistema de incentivos;

05-02	Apoio à inserção dos militares e ex-militares contratados no mercado de trabalho (CIOFE)
--------------	---

Objetivo

Promover a (in)formação e empregabilidade dos militares que prestaram serviço militar em Regime de contrato



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Desenvolvimento dos serviços de informação (incentivos; escolar e profissional)
2. Desenvolvimento dos serviços de apoio ao emprego e à formação
3. Desenvolvimento do serviço de informação e apoio técnico sobre a criação do próprio emprego
4. Assegurar o desenvolvimento do CIOFE Iniciativa no sentido de aumentar a rede de entidades parceiras à ação do CIOFE
5. Promover a implementação de um programa de apoio ao empreendedorismo na Defesa
6. Promover uma caracterização atualizada do público que utiliza os serviços do CIOFE e monitorizar os seus níveis de satisfação

Resultados

O CIOFE atingiu 1376 inscritos nos serviços;
Foram efetuados 1275 atendimentos técnicos (presenciais);
Foram prestados 2094 esclarecimentos (telefónicos e mail);
Foram realizadas 22 ações de formação no CIOFE, envolvendo 350 militares e ex-militares, num total de 376 horas;
Foram divulgadas 564 ofertas de emprego;
Foram emitidas 378 declarações de equiparação funcional no âmbito do RI;
Foram estabelecidas 4 parcerias de cooperação;
Foi desenvolvido e apresentado um programa de apoio ao empreendedorismo na Defesa;
Foi mantida a página de facebook do CIOFE (para a promoção das suas ações) na qual foram inseridas 542 publicações e que contou com 7366 visualizações;
Foi concebido e implementado o Portal de comunicação CIOFE que desde Junho a Dezembro teve 2754 visitas efetivas;

05-03 Subsídios para Estudos Superiores e pagamento de propinas

Objetivo

Apreciar as candidaturas apresentadas pelos militares e ex-militares tendo em vista a atribuição do subsídio para estudos superiores.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Assegurar a eficiência do processo de gestão de informação relacionada com a aplicação deste incentivo
2. Implementar medidas de controlo intercalar da atribuição do incentivo
3. Manter atualizados os dados referentes ao público que acede a este incentivo

Resultados

Foram analisadas todas as candidaturas subsidiadas em 2011/2012 para aferir quais as que transitam para 2012/2013, tendo-se apurado 31;
Foram analisadas 57 novas candidaturas para 2012/2013, tendo sido consideradas válidas 37;
Foi pago o montante de 109.943,00€ relativamente ao ano letivo 2012/2013



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

05-04 Monitorização dos processos de (re)inserção sócio-profissional dos ex-militares em RC/RV

Objetivo

Manter a trajetória da caracterização dos processos de (re)inserção sócio-profissional dos ex-militares em RC/RV, aferindo o seu potencial de empregabilidade.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Atualizar a caracterização dos processos de reinserção sócio-profissional dos militares RC
2. Análise da imagem dos militares RC junto das entidades empregadoras
3. Identificar o papel dos incentivos na estruturação das trajetórias de reinserção

Resultados

Este estudo é desenvolvido por uma entidade externa. Como ponto de situação em 2012 pode avançar-se que foi concluído o processo de inquirição dos ex-militares e foi efetuada a análise do potencial de empregabilidade das especialidades militares, mas não foi ainda entregue o relatório.

05-05 Fomentar a capacidade de análise relativamente à informação recolhida no âmbito do Dia da Defesa Nacional, tendo em vista a monitorização da relação dos jovens com as Forças Armadas

Objetivo

Recolher e analisar informação no âmbito do Dia da Defesa Nacional, acerca da apreciação do evento e da relação com as Forças Armadas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Leitura dos inquéritos recolhidos no ciclo 2011/2012
2. Elaborar relatório de apreciação do DDN ciclo 2011/2012, bem como das atitudes e representações acerca das Forças Armadas, assegurando o tratamento da dimensão de género;
3. Reformulação dos instrumentos de recolha de informação a utilizar na edição 2012/2013

Resultados

Do ciclo de 2011/2012 foram processados todos os inquéritos (total de 102 mil) e foi elaborado o relatório de análise;
Foi elaborado o inquérito a aplicar no ciclo 2012/2013
Foram lidos e processados 40 mil inquéritos da 1ª fase do ciclo 2012/2013

05-06 Consultadoria

Objetivo

Apreciar requerimentos e exposições apresentados pelos particulares e assegurar assessorias exteriores no domínio das competências cometidas à DEFE.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CON
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foram contabilizadas nas ações anteriores porque se traduziram em pareceres

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 06
Promover a Profissionalização
do Serviço Militar



Programa 06

Assegurar o cumprimento dos Deveres Militares

Unidade responsável – Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar /
Divisão de Recrutamento e Deveres Militares

Ações

06-01 Recenseamento Militar

Objetivo

Assegurar o processo de recenseamento militar. Verificar e completar a morada dos jovens a convocar. Assegurar o controlo da situação dos cidadãos que integram a reserva de recrutamento e reserva de disponibilidade.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Com base nos dados de identificação civil e de registo civil procedeu-se ao recenseamento militar de 132.153 cidadãos nascidos em 1994 e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional durante a 9.ª Edição, que se iniciou em 13 de setembro de 2012. Desta forma, importou proceder à verificação da morada destes cidadãos a fim de, quando necessário, acrescentar o código postal elemento essencial à receção das cartas recordatórias. Foi ainda, assegurado o controlo da reserva de recrutamento, através da atualização da base de dados SIPORG, nomeadamente quanto ao cumprimento do dever militar anteriormente referido e da atualização de moradas. O controlo da reserva de disponibilidade foi assegurado pelos três Ramos das Forças Armadas.

06-02 Dia da Defesa Nacional

Objetivo

Preparar para aprovação pelo “Grupo de Missão para o Planeamento e Monitorização do Dia da Defesa Nacional 2012/2013” o planeamento das atividades do ciclo DDN 2012-2013 e participar nos diversos trabalhos do Grupo.
Assegurar a publicação até 30Jun2012 dos Editais de Convocação para 2012-2013.
Colaborar na preparação do concurso de transportes para o ciclo 2012-2013.
Assegurar a emissão das cartas recordatórias dos jovens a convocar.
Atualizar e dinamizar os conteúdos dos módulos de formação do DDN.
Reforçar a componente cidadania no MDN.
Preparar e ministrar formação inicial e posterior, com vista ao reciclar dos conhecimentos dos divulgadores.
Garantir as existências do material necessário ao regular funcionamento dos Centros de Divulgação de Defesa Nacional e do DDN.
Gerir as Equipas de Divulgação.
Controlar o funcionamento dos transportes do DDN.
Controlar as presenças dos jovens e emitir as respetivas cédulas militares.
Participar nas ações de supervisão do DDN.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – Ramos e outras entidades



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Resultados

Durante o ano de 2012 realizaram-se 4 reuniões do “Grupo de Missão para o Planeamento e Monitorização do Dia da Defesa Nacional 2012/2013”, no âmbito qual se procedeu, entre outras matérias, à aprovação da calendarização do empenhamento dos 6 Centros de Divulgação de Defesa Nacional (CDDN) e às ações aprovadas que poderiam constar na demonstração de atividades da responsabilidade das unidades militares onde estão sedeados os CDDN.

No que respeita à fixação dos editais de convocação para cumprimento do Dia da Defesa Nacional dos jovens nascidos em 1994 esta ocorreu atempadamente podendo a sua consulta on-line ocorrer nas páginas deste Ministério e desta a Direção-Geral.

Considerando que importa preparar os oficiais divulgadores para responderem às diversas perguntas colocadas pelos jovens, que versam, em geral, notícias veiculadas pela imprensa e ministrar/atualizar os conhecimentos relativos à missão dos Ramos, às missões de paz e humanitárias, à defesa e outros temas pertinentes ocorreram, entre 27 de agosto e 6 de setembro de 2012, nesta Direção-Geral diversas palestras dos quais se realizam as relativas aos temas: “Cidadania e Segurança”, Prof. Dr. António Paulo Duarte e “Direito Humanitário. Desafios para o nosso tempo” GEN Campos de Almeida.

No que respeita aos módulos exibidos aos jovens durante o DDN foram objeto de renovação ao nível da imagem e de conteúdos.

Realça-se o protocolo celebrado com a Direção-Geral de Saúde para colaboração voluntária de alguns jovens que cumprem o DDN no “Estudo de Prevalência de Doenças Orais”. Neste estudo foram envolvidos diversos profissionais, bem como, a Ordem dos Médicos e a Ordem dos Médicos Dentistas, que fizeram uma entrevista e procederam à análise da cavidade oral e caso o jovem carecesse de tratamento era dado um cheque-dentista.

Em termos de concurso de transportes foi elaborado um documento de suporte à elaboração do caderno de encargos tendo, ainda, sido prestado todo o apoio informacional necessário ao procedimento concursal.

O aprontamento logístico, bem como o manter do *stock* necessário ao regular funcionamento dos CDDN correu normalmente durante este ano.

Durante o ano de 2012 foram enviadas 119.717 cartas recordatórias.

No que respeita à taxa de cumprimento na 2.ª fase da 8.ª Edição do DDN esta foi de 88,50 e na 1.ª fase da 9.ª Edição de 86,90.

06-03	Informar, promover e divulgar os deveres militares e as formas de prestação de serviço militar
--------------	---

Objetivo

Planear e executar campanhas de promoção e divulgação visando o cumprimento dos deveres militares por parte dos cidadãos e o dar a conhecer as formas de prestação de serviço nos três Ramos das Forças Armadas, sempre que possível através de iniciativas que



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

não impliquem encargos financeiros.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – Ramos

Resultados

Durante o ano de 2012 ocorreu a participação em 2 ações de promoção e divulgação vocacionados para a juventude em conjunto com os três Ramos das Forças Armadas. Nestes eventos a DGPRM visou divulgar a obrigatoriedade de cumprimento do dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional, em especial na vertente da sua extensão às cidadãs e os Ramos difundiram a profissão militar, numa ação que visou essencialmente o recrutamento militar.

A seleção dos eventos em que participamos baseou-se no número de jovens que potencialmente visitariam os eventos e o investimento exigido na participação. Assim, participamos na Qualific@ – Feira da Educação, Formação, Juventude e Emprego, organizada pela Exponor, evento que congrega um elevado número de jovens com idades compreendidas entre os 17 e 21 anos (cerca de 41.000). Participámos nas Montras do Ministério da Educação, sem qualquer encargo, evento que decorreu no edifício sede do Ministério da Educação e Ciência, em Lisboa, através da exibição de material promocional dos Ramos e do Dia da Defesa Nacional.

06-04 Coordenar a política de recrutamento e o desenvolvimento do processo de Recrutamento Militar

Objetivo

Planear e coordenar a política de recrutamento dos efetivos militares necessários às Forças Armadas em geral, visando, quanto ao recrutamento normal, a satisfação das necessidades de pessoal aos regimes de voluntariado e de contrato nas Forças Armadas.
Acionar, nos casos legais previstos, os procedimentos inerentes ao recrutamento excecional.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – EMGFA e Ramos

Subações

1. Apresentar uma proposta de plano funcional do órgão central de recrutamento bem como o levantamento dos recursos humanos e materiais necessários ao seu funcionamento
2. Monitorizar os processos de recrutamento e de divulgação da profissão militar desenvolvidos pelos ramos

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Na sequência dos despachos de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, de 11/06/2012, e de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, de 21/06/2012, foi criada uma Equipa de Trabalho (ET), coordenada pela DGPRM, com os objetivos:

1. Apresentar a conceção estrutural do Órgão Central de Recrutamento (OCR), que passará pelo desenhar do plano funcional do mesmo, definindo-se nesse programa as suas competências e as dos demais órgãos intervenientes no recrutamento, assim como incluindo a matriz orgânica a partir da qual essas competências serão executadas;
2. Proceder ao estudo e levantamento dos recursos humanos materiais e financeiros necessários à implementação do Órgão Central de Recrutamento, bem como à quantificação detalhada da estimativa da poupança decorrente da implementação do novo modelo.

Assim, realizou-se a 1ª Reunião de Coordenação da Equipa de Trabalho, no dia 17 de julho de 2012, na DGPRM, onde foi apresentado o Estudo dos Modelos de Recrutamento Militar realizado pela DGPRM em cooperação com o CESNOVA e, nesse enquadramento, foram apresentados os objetivos da ET e questionados os Ramos, numa abordagem inicial, acerca de opiniões, contributos ou indicações superiores relativas à implementação de um OCR.

Em 26 de novembro de 2012, ocorreu, na DGPRM a 2ª Reunião de Coordenação da Equipa de Trabalho, tendo sido novamente contextualizada a temática relativa ao OCR e apresentado pelos Ramos, na sequência do Memorando N.º 009/CCEM/2012, o seu entendimento quanto à concretização da materialização e integração do OCR com as suas estruturas.

06-05 Gerir a situação militar dos cidadãos perante os deveres militares**Objetivo**

Gerir a situação militar dos cidadãos perante os deveres militares, nomeadamente no que diz respeito aos seguintes processos:

1. Pedidos de adiamento do DDN
2. Pedidos de dispensa dos cidadãos relativamente ao DDN
3. Registrar na base de dados os pedidos e respetiva decisão do IPJ relativamente aos objetores de consciência e promover a convocação para cumprimento do DDN nos casos em que haja indeferimento do pedido.
4. Emissão de 2.ªs vias das cédulas militares.
5. Emissão de Declarações de Situação Militar
6. Garantir o atendimento aos cidadãos sobre matérias da Direção de Serviços através do Centro de Atendimento da Loja da Profissionalização.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – IPJ

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Neste ano foram recebidos e tratados 5.977 adiamentos relativos à 2.^a fase da 8.^a Edição do DDN e da 1.^a Fase da 9.^a Edição.

Quanto aos pedidos de dispensa foram tratados 11.070 estando a aguardar documento comprovativo da situação de dispensa 54 e transitado 717 pedidos para o ano de 2013.

Foram registadas em SIPORG 542 situações relativas ao estatuto de objetor de consciência.

Foram emitidas 6.882 declarações de situação militar e 1.798 segundas vias de cédulas militares.

O Centro de Atendimento da Loja da Profissionalização cumpriu a sua missão esclarecendo os cidadãos que telefonicamente ou presencialmente foram atendidos.

06-06 | Cooperação Bilateral no Âmbito de Projetos de Cooperação com Países pertencentes a Organizações das quais Portugal faz parte

Objetivo

Representação da DGPRM em ações de cooperação bilateral, no âmbito dos deveres, militares bem como execução destas ações.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII

Outras entidades intervenientes –

Resultados

A DSRASM coordenou e participou numa visita do Diretor de Recursos Humanos do Ministério da Defesa Francês à DGPRM em 16 de junho apresentando o modelo de deveres militares, incluindo o DDN;

Em 9 de outubro a DSRASM coordenou e fez uma apresentação sobre o modelo de serviço militar e deveres militares a uma delegação da Coreia do Sul que visitou Portugal.

Durante o ano, a DSRASM participou em reuniões com os Adidos Militares que partiram durante este ano para diferentes países, incluindo, em especial, informações sobre os deveres militares dos cidadãos residentes no estrangeiro.

A visita a Espanha da DSRASM, que foi inscrita no plano de atividades tendo em vista conhecer o modelo de serviço militar e recrutamento espanhol, no entanto, não chegou a realizar-se por dificuldades de coordenação com o Adido Militar naquele país.

06-07 | Boletim SERVIÇO Militar

Objetivo

Promover a divulgação e a qualidade editorial deste boletim.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes –

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Durante o ano de 2012 foi publicado o n.º 9 deste Boletim do qual se realça o artigo em destaque sobre “Os jovens e o recrutamento nas Forças Armadas” e a entrevista ao Major-General Santos Carvalho sobre o “Sistema de Educação e Formação do Exército”. Deu-se início à preparação da edição n.º 10, que abordará diversas temáticas relativas ao Serviço Militar, numa edição que será exclusivamente publicada on-line.

06-08 Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações programadas pela DDM.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Neste ano de 2012 foi prestada colaboração, sempre que solicitado, nas matérias transversais a esta Direção-Geral.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 07
Promover o Aperfeiçoamento do
Sistema de Saúde Militar



Programa 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Unidade responsável – *Direção de Serviços de Saúde e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar*

Ações

07-01 Reestruturação da Saúde Militar

Objectivo

Participar, colaborar e desenvolver os estudos necessários à reestruturação da Saúde Militar.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos

Subações

1. Participar no estudo de medidas de racionalização dos recursos da Saúde Militar e acompanhar a respectiva implementação
2. Apoiar o Conselho da Saúde Militar (COSM)
3. Acompanhar a aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico, desenvolvendo as atividades cometidas neste âmbito ao MDN
4. Assegurar a recolha de informação estatística no domínio da Saúde Militar

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Subação 1

Participação nos estudos e na elaboração do projeto de DL relativo à criação do Polo de Lisboa (PL) do HFAR (Decreto-Lei nº 187/2012, de 16 de agosto);

Participação nos estudos e na elaboração do projeto de decreto regulamentar do PL/ HFAR (Decreto Regulamentar nº 51/2012, de 10 de dezembro);

Participação nos estudos e na elaboração do Regulamento Interno do PL/HFAR;

Participação nos estudos e na elaboração de projeto de decreto regulamentar relativo à Junta de Saúde Militar;

Elaboração dos seguintes projetos de despacho:

Criação de GT para a transferência do Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (CMSH) da Marinha (Desp/MDN nº 11250/2012, de 31.07);

Nomeação da Direção do PL/HFAR (Desp/MDN nº 11898/2012, de 29.08);

Nomeação do Enfermeiro Coordenador do PL/HFAR (Desp/MDN nº 12121, de 05.09);

Criação de Equipa Técnica (ET) para o recrutamento e formação nas áreas da saúde militar (Desp/MDN nº 13126/2012, de 19.09);

Apoio prestado pelos ramos ao PL/HFAR (Desp/MDN nº 14068/2012, de 11.10);

Criação de ET para a racionalização e concentração do abastecimento sanitário (Desp/MDN nº 14710/2012, de 16.11);

Criação da Comissão de Acompanhamento para a Transferência do CMSH (Desp/MDN nº 14711/2012, de 16.11);

Heráldica do HFAR.

Análise do Despacho nº 136/CEME/12 – Extinção da Secção de Logística do HMP e nomeação da respetiva Comissão Liquidatária;

Apoio técnico e administrativo à Equipa Técnica para a Reforma do Sistema de Saúde Militar (criada pelo Despacho n.º 15302/2011, de 27 de outubro) e prestação de contributos para o relatório;

Apoio técnico e administrativo ao Grupo de Trabalho para a transferência do Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (criado pelo Despacho n.º 11250/2012, de 31 julho) e prestação de contributos para o relatório;

Apoio técnico e administrativo à Equipa Técnica para o Recrutamento e Formação nas áreas da Saúde Militar (criada pelo Despacho n.º 13126/2012, de 19 de Setembro) e prestação de contributos para o relatório;

Participação na Equipa Técnica para a racionalização e concentração do Abastecimento Sanitário Militar e revisão do enquadramento do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (criada pelo Despacho n.º 14710/2012, de 16 de novembro), prestação de apoio técnico e administrativo e de contributos para o relatório;

Apoio técnico e administrativo à Comissão de Acompanhamento para a transferência do Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (criada pelo Despacho n.º 14711/2012, de 16 de novembro);

Elaboração de Parecer sobre a dependência orgânica e funcional do Centro Militar de Medicina Preventiva;



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Parecer sobre o pedido do Exército para a aquisição de serviços de enfermagem, auxiliares de ação médica, técnico de diagnóstico e terapêutica e um podologista para 2013 no Hospital Militar Regional nº 1 – Porto;

Participação em projeto de alteração ao Decreto-Lei nº 167/2005, de 23 de setembro;

Preparação de resposta à Pergunta nº 3172/XII/1ª de 08.06.2012, do Grupo Parlamentar do PSD (futuro do Centro de Saúde Militar de Coimbra);

Preparação de resposta à Pergunta nº 3262/XII/1ª de 15.06.2012, do Grupo Parlamentar do PCP (futuro do Centro de Saúde Militar de Coimbra);

Subação 2:

Redação das convocatórias e das agendas de trabalhos para as reuniões do Conselho;

Redação das atas das reuniões do Conselho;

Redação e arquivo do expediente;

Subação 3:

Preparação do expediente relativo à atividade que cabe à DGPRM no âmbito do Protocolo, designadamente no que concerne ao levantamento de necessidades dos ramos, a cativação de vagas, a colocação dos médicos, a idoneidade/capacidade formativa dos estabelecimentos, situações de adiamento ou interrupção do internato e reafecção;

Atualização da base de dados relativa aos médicos militares a frequentar o internato médico;

Subação 4:

Sem desenvolvimento

07-02 | Vigilância Epidemiológica

Objectivo

Cooperação Civil-Militar em matéria de Saúde no âmbito da prevenção de doenças infecciosas que, pelas suas características epidemiológicas, constituem sérios riscos para o pessoal das FFAA e dos Serviços e demais estruturas do MDN

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – INEM, DGS, IPS, INFARMED, SNPC, CVP, SNB, RAutónomas, EMGFA, Ramos

Subações

1. Acompanhar o SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica)
2. Cooperar e promover a cooperação com entidades parceiras em situações de pandemia

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Sem desenvolvimento em 2012.

07-03 | Informação sobre a Saúde Militar

Objectivo

Assegurar a divulgação de informação no domínio da saúde militar e respectiva atualização no site do MDN.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – DIV
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Sem desenvolvimento em 2012.

07-04 | Conselho Consultivo da Saúde Militar

Objectivo

Coordenação do Conselho Consultivo da Saúde Militar, órgão de apoio consultivo ao Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN
Outras entidades intervenientes – Ramos (Dir. Saúde)

Resultados

Sem desenvolvimento em 2012.

07-05 | Grupo OTAN/Saúde

Objectivo

Acompanhamento da doutrina da OTAN imposta pelo novo conceito estratégico da Aliança com base na experiência e conhecimento adquiridos através da participação nos vários Grupos de Trabalho da OTAN no âmbito da Saúde Militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN
Outras entidades intervenientes – Ramos

Subações

1. Coordenar a representação da SM no Plenário do COMEDS
2. Coordenar a representação da SM no MMSG
3. Coordenar a representação da SM no MMSOPWG
4. Coordenar a representação da SM no NBCMEDWG
5. Coordenar a representação da SM no MEDSTDWG
6. Coordenar a representação da SM no âmbito da Cooperação Civil-Militar

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Subação 1:

Participação do representante nacional no 38º Plenário COMEDS – Bruxelas/Bélgica – 19 a 21 de novembro de 2012;

Elaboração de projecto de despacho sobre a representação nacional no COMEDS;

Pedidos de informação ao EMGFA e aos ramos no âmbito de publicações no domínio OTAN;

Subação 6:

Participação dos representantes da DGPRM na XXVII International Conference of the Pontifical Council for Health Care Workers – Roma/Cidade do Vaticano - 15 a 17 de novembro de 2012;

Elaboração de expediente dirigido aos ramos relativo a cursos e exercícios no âmbito da OTAN;

07-06 Normalização na área da Saúde

Objectivo

Participação no processo de ratificação e acompanhamento da implementação dos STANAG's da área da Saúde Militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN
Outras entidades intervenientes – DGAIED, EMGFA, Ramos

Subações

1. Consultar os Ramos e preparar processos para ratificação do DGAIED
2. Verificar o grau de implementação dos STANAG's

Resultados

Consultar os Ramos e preparar os processos para ratificação do Diretor-Geral de Armamento e Infra Estruturas de Defesa;

Solicitação de parecer aos ramos relativamente a acordos de normalização (STANAG), no domínio da saúde militar;

Elaboração de informações e posterior envio à DGAIED, tendo em vista a ratificação dos STANAG's;

Actualização da base de dados relativa aos STANAG's;

Arquivo de documentação relacionada com a OTAN;

Levantamento da doutrina OTAN no domínio da formação do pessoal das áreas da saúde militar;



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

07-07 Quadros Especiais das áreas da Saúde

Objectivo

Desenvolver e participar em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde, em diploma(s) próprio(s), de acordo com o artigo 167º do DL 236/99 de 25 de Junho, que aprova o EMFAR.

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – DVCR

Subações

1. Realizar análise comparativa entre as carreiras militares nas áreas da saúde e as carreiras análogas do SNS

Resultados

Estudo e sistematização do percurso de formação e progressão na carreira dos militares nas áreas da saúde militar;.

07-08 Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN

Objectivo

Colaborar na definição das políticas da Saúde Militar fora do âmbito da OTAN.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Organizar/participar nos Encontros de Saúde Militar da CPLP
2. Colaborar em ações de cooperação técnico-militar no domínio da saúde
3. Acompanhar/participar na atividade do CIMM (Comité Internacional da Medicina Militar)

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Subação 1:

Coordenação com os ramos da participação no XVI Encontro de Saúde Militar da CPLP – Brasil;

Subação 2:

Ofício no âmbito das Relações de Cooperação Bilaterais Portugal-Argentina, indicando temáticas passíveis de serem abordadas nas terceiras Conversações Político-Estratégicas de Defesa;

Coordenação com a Força Aérea para a realização da atividade P08/2012 – Estágio de aperfeiçoamento de 1 oficial tunisino num hospital militar português, no âmbito das relações bilaterais Portugal-Tunísia;

Apoio no processo de realização de um estágio de aperfeiçoamento de um oficial médico militar português no Hospital Militar Principal de Instrução de Tunes, no âmbito das relações bilaterais Portugal-Tunísia;

Participação na elaboração da Proposta portuguesa para a criação de um Fórum de Saúde Militar no espaço da CPLP;

Participação em duas reuniões do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, onde se discutiu a criação do Fórum de Saúde Militar/CPLP;

Elaboração de Informação sobre a proposta do Exército para a celebração de um Protocolo com Angola para apoio sanitário a militares e familiares em curso ou em trânsito;

Prestação de contributos no âmbito da preparação da visita de S. Ex.^a o Ministro da Defesa a Moçambique;

07-09 Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar**Objectivo**

Participar nas reuniões e atividades decorrentes de diferentes Comissões e Grupos de Trabalho (GT) em representação do MDN ou DGPRM/MDN, designadamente:

- Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa.
- Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais.
- Grupo Multisectorial VIH/SIDA.
- Conselho Nacional do Internato Médico.
- Conselho Nacional para a Infecção VIH/SIDA.
- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA.
- Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental.
- Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e Subcomissões:
 - Despesas públicas
 - Comunicação, Informação e Formação
 - Dados e Investigação
 - Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Tratamento e Reinserção
 - Intervenção em contextos Escolar e Universitário, Laboral, Recreativo e Rodoviário

Redução da Oferta de Substâncias Ilícitas

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes –



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Resultados

Participação nas reuniões da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool;

Participação nas reuniões das Subcomissões Comunicação, informação e Formação, e Dados e Investigação;

07-10 Saúde Mental

Objetivo

Participar nas reuniões das Comissões atinentes à Saúde Mental; Cooperar com especialistas dos ramos em saúde mental e com entidades civis; e colaborar na definição das políticas de apoio aos portadores de stress pós-traumático de guerra.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – Ramos e entidades civis

Subações

1. Acompanhar a atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar
2. Acompanhar a implementação da Reforma da Saúde Mental

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Subação 1

Acompanhamento da atividade do “grupo de trabalho sobre legislação aplicada ao stress de guerra em Portugal” promovido pela associação APOIAR;

Análise da proposta de alteração legislativa apresentada pela associação APOIAR;

Análise e apreciação dos orçamentos e relatórios anuais de atividade das Entidades protocoladas com o MDN no âmbito da RNA;

Reuniões de trabalho com as Entidades protocoladas com o MDN no âmbito da RNA;

Redação e arquivo do expediente da RNA;

Acompanhamento e controlo da execução dos protocolos firmados entre as associações de antigos combatentes e o MDN no âmbito da RNA;

Visita/verificação de requisitos exigidos para a criação de um gabinete clínico, à Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU);

Visita/verificação de procedimentos à Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra (APVG), na sequência da denúncia de eventuais irregularidades;

Apoio técnico e administrativo (incluindo secretariar e redigir atas) nas reuniões da Comissão Nacional de Acompanhamento para a coordenação da Rede Nacional de Apoio aos militares e ex-militares portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar (CNA);

Participação no Seminário Internacional “Reflexão sobre uma Década de Funcionamento da RNA”;

Contributos para palestra da Diretora de Serviços de Saúde, Ass. Sociais e Antigos Combatentes no Seminário sobre a RNA, organizado pela ADFA;

Elaboração de respostas a solicitações institucionais relativas ao stress pós-traumático de guerra e a particulares portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar;

Análise de exposição apresentada pela Associação de Veteranos Combatentes do Oeste - AVECO;

07-11 Coordenação do Programa para a Prevenção e Combate às Toxicodependências nas Forças Armadas

Objetivo

Presidir e coordenar o Grupo Coordenador para a Prevenção e Combate às Toxicodependências nas Forças Armadas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES

Outras entidades intervenientes – Ramos/PJM

Subações

1. Dinamizar ações de formação e investigação no âmbito do Programa
2. Desencadear ações tendentes à avaliação do Programa
3. Elaborar o Plano e Relatório de Atividades do Programa
4. Desenvolver reflexão crítica sobre o Programa tendente à apresentação de eventual proposta de revisão
5. Promover o intercâmbio com organismos institucionais responsáveis pela coordenação das políticas de prevenção da toxicodependência e do alcoolismo



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

6. Acompanhar as iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS), nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso

Resultados

Subação 1

Intervenção/palestra no âmbito do Curso de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência (COPADT) de Oficiais e de Sargentos;
Intervenção/palestra no âmbito do Curso de Validação Clínica em Toxicologia de Drogas de Abuso- Medical Review Officer (MRO), destinado a médicos.

Subação 3

Reuniões de trabalho do GCPCTFA, com vista, sobretudo, à análise e apreciação dos planos e relatórios de atividades dos Ramos;

Redação das atas das reuniões do GCPCTFA.

Subação 4

Elaboração do documento – “Reflexão Crítica sobre o PPCTFA”.

Subação 6

Participação no II FNAS;

Reuniões de trabalho com vista à elaboração do relatório sobre os compromissos do FNAS;

Apreciação e parecer sobre o projeto de diploma legal de alteração ao Decreto-Lei nº 9/2002 de 24.01 (restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas), nomeadamente no que concerne à proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas em postos de combustível e em quaisquer estabelecimentos depois das 24h, exceto nos estabelecimentos de restauração e/ou bebidas;

Apreciação e parecer sobre “os limites quantitativos máximos para cada dose média individual diária das plantas, substâncias ou preparações constantes das tabelas I a IV anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, de consumo mais frequente”;

Participação como membro do júri do Procedimento Concursal para a Avaliação Externa do Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012;

Participação em reuniões de trabalho no âmbito da Avaliação Externa do Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012 em colaboração com o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

07-12 Consultadoria

Objetivo

Consultadoria geral e jurídica ao nível do sistema de saúde militar, nomeadamente através da elaboração de informações, estudos e pareceres sobre projetos de diploma e sobre outras questões que lhe sejam apresentadas.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON
Outras entidades intervenientes –

Resultados

Parecer sobre a contratação de médicos em regime de prestação de serviços para os Centros de Apoio Social do IASFA;

Acompanhamento da atividade desenvolvida no âmbito do Despacho nº 149/MDN/2012, que aprovou a Diretiva para a reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas;

Participação no estudo de medidas a incluir no Orçamento do Estado para 2013;

Votação, como elemento do júri, do Prémio “Defesa Nacional e Ambiente – 2011”;

Análise da pretensão apresentada pelo Exército relativa a cedência de interesse público para o mapa de pessoal civil deste ramo de assistente graduada sénior para prestar funções no serviço de Medicina Física e de Reabilitação;

Contributos para palestra no Seminário organizado pela ADFA, subordinado ao tema “Envelhecimento Ativo e Solidariedade intergeracional”;

Elaboração de Informação sobre despistagem obrigatória de infeções virais nas Forças Armadas, na sequência da Recomendação nº 7/B/2012 do Provedor de Justiça;

Definição de objetivos operacionais a integrar no QUAR 2013;

Participação na equipa técnica criada pelo Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar para a apresentação de uma proposta de revisão do EMFAR;

Levantamento de legislação no domínio das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho;

Participação na atualização da apresentação - Objetivos Estratégicos da DGPRM - na área da saúde militar, apoio social e antigos combatentes;

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 08
Fomentar o Bem-Estar Social dos RH



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Programa 08

Fomentar o Bem-Estar Social dos RH

Unidade responsável – Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes/Divisão de Assuntos Sociais

Ações

08-01 Assistência na Doença aos Militares (ADM)

Objetivo

Promover, em colaboração com a entidade gestora (IASFA, I.P.), a adequação contínua do regime da ADM, através da preparação das medidas legislativas que a concretizem.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – MFinanças/Ramos

Subações

1. Acompanhar os desenvolvimentos da ADM, em colaboração com a entidade gestora

Resultados

- Elaborada nota técnica sobre as implicações, no âmbito da ADM, nas medidas propostas no MoU;
- Promovida a apreciação crítica do estudo sobre a ADM – “Plano de Saúde da ADM”;
- Promovida a apreciação crítica do Memo004/CEM – Financiamento da ADM;
- Desenvolvidos estudos relativos à base de incidência do desconto ADM e consequentes impactos financeiros. Preparado projeto de diploma interpretativo, proposta de despacho e de resposta ao TC;
- Promovida a apreciação crítica do Relatório de Follow-Up ao IASFA/ADM, elaborado pela IGDN. Protocolo IGIF/ADM e situação dos beneficiários protocolados;
- Promovida a apreciação crítica da PLOE2013, nas questões relativas aos encargos dos sistemas de assistência na doença e respetivas implicações no âmbito da ADM;
- Promovida análise do direito à ADM, no âmbito das situações de stress de guerra;
- Apreciado pedido de aplicação da Portaria 1034/2009, relativamente a cirurgia em unidade de saúde externa aos SSM.

08-02 Apoio Social aos Militares ex-Militares e suas Famílias

Objetivo

Promover a adoção de medidas necessárias para a melhoria do bem-estar social da família militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos/IASFA/Associações

Subações

1. Prosseguir estudo de impacto das reformas da segurança social no regime aplicável aos militares



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

2. Desenvolver, em sede da Comissão de Acompanhamento, as ações necessárias sobre o seguro de vida aos militares integrados em missões humanitárias e de paz
3. Aprofundar o estudo relativo aos regimes de segurança social aplicáveis a militares de países congéneres
4. Consolidar a atividade do Núcleo de Apoio Social dinamizando parcerias que possam materializar respostas para os casos sociais objeto de acompanhamento
5. Conceber projeto de conteúdos e sistema de alimentação que divulgue iniciativas e temáticas da DAS, quer na Intranet da DGPRM quer da Internet do MDN

Resultados

- 1 – Em desenvolvimento, tendo-se promovido o acompanhamento das alterações dos regimes legais de segurança social e suas implicações no regime aplicável aos militares;
- 2- Participação nas reuniões da Comissão de Acompanhamento e assegurada a colaboração solicitada;
- 3 - Em desenvolvimento, sendo o respetivo ritmo prejudicado por um conjunto de contingências e vicissitudes várias, nomeadamente pela escassez de meios materiais, financeiros e humanos. Os esforços desenvolvidos tiveram ainda que atender a pedidos de informação de forças armadas congéneres, respeitantes aos sistemas de proteção e segurança social das nossas forças armadas (Lituânia, Polónia, Espanha);
- 4 - Iniciado o acompanhamento social de 12 novos casos pelo Núcleo de Apoio Social (NAS), tendo sido promovidos contactos/diligências, atendimentos presenciais e visitas domiciliárias. Concluído o levantamento e caracterização social dos ex-militares dos PALOP alojados em unidades militares do Exército;
- 5 - Não foi possível iniciar o desenvolvimento do projeto por vicissitudes várias.

08-03 Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas (FPMFA)

Objetivo

Assessorar o representante da DGPRM na Comissão de Acompanhamento do FPMFA, realizando os estudos necessários ao acompanhamento dos desenvolvimentos do sistema complementar de pensões.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes – CAFPMFA/Ramos/BPI/CGA

Resultados

- Assegurada a assessoria ao Senhor Diretor-Geral no âmbito das reuniões da CA do FPMFA;
- Preparação de respostas e colaborações várias com o GAB/SEADN, no âmbito das temáticas e questões relativas ao Fundo;
- Preparadas respostas a particulares ou entidades institucionais relativas a questões de cálculo do complemento de pensão, transmissibilidade do complemento de pensão a herdeiros hábeis de beneficiários do fundo;
- Apreciação crítica do Memo002/CCEM, relativo ao complemento de pensão;
- Elaborada cronologia das medidas legislativas com impacto no FPMFA;
- Elaborados pontos de situação vários dos assuntos em estudo no âmbito do FPMFA;
- Apreciação de pedido de aplicação do FPMFA ao Corpo de Polícia Marítima;
- Preparada resposta ao Requerimento 194/XII/1ª de 23MAR2012, relativo a complemento de pensão.

08-04 Ação Social Complementar/Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.)

Objetivo

Acompanhar a atividade do IASFA, I.P., fomentando a adoção de medidas e de práticas de



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

modernização no domínio da ação social complementar, atentas as novas realidades sociais.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON
Outras entidades intervenientes – IASFA/Ramos

Subações

1. Dinamizar, em parceria, ações de divulgação do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo.

Resultados

- Realizadas reuniões preparatórias no âmbito da proposta de Seminário sobre “Reforma”, no âmbito das comemorações do AEEASG;
- Materializada proposta de realização do Seminário: proposta de programa e de palestrantes, estimativa de custos, logística.

08-05 Reabilitação dos deficientes militares

Objetivo

Estudar e propor a adoção de medidas neste âmbito e avaliar os respetivos impactos; assegurar a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – ES
Outras entidades intervenientes – Ramos/Associações

Subações

1. Consolidar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados (Ramos; IASFA, I.P./ADM CGA), o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares
2. Prosseguir estudo que promova a codificação dos vários regimes visando a elaboração do Estatuto do Deficiente Militar
3. Coordenar o processo de monitorização das medidas inscritas na Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF), da responsabilidade do MDN

Resultados

1 - Concluído o tratamento estatístico dos dados quantitativos disponíveis, caracterizadores do universo dos deficientes militares e elaborado Relatório de progresso da 3ª e última fase do projeto. Estabilização da Matriz de recolha e elaboração da Matriz comparativa;
2 - Em desenvolvimento lento, em virtude das alterações relativas à afectação de técnicos à DAS;
3 - Assegurada a coordenação e monitorização do estado de implementação das medidas inscritas na ENDEF 2011-2013, da responsabilidade do MDN;
- Acompanhamento e apreciação crítica das reivindicações apresentadas pela ADFA: decisão do ISS/CNP relativamente à possibilidade de acumulação de pensões por deficientes militares, aplicação do DL 296/2009 aos DFA, retenção indevida de IRS pela CGA – aplicação do n.º 1, do artigo 12.º do CIRS, tramitação processual dos processos dos deficientes “africanos”, apreciação crítica da “Estratégia para afirmação da ADFA”;
- Apreciação de pedido de tratamento médico em Portugal de DFA’s residentes em Moçambique.

08-06 Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais

Objetivo

Participar nas reuniões e atividades das diversas Comissões e GT, em representação do MDN ou DGPRM, bem como coordenar as da sua responsabilidade.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes – Diversas entidades

Subações

1. Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões dos Militares das FA (FPMFA)
2. Comissão de Acompanhamento do Seguro de Vida para militares
3. Conselho Consultivo do IASFA
4. *Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool e Subcomissões*
5. *Despesas públicas*
6. *Comunicação, Informação e Formação*
7. *Dados e Investigação*
8. *Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de danos, Tratamento e Reinserção (Ramos)*
9. *Intervenção em contextos Escolar e Universitário, Laboral, Recreativo e Rodoviário (Ramos)*
10. *Redução da Oferta de Substâncias Ilícitas (PJM)*
11. Conselho Consultivo para a Promoção do Voluntariado
12. Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD)
13. Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA)
14. Conselho Consultivo do Lar Militar da CVP
15. Grupo Interdepartamental da ENDEF

Resultados

- 1 - Assessoria ao Diretor-Geral na qualidade de membro da Comissão de Acompanhamento e participação nas reuniões realizadas (3)
2 - Sem atividade
3 - Assegurada a representação da DGPRM nas reuniões realizadas (2)
4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 – *A reportar pela DSM;*
11 - Assegurada a representação da DGPRM nas reuniões realizadas (8)
12 - Estrutura reformulada, no âmbito das alterações orgânicas no INR;
13 - Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (2);
14 - Conselho Consultivo do Lar Militar da CVP (1)
15 - Grupo Interdepartamental da ENDEF (3)

08-07 Consultadoria

Objetivo

Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes – Ramos/CGA/Outros

Subações

1. Carta Social Europeia do Conselho da Europa: coordenar os contributos, no âmbito da Defesa, para o Relatório Nacional de Aplicação da Carta

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

- 1 - Não se verificou qualquer pedido de contributos;
- Apreciadas e preparadas respostas às solicitações de particulares ou entidades institucionais, no âmbito do apoio específico para propinas, pedido de isenção de taxas moderadoras para Antigos Combatentes, declaração de incapacidade multiusos, atribuição de cartão de DFA, desconto na CP para DFA's, acidente com engenho militar, processo de qualificação como DFA,/revisão de processo, atribuição de pensão de preço de sangue, reposição de pensões pagas pela CGA por efeito da reconstituição de carreira (L 43/99), junta médica da CGA, concessão de bolsa de estudos, benefícios para filhos de ex-militares agraciados com a Cruz de Guerra, entre outras matérias;
 - Participação no processo de audição das associações militares (AOFA, ANS, AP, ASMIRR) e apreciação das questões apresentadas atenta a área de competências da DAS;
 - Apreciação do "Caderno de aspirações" – VI Encontro Nacional de Sargentos e elaboração de contributos, relativamente às questões inventariadas no âmbito da DAS;
 - Elaborada apreciação crítica da aplicação da Lei 4/2009, de 29JAN aos militares;
 - Elaborado parecer relativo à aplicação nas forças armadas do Código Contributivo da Segurança Social;
 - Promovida a apreciação crítica da PLOE2013, atentas as alterações propostas no âmbito do regime de proteção social e reforma dos militares e da consagração de especiais salvaguardas para os deficientes militares.

08-np | Atividades/Projetos não previstos

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Resultados

- Desenvolvida iniciativa conjunta DGPRM/NAS e SG/GCRP, materializada numa campanha de recolha de bens de 1ª necessidade, tendo por destinatários os deficientes militares e respetivas famílias, em grave situação socioeconómica;
- Balcão Único da Defesa: Assessoria à Equipa Técnica criada por despacho conjunto MDN/MAA, com o objetivo de *definir o âmbito, a missão e as atribuições do "balcão único", identificar custos e propor a respetiva estratégia de implementação que permita a sua rápida operacionalização*. Elaborado Relatório a submeter à tutela e suporte para apresentação às tutelas das conclusões/propostas da Equipa Técnica.
- Ex-militares dos PALOP incapacitados ao serviço das nossas FA, alojados nas unidades militares: Constituído GT na sequência de CCADFA restrito, integrando os respetivos representantes. Inventariadas e segmentadas as diversas situações em presença. Apresentadas propostas de solução para cada um dos segmentos individualizados, à tutela.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 09
Apoiar os Antigos Combatentes



Programa 09

Apoiar os Antigos Combatentes

Unidade responsável – Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes

Ações

09-01 Medir a satisfação dos antigos combatentes

Objetivo

Melhorar o índice de satisfação dos antigos combatentes em relação ao modo como são atendidos no Centro de Atendimento

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – AA

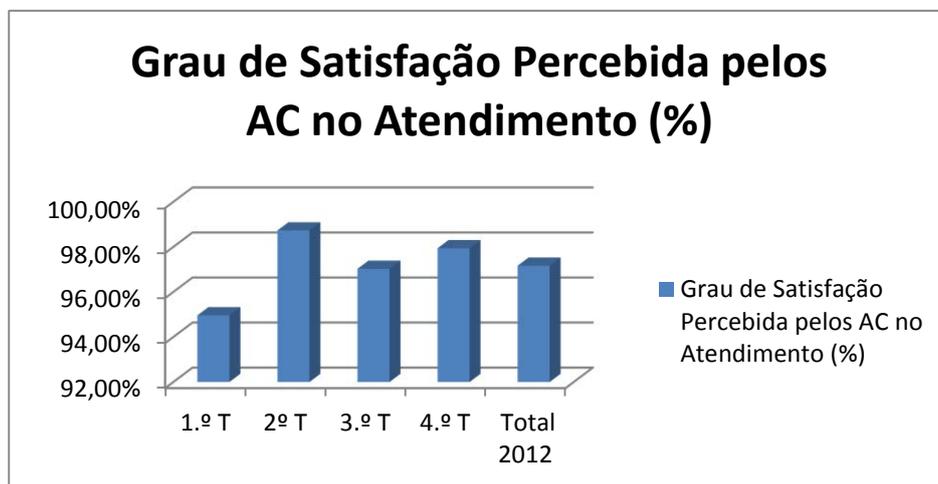
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Nomear responsável
2. Aplicar um inquérito de satisfação aos Antigos Combatentes elaborando análise estatística trimestral

Resultados

Verificou-se uma melhoria da qualidade do atendimento presencial, telefónico e via eletrónica no Centro de Atendimento com um grau de satisfação dos utentes de 97% (medido através da realização de 3433 inquéritos).



09-02 Medir o índice de eficiência processual

Objetivo

Aumentar a produtividade na área dos antigos combatentes

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – AA

Outras entidades intervenientes –



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Subações

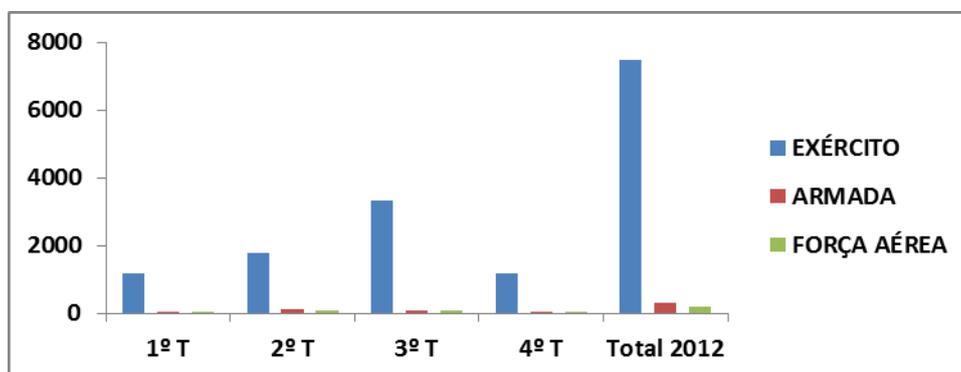
1. Conduzir uma avaliação contínua às práticas implementadas e introduzir as necessárias correções
2. Desenvolver e implementar um sistema de práticas assente no conceito de *lessons learned*

Resultados

Foram enviados aos regimes de segurança social cerca de 8.200 processos, aos ramos das Forças Armadas foram remetidos cerca de 8.000 processos. Foram ainda efetuados cerca de 13.500 atendimentos aos utentes (telefónicos e presenciais) e processadas cerca de 23.000 contagens de tempo de serviço militar.

ELEMENTO ESTATÍSTICO		TRIMESTRE				ANO
Nº de processos/dados enviados aos regimes		1.º	2.º	3.º	4.º	2012
◆	SS	1699	1319	1635	2057	6710
◆	CGA	179	194	532	381	1286
◆	OUTROS	26	71	65	13	175
■ TOTAIS		1904	1584	2232	2451	8171

ELEMENTO ESTATÍSTICO		TRIMESTRE				ANO
Nº de processos/requerimentos enviados aos ramos		1.º	2.º	3.º	4.º	2012
◆	EXÉRCITO	1184	1771	3329	1175	7459
◆	ARMADA	54	138	90	38	320
◆	FORÇA AÉREA	17	92	80	12	201
■ TOTAIS		1255	2001	3499	1225	7980

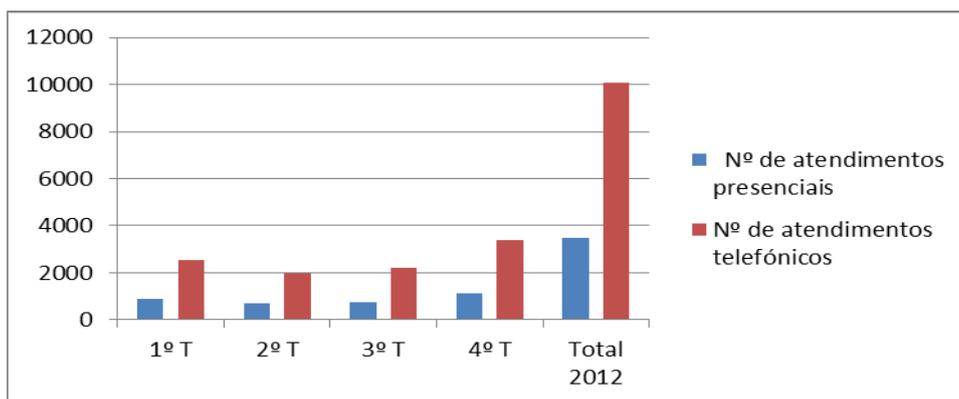


ELEMENTO ESTATÍSTICO		TRIMESTRE				ANO
CENTRO DE ATENDIMENTO		1.º	2.º	3.º	4.º	2012

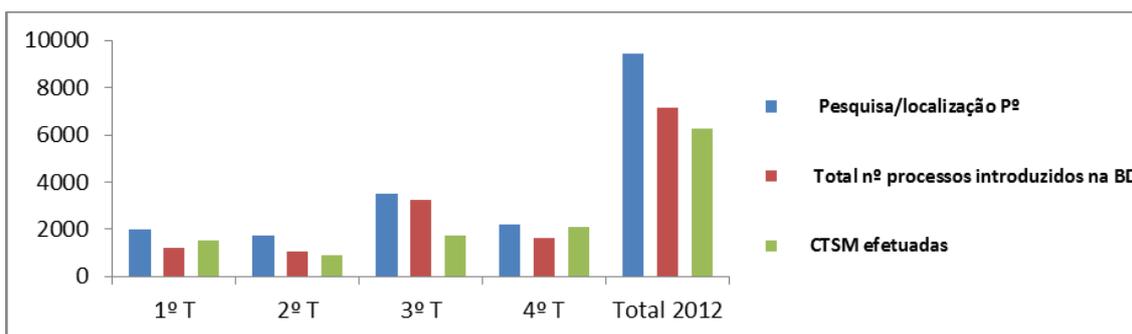


RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

	◆	Nº de atendimentos presenciais	902	704	737	1135	3478
	◆	Nº de atendimentos telefónicos	2518	1956	2189	3393	10056
		■ TOTAIS	4375	3492	3486	3520	13534



ELEMENTO ESTATÍSTICO		TRIMESTRE				ANO
	Contagens de Tempo de Serviço Militar (CTSM)	1.º	2.º	3.º	4.º	2012
	◆ Pesquisa e localização dos AC no AGE	2019	1709	3500	2211	9439
	◆ Introdução do nº de processo na BD do AGE	1228	1063	3218	1614	7123
	◆ Elaboração, carregamento e conclusão de CTSM	1542	910	1733	2091	6276
	■ TOTAIS	4789	3682	8451	5916	22838



09-03 Ajustar os processos, métodos e técnicas utilizadas tendentes à agilização da tramitação processual interna (tempo médio de conclusão de processos)

Objetivo

Aumentar a produtividade na área dos antigos combatentes

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – DIV
Outras entidades intervenientes –



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Subações

1. Conduzir uma avaliação contínua às práticas implementadas e introduzir as necessárias correções
2. Desenvolver e implementar um sistema de práticas assente no conceito de lessons learned

Resultados

O tempo médio de conclusão de processos teve uma taxa de realização global média de cerca de 98%, o que se traduz na conclusão de quase a totalidade dos processos que deram entrada durante o ano.

ELEMENTO ESTATÍSTICO	TRIMESTRE				ANO
	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	Total 2012
Tramitação processual					
Nº de processos despachados	4552	3114	2876	3258	13800
Nº de processos concluídos	4548	3099	2852	3139	13638
Nº de processos que transitaram de 2012 para 2013	4	15	24	119	162
Nº de e-mails enviados (e-mail oficial)	344	247	194	243	1028
Nº de processos enviados para arquivo sem resposta	1280	776	1489	1603	5148
Nº de processos enviados com ofício	2924	2076	1169	1293	7462
Nº de ofícios enviados (que podem englobar vários processos)	5083	3818	2702	3965	15568
Tempo médio tramitação processual para arquivo (em dias)	3,5	4	4	2	3
Tempo médio tramitação processual c/ resposta por ofício	1,5	1,5	2,5	3	2
Tempo médio tramitação processual c/ resposta por e-mail	13	12	15	13	13
Inquéritos de Satisfação aplicados aos AC no Atendimento	902	664	785	1082	3433
Grau de Satisfação Percebida pelos AC no Atendimento (%)	94,96%	98,73 %	97,03 %	97,94 %	97,17 %
Taxa de Realização Global média durante o ano de 2012 (%)	99,91 %	99,47 %	99,16 %	94,67 %	98,30 %





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

09-04 Reduzir o tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (tempo médio de espera no atendimento)

Objetivo

Aumentar a produtividade na área dos antigos combatentes

Tipo de ação – Projeto **Natureza da ação** – AA
Outras entidades intervenientes –

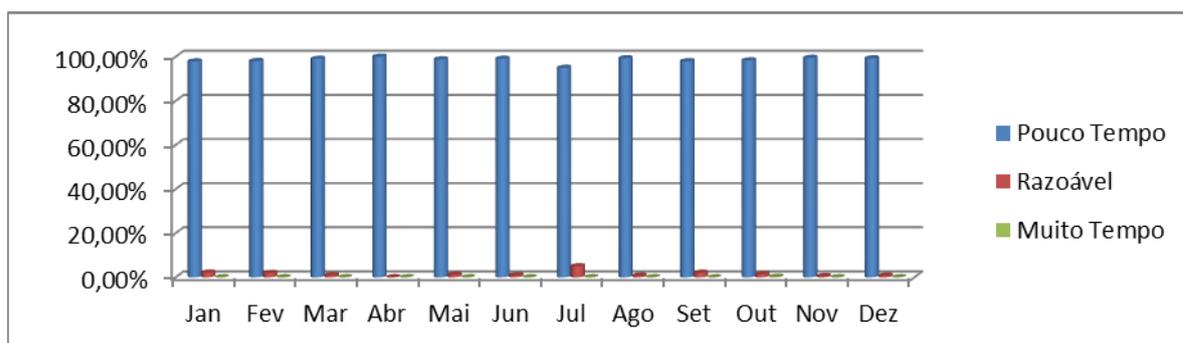
Subações

1. Conduzir uma avaliação contínua às práticas implementadas e introduzir as necessárias correções
2. Desenvolver e implementar um sistema de práticas assente no conceito de lessons learned

Resultados

O tempo de espera no Centro de Atendimento é praticamente inexistente, o que resulta numa taxa média de 98,5% de pouco tempo de espera.

TEMPO DE ESPERA	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Pouco Tempo	97,87%	98,07%	99,05%	100,00%	98,81%	99,09%	94,98%	99,30%	97,93%	98,35%	99,48%	99,26%
Razoável	2,13%	1,93%	0,95%	0,00%	1,19%	0,91%	5,02%	0,70%	2,07%	1,42%	0,52%	0,74%
Muito Tempo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,24%	0,00%	0,00%



09-05 Medir o índice de satisfação dos trabalhadores

Objetivo

Promover a melhoria contínua do clima organizacional na área dos antigos combatentes

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT
Outras entidades intervenientes –

Subações



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

1. Nomear responsável
2. Aplicar um inquérito de satisfação aos colaboradores na área dos antigos combatentes

Resultados

O grau de satisfação dos trabalhadores, resultante da realização de um inquérito, foi na ordem dos 3,5 numa escala de 0 a 5 valores.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 10
Promover a divulgação de Estudos, o
Planeamento e a Modernização da DGPRM

**Programa 10****Promover a Divulgação de Estudos, o Planeamento e a Modernização da DGPRM**

Unidade responsável – Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos
(Intervenção do Gabinete de Assessoria Técnica à Direção nas ações 10-01 a 10-03. Outras ações desenvolvidas em 10-06)

Ações**10-01 | Controlo de Execução da Atividade da DGPRM****Objetivo**

Elaborar e coordenar os instrumentos necessários ao controlo de execução da atividade da Direção-Geral, nomeadamente aqueles que estão previstos na legislação em vigor.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes – Toda a DGPRM

Subações

1. Elaborar o Relatório de Atividades de 2011.
2. Elaborar e coordenar o Plano de Atividades para 2013.
3. Elaborar o Balanço Social de 2011

Resultados

O Relatório de Atividades tem por finalidade descrever a trajetória realizada e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, elaborou-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades da DGPRM.

O Relatório de Autoavaliação do Serviço integra o Relatório de Atividades e tem como objetivo evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR, face aos objetivos anualmente fixados, bem como da informação a que se referem as diversas alíneas do n.º 2 do artigo 15.º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, na sua redação atual.

A DGPRM elabora anualmente o seu Plano de Atividades apoiado na gestão previsional das suas ações que se baseiam nas diversas atribuições do serviço. Este documento enquadra-se ainda no SIADAP 1 de acordo com a Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro, especialmente na definição de objetivos estratégicos e das unidades orgânicas que se materializam em programas e ações.

O Balanço Social da DGPRM estabelece e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção. Analisa ainda retrospectivamente elementos estatísticos, estudá-los e possibilitar a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

10-02 | Divulgar informação de interesse da DGPRM

Objetivo

Promover a divulgação das atividades da DGPRM ou de outras matérias ao nível dos RH's das FAs de interesse para a comunidade;
Colaborar com as demais entidades do Ministério na divulgação das suas atividades.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – DIV

Outras entidades intervenientes – Toda a DGPRM

Subações

1. Manter o «Guia Informativo» da DGPRM para dirigentes, trabalhadores e visitantes
2. Alimentar a Página da DGPRM na Intranet e Internet (divulgação dos instrumentos de gestão)
3. Fornecer informação solicitada pelos diversos Órgãos e Serviços da AP

Resultados

Elaboração de Guias Informativos da DGPRM (divulgação da Direção-Geral por visitantes e acolhimento de dirigentes e trabalhadores).

Publicitados na Internet do Ministério os Planos de Atividades 2012 e 2013, o Relatório de Atividades 2011 e o Balanço Social 2011.

Gestão do acervo de documentação especializada enviada a esta direção-geral e remetida ao GEPG; difusão de informação especializada em matérias de defesa nacional e segurança, via correio eletrónico, à direção e às unidades orgânicas da DGPRM; divulgação de informações recolhidas através de imprensa escrita e outras fontes, nomeadamente páginas eletrónicas das seguintes estruturas: EMGFA, Exército, Marinha, Força Aérea, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, associações, revistas, clubes e blogues militares, sindicatos da administração pública, tribunais administrativos, comissão de defesa nacional, embaixadas/adidos militares, direções-gerais do MDN e de diversos departamentos governamentais que incidam nas áreas de avaliação, estudos, formação, planeamento e políticas públicas.

10-03 | Modernização e simplificação administrativa da DGPRM

Objetivo

Estudar e implementar os mecanismos organizacionais e de sistemas de informação necessários à melhoria da eficácia e eficiência dos procedimentos de funcionamento da Direção-Geral.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Toda a DGPRM

Subações

1. Apoiar a DGPRM na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros).
2. Participação na iniciativa “Macroestrutura funcional para a classificação de documentos e para a interoperabilidade semântica entre os sistemas de informação na Administração Pública” (Projeto MEF – DGARQ).

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Elaboração de organogramas plantas de instalações, distribuição de equipamento informático pelos utilizadores, mapas e outros.

Projeto MEF:

Reunião de 9 de fevereiro 2012 na DGARQ. Os principais temas abordados foram os seguintes:

- Apresentação da MEF (das versões provisórias 0.4 e 0.7 à versão atual 1.0. Esta última já de possível aplicação pelos serviços. Estatísticas sobre os organismos participantes no Projeto. Enfatização das principais vantagens da MEF: interoperabilidade e transversabilidade da documentação entre serviços da AP).
- Planos de classificação (contributos da MEF para a produção de novos Classificadores ou adaptação dos existentes. A “série” documental enquanto processo do negócio).
- Aplicação prática: da MEF à atualização de Planos de Classificação (caso da fusão entre a DGARQ e a DG do Livro e Bibliotecas. Metodologia. Tipificação de problemas. Recomendações).
- Desenvolvimento da MEF para 2012 (Desafios. Alinhamento com as políticas públicas de Governo eletrónico. Adesão voluntária neste momento. Plano de formação sobre a MEF. Consultadoria. Gestão do produto MEF).

Face ao exposto, e à complexidade da aplicação metodológica do sistema MEF ao modelo de gestão documental da DGPRM bem como o seu carácter de adesão voluntária (embora se possa prever a sua obrigatoriedade a prazo) foram desenvolvidas em 2012:

- Adaptação do atual classificador à nova localização de processos pelas unidades orgânicas (UO) quando ocorreu a reestruturação orgânica da DGPRM;
- Revisão mais profunda do classificador com vista à incorporação de novas séries de acordo com as necessidades das UO;
- Ainda não se procedeu como previsto a um “exercício intelectual” experimental (à partida numa 1ª fase sem compromisso) na tentativa de enquadrar/transformar o atual Classificador no sistema de classificação MEF, avaliação da sua eventual mais valia para o serviço, contando com a colaboração das UO e se possível da DGARQ.

É importante ainda realçar que apesar da estreita participação da DGPRM no Projeto através da comparência nas reuniões de trabalho e elaboração da documentação solicitada, verificamos que as funções da MEF são muito mais abrangentes que as atuais “séries” documentais da Direção-Geral podendo constituir um obstáculo ao pormenor por nós neste momento exigido e que os utilizadores se habituaram.

10-04 Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa (SIMPLEX) da DGPRM

Objetivo

Coordenação e acompanhamento do programa SIMPLEX na DGPRM em áreas consideradas



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

de possível desburocratização, descentralização e facilitação relacional do cidadão com o serviço.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Unidades orgânicas e entidades externas

Resultados

Sem desenvolvimento em 2012.

10-05 Consultadoria

Objetivo

Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DEPGR, nomeadamente funções consultivas, estudo e elaboração de pareceres técnico-jurídicos no âmbito da relação jurídica de emprego público, incluindo a promoção, coordenação e apoio às ações de recrutamento, seleção e integração de recursos humanos, acompanhamento de inspeções e auditorias à Direcção-Geral

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. De âmbito técnico-jurídico
2. De âmbito administrativo

Resultados

Foram elaborados diversos pareceres e informações em matéria de EMFAR (revisão) e respetiva legislação complementar, medidas para redução orçamental a incluir na LOE/ 2013 e outras matérias transversais à DGPRM.

Foram realizados dois contraditórios a duas inspeções da Inspeção Geral de Defesa Nacional, nomeadamente: “Avaliar o grau de integração dos sistemas de informação que envolvam tecnologias de informação e comunicação” e “Avaliar o grau de implementação e de eficácia dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas no MDN”, envolvendo, nesta última, o Conselho de Prevenção da Corrupção do Tribunal de Contas.

10-06 Outras atividades/ações desenvolvidas pelo Gabinete de Assessoria Técnica à Direcção

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Atualização do atual Classificador Geral da DGPRM: acomodou-se as novas necessidades de atualização de algumas Subclasses e Séries documentais das áreas de registo do Classificador da DGPRM correspondentes às diferentes unidades orgânicas (reestruturadas).

Nomeado um grupo de trabalho constituído pela Dr.^a Rute Camilo, Dr. Luís Fonseca e o assistente técnico Ricardo Vozone com vista à reflexão sobre o sistema de documentação da DGPRM e apresentação de propostas sobre eventuais procedimentos a rever no circuito documental. Tal enfoque teria principal incidência sobre o arquivo de documentos e processos bem como a criação na base de dados de um plano de “alertas” da documentação distribuída para controlo de prazos atempados de resposta, aliás já previsto mas nunca implementado. O processo continua em desenvolvimento.

No âmbito do processo da Unidade de Ação Externa na Área da Defesa Nacional, e em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, de 11 de novembro de 2011 a DGPRM, tem participado nas reuniões de trabalho solicitadas pela DGPDN e procedido ao envio de dados e elementos no âmbito do Plano de Ação Externa 2012.

Colaboração na elaboração e monitorização do Quadro de Avaliação e Responsabilidade da DGPRM (QUAR).

Apoio aos concursos de Dirigentes Superiores da Administração Pública levados a cabo pela CRESAP

Apoio à Estrutura de Pilotagem da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária

Resposta a solicitações várias no âmbito da ação deste Gabinete de Assessoria Técnica

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 11
Gerir os Recursos da DGPRM

**Programa 11****Gerir os Recursos da DG de Pessoal e Recrutamento Militar**

Unidade responsável – Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos
(Colaboração do Gabinete de Assessoria Técnica à Direção na ação 11-07)

Ações**11-01 Gerir os Recursos Humanos afetos à DGPRM****Objetivo**

Contribuir para a prossecução da missão da DGPRM, garantindo o funcionamento do sistema de gestão e administração dos recursos humanos.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Assegurar os procedimentos relativos à administração do pessoal da DGPRM (executar os instrumentos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego)
2. Assegurar o processo de recrutamento e seleção de pessoal (elaborar propostas de recrutamento de pessoal; Organizar, acompanhar e executar os respetivos procedimentos de recrutamento e seleção)
3. Desmaterializar os processos individuais dos trabalhadores

Resultados

Os procedimentos de atualização dos processos individuais dos trabalhadores da DGPRM, e posterior envio à Secretaria-geral, foram assegurados com superação de prazos.

No ano de 2013 foram concluídos com sucesso os procedimentos concursais para técnicos superiores e técnico de informática para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados do mapa de pessoal da DGPRM.

A desmaterialização dos processos individuais dos trabalhadores que cessaram funções na DGPRM foi concluída com sucesso, estando digitalizados.

11-02 Contribuir para o desenvolvimento e motivação dos colaboradores da DGPRM**Objetivo**

Potenciar o desenvolvimento pessoal e contribuir para o aumento do nível de motivação dos trabalhadores (formação).

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – FOR

Outras entidades intervenientes – Toda a DGPRM/INA

Subações

1. Diagnosticar as necessidades de formação
2. Elaborar a proposta do Plano Anual de Formação
3. Gerir o Plano de formação
4. Promover a formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal afeto à DGPRM



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Resultados

Os trabalhadores estiveram envolvidos em ações de formação que visaram aperfeiçoar as suas *skills* e, de igual forma, dar um reforço positivo na sua atividade corrente na Direção-Geral (total – 152 ações);

Divulgação de seminários, *workshops* e demais eventos com especial relevância para a DGPRM e seus trabalhadores;

Foram identificadas pelos dirigentes as necessidades prementes dos trabalhadores e dada a prioridade de formação a esses trabalhadores, mediante a necessidade da unidade orgânica que dirige e que fosse profícua para a *performance* da Direção-Geral;

Foram proporcionadas outras ações de formação que visaram dotar os trabalhadores de novas competências e, muitas delas, sem custo direto no orçamento afeto à formação, visto não terem tido qualquer encargo.

A distribuição da formação foi apurada por quotas a qual teve a seguinte caracterização:

	Participantes	Horas	Custos
Dirigentes	9	584	540 €
Técnicos Superiores	21	2.181	5.460 €
Assistentes Técnicos	8	644	350 €
Assistentes Operacionais	0	0	0 €
Informáticos	1	95	0 €
Militares	51	6.047	1.128 €
Total	90	9.551	7.478€

11-03 Gerir os recursos financeiros da DGPRM**Objetivo**

Otimização dos recursos financeiros afetos à DGPRM.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Elaboração de propostas de orçamento da DGPRM, DSAAC e restantes atividades de acordo com as necessidades reais
2. Elaborar a proposta de orçamento da DGPRM de acordo com as orientações da DGO e plafond atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis de execução



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

3. Gerir e executar o orçamento específico para o Dia da Defesa Nacional, bem como as verbas afetas à execução de outras atribuições da DGPRM no contexto da LSM
4. Organizar os processos relativos à aquisição de bens e serviços e realização de obras
5. Verificar a conformidade jurídico-financeira dos documentos de despesa, promover o respetivo pagamento e executar a contabilização de todos os movimentos financeiros

Resultados

No âmbito da gestão dos recursos financeiros foram efetuados todos os procedimentos necessários para a otimização dos recursos disponíveis, bem como a elaboração dos orçamentos, de modo a permitir a execução das atividades que fazem parte integrante da missão da DGPRM, tendo como objetivo a redução de custos.

11-04 Gerir os recursos patrimoniais

Objetivo

Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Elaborar e manter atualizado o inventário do património da DGPRM

Resultados

Semestralmente, foram avaliadas e inventariadas as necessidades de imobilizado afectas aos recursos humanos, de modo a garantir uma gestão eficaz do património da DGPRM. Esta medida permitiu não só a obtenção de sinergias entre serviços no que respeita ao equipamento disponível, como também, reduziu custos adicionais com a aquisição de novo equipamento.

11-05 Análise da execução orçamental

Objetivo

Elaboração mensal da execução orçamental de acordo com os mapas produzidos através do Sistema Integrado de Gestão – SIG.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Elaboração de mapas financeiros de apoio à gestão com a respetiva análise de desvios

Resultados

Mensalmente foram elaborados os mapas da previsão da despesa e da respetiva execução orçamental, bem como a conseqüente análise do desvio de modo a permitir a correção dos desvios.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

11-06 | Gestão de economato

Objetivo

Disponibilização e distribuição atempada do material de escritório.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock

Resultados

Garantir a satisfação das necessidades de cada serviço da DGPRM, através da disponibilização os recursos materiais em tempo. Para além disso, foram mantidos os níveis de stock's, dentro das disponibilidades financeiras, necessários ao normal funcionamento das diversas unidades orgânicas da DGPRM.

11-07 | Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública - SIADAP (área técnica e administrativa)

Objetivo

Elaboração do QUAR, coordenação e monitorização do SIADAP 123.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – AA

Outras entidades intervenientes – Toda a DGPRM

Subações

1. Elaboração do QUAR 2013
2. Monitorização quadrimestral (abril, agosto e dezembro) do QUAR 2012
3. SIADAP 2 e 3 (2012)

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Elaboração do QUAR 2012

Conforme o previsto na Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, o QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) é desenvolvido anualmente, sendo elaborado de acordo com os contributos solicitados às unidades orgânicas da DGPRM, (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo). O QUAR para 2012, foi remetido à Secretaria-Geral (SG) em 12 de Novembro de 2012.

A DGPRM optou por uma monitorização do QUAR quadrimestral, (Abril, Agosto e Dezembro) tendo em conta a sua missão e os objetivos estratégicos que se propôs cumprir.

A metodologia adotada para a monitorização do Quar foi a mesma para a sua construção, pelo que solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.

A primeira monitorização de Abril foi efetuada em 11 de Maio de 2012 e enviada à Secretaria-Geral;

A segunda monitorização de Agosto foi efetuada em 10 de Setembro de 2012 e registada na plataforma GEADAP;

A terceira monitorização de Dezembro foi efetuada em 10 de Janeiro de 2013 e registada na plataforma GEADAP.

SIADAP 2 e 3

O Gabinete procedeu ao planeamento, coordenação e monitorização do SIADAP 2 e 3, relativa ao ano de 2011, partindo de um universo de 161 trabalhadores, dos quais 92 eram militares, e que se dividiu por dirigentes intermédios (SIADAP 2) e pelas carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional (SIADAP 3), trabalho esse que se consubstanciou no seguinte:

- Elaboração do Despacho SIADAP nº 1/2012 – Planeamento de Avaliação relativo ao ano 2012 e definição das competências e no nº de objetivos para trabalhadores;
- Elaboração do Despacho nº 2/2012 – Definição e competências e número de objetivos para dirigentes intermédios de 1º e 2º grau;
- Despacho SIADAP 5/2012 – Eleição da Comissão Paritária
- Despacho SIADAP 6/2012 – Alteração aos Despachos SIADAP nº 1 e 2/2012.
- Despacho SIADAP 3/2013 – Constituição do CCA
- Despacho SIADAP 4/2013 – Planeamento do processo de avaliação SIADAP 2 e 3/Carreiras, relativo ao ano de 2012;
- Elaboração de orientações referentes ao SIADAP para o CCA, para os meses janeiro, fevereiro e março.
- Elaboração do relatório de autoavaliação do serviço que integra o relatório de atividades,



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

para efeitos de avaliação do Serviço expressando o mesmo, os resultados alcançados e os desvios verificados, tendo presente os objetivos previamente fixados no QUAR 2012.

- Elaboração do relatório Sintético de 2012 para efeitos de avaliação intercalar do dirigentes máximo, no qual se encontram evidenciados os resultados obtidos face aos compromissos fixados na carta de missão e QUAR, na gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais, bem como aplicação do SIADAP 2 e 3, incluindo expressamente a distribuição equitativa das menções qualitativas atribuídas, no total e por carreira.

11-08 Consultadoria**Objetivo**

Elaborar estudos e emitir pareceres sobre matérias da competência da DGR.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CON

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Elaborar estudos e emitir pareceres sobre matérias da competência da DGR

Resultados

Foram elaborados diversos pareceres e informações em matéria de recursos humanos, nomeadamente LVCR, (Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual), RCTFP, (Lei nº 59/2008, de 11 de setembro, na redação atual); Estatuto de Pessoal Dirigente, (Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro na sua redação atual) SIADAP, (Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual), instrumentos de gestão estratégica, Regime de Mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da administração pública (Lei nº 53/2006, de 7 dezembro), Lei nº4/2004, de 15 de Janeiro, na sua redação atual (Princípios e normas da organização da administração direta do Estado, entre outros.

Procedeu-se à abertura de três procedimentos concursais para recrutamento e seleção de trabalhadores (portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro).

Elaboração dos procedimentos relativos à Contratação Pública (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro).

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 12
Explorar os Sistemas de Informação da DGPRM



Programa 12

Explorar os Sistemas de Informação da DGPRM

Unidade responsável – Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos

Ações

12-01 | Gestão e controlo de Pessoal

Objetivo

Manter atualizada a base de dados de Recursos Humanos da DGPRM.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Inserção dos dados relativos aos trabalhadores

Resultados

A atualização dos dados referentes aos trabalhadores foi superada o prazo estabelecido, tanto na informação enviada à Secretaria-Geral para inserção no SRH Plus, como os dados semestrais e trimestrais do SIOE, como o Balanço Social.

12-02 | Sistema de Gestão Documental

Objetivo

Controlo da entrada e saída de documentos

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Registo das entradas/saídas de documentos
2. Protocolar a informação
3. Digitalização do protocolo e envio por correio eletrónico

Resultados



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Entradas

1. Receber correspondência
2. Abrir correspondência
3. Classificar e registar em base de dados
4. Submeter a despacho
5. Protocolar, digitalizar e enviar por e-mail/Protocolo para a Direção de Serviço respetiva
6. Arquivo do documento original

Saídas

1. Entrega dos documentos pelos técnicos/Diretor de Serviço
2. Numerar
3. Registar em base de dados
4. Digitalizar e enviar por email para os técnicos/Diretor de Serviço/Chefe de Divisão
5. Envio do original para o Correio

Outros Assuntos

1. Atribuição e registo de números para documentos internos (informações, pareceres, notas internas e propostas)
2. Envio de documentos para reembolso da ADSE
3. Ofício dos Tribunais para os três Ramos das FFAA
4. Digitalização de toda a documentação (Saídas, Documentos Internos, Registos dos CTT e Protocolos) desde 2007 até Outubro de 2009

(Ver anexo para análise quantitativa)

12-03 Sistema de Informação e Gestão (SIG)

Objetivo

Planeamento orçamental no SIG, módulo "SEM-BW" do MDN, através da elaboração de diferentes cenários para o orçamento dos Serviços Próprios e para a Direção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Elaboração de documentos de suporte à análise de custo/benefício das atividades a desenvolver
2. Elaboração de vários cenários orçamentais a remeter à Secretaria-Geral, em cumprimento de Despacho Ministerial

Resultados

O Planeamento orçamental foi efetuado no módulo SEM-BW e criado um sistema de centro financeiros e orgânicas internas de forma a permitir uma análise de custos por atividade

12-04 Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública - SIADAP (informatização)

Objetivo

Atualização e manutenção do sistema informático de suporte ao SIADAP.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL
Outras entidades intervenientes – DGPRM/GEPE

Resultados

Das atividades desenvolvidas, destaca-se a concretização de relatórios de apoio ao processo de avaliação do SIADAP, bem como, a introdução de um conjunto de melhorias que visam automatizar tarefas e auxiliar os avaliadores no acompanhamento e monitorização dos objetivos.

12-05 | Base de Dados Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)

Objetivo

Recolha de dados relativos aos efetivos e prestadores de serviço na Administração Pública.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Carregamento dos dados relativos ao número de efetivos e suas variáveis

Resultados

Recolha de dados e carregamento no portal da DGAEP, dos efetivos afetos à DGPRM com a respetiva afetação de custos, trimestralmente e semestralmente.

12-06 | Gestão das Bases de Dados

Objetivo

Proceder à gestão das Bases de Dados em exploração.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL
Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Proceder de acordo com a calendarização a cópias de segurança
2. Verificação da integridade dos dados

Resultados

No âmbito destas tarefas, foram desenvolvidos esforços no sentido de se proceder à elaboração de relatórios que resultaram de necessidades identificadas pelas unidades orgânicas.

Concomitantemente, executaram-se os diversos procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, particularmente a atualização e correção da informação, e verificação da integridade dessa mesma informação recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação.

Adicionalmente, importa relevar o cumprimento da calendarização e verificação da integridade da informação que foi alvo de cópia de segurança.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

12-07 | Desenvolvimento de soluções informáticas

Objetivo

Proceder à análise e ao desenvolvimento de soluções informáticas tendo por base as necessidades dos serviços.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Com a finalidade de auxiliar o cidadão na consulta da informação relevante para a sua condição, foram desenvolvidas novas funcionalidades que visaram a disponibilização de informação pormenorizada sobre os transportes e locais de embarque do Dia da Defesa Nacional.

12-08 | Desenvolvimento, gestão e atualização dos SI/TIC

Objetivo

Disponibilizar os meios de tratamento automático de informação necessários ao funcionamento da Direção-Geral, proceder ao desenvolvimento e atualização dos sistemas informáticos, assim como apoiar os seus utilizadores.

Tipo de ação – Atividade de manutenção **Natureza da ação** – APL

Outras entidades intervenientes – Toda a DGPRM/SG

Subações

1. Gestão de processos de aquisição e manutenção de hardware
2. Gestão de processos de aquisição e contratos de licenciamento de software
3. Manutenção dos equipamentos em exploração
4. Apoio ao nível de hardware e software

Resultados

Neste particular, ocorrerão investimentos na renovação do parque informático, nomeadamente através da aquisição de novos equipamentos e subsequente renovação dos microcomputadores considerados obsoletos.

Paralelamente, foi realizado um reforço da segurança da informação, com a introdução de um novo sistema de cópias de segurança.

12-np | Atividades/Projetos não previstos

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Resultados

Com a finalidade de auxiliar a divulgação da informação relativa à missão da DGPRM, foi criado o sítio do organismo, numa perspetiva de união, divulgação e simplificação da informação referente a todas as áreas de envolvimento estratégico desta direção-geral.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 13
Fomentar a Educação Física e Desporto Militar



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Programa 13

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Unidade responsável – Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

13-01 | Campeonatos Nacionais de Desporto Militar

Objetivo

Promover o intercâmbio entre os militares dos Ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança, organizando e coordenando a realização de Campeonatos Nacionais Militares, em várias modalidades desportivas.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN
Outras entidades intervenientes – Ramos/FS

Subações

1. XXXIV CNM de Corta-Mato, de 16 a 21 de Jan (GNR)
2. V Corrida do CISM, 17 de Fev (MAR)
3. XXXVI CNM de Orientação, de 14 a 18 de Abr (EXE)
4. XLIII CNM de Tiro, de 18 a 22 de Junho (PSP)
5. III CNM de Duetlo BTT de 24 a 28 de Set (EXE)
6. III CNM de Voleibol de Praia de 30 de Maio a 1 de Junho (FAP)
7. XXIX CNM de Futsal de 19 a 23 Nov (Marinha)

Resultados

1. Organizado pela GNR, decorreu em 26 e 27 de Janeiro de 2012, o Campeonato de Corta-Mato. As competições realizaram-se na Escola da Guarda, tendo competido em representação da Marinha, Exército, Força Aérea e Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública 108 atletas, sendo 93 masculinos e 15 femininos.

Foram vencedores:

I Escalão – Exército

II Escalão – Exército

III Escalão – Guarda Nacional Republicana

IV Escalão – Guarda Nacional Republicana

V Escalão – Marinha

Escalão Feminino – Guarda Nacional Republicana

Troféu CEFDM – Guarda Nacional Republicana

2. Organizado pela Polícia de Segurança Pública, decorreu de 02 a 06 de Julho de 2012, Unidade Especial de Polícia, nas modalidades de Espingarda Carabina e Pistola. As competições realizaram-se na carreira de tiro da Ota (carabina e pistola) e na carreira de tiro de Belas (espingarda), tendo competido em representação da Marinha, Exército, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública 63 atiradores, sendo 39 masculinos e 24 femininos.

3. Organizado pela Marinha, decorreu no CEFA, de 30 de Maio a 01 Junho de 2012 o III Campeonato Nacional de Voleibol de Praia, tendo competido em representação da Marinha, GNR, Força Aérea e PSP 52 atletas, sendo 36 masculinos e 16 femininos.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

4. Organizado pelo Exército, decorreu de 20 a 21 de Setembro de 2012, no Centro Militar de Educação Física e Desportos, em Mafra, o III Campeonato Nacional Militar de Duetlo em BTT, tendo competido em representação da Marinha, Exército, Força Aérea e PSP, 42 atletas, sendo 30 masculinos e 12 femininos.

Foram vencedores:

I Escalão – Exército

II Escalão – Marinha

Escalão Feminino – Exército

5. O XXIX campeonato Nacional Militar de Futsal, não se realizou, por falta de equipas participando, tendo sido realizado em sua substituição um torneio da mesma modalidade, entre as equipas da Marinha e FAP. Foi organizado pela FAP, tendo decorrido em 23 de Novembro de 2012 no CEFA.
6. Organizado pelo Exército decorreu no dia 27 Setembro 2012, em Braga no RC6, a Corrida do CISM “CISM DAY RUN” tendo participado cerca de 250 atletas em representação do Exército, GNR e dos clubes civis da cidade.

13-02 Política Desportiva Militar

Objetivo

Estudo e elaboração de legislação e regulamentos que permita uma uniformização do sistema desportivo militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CAT

Outras entidades intervenientes – Ramos

Resultados

Sem desenvolvimento em 2012.

13-03 Torneios e Campeonatos Mundiais de Desporto Militar

Objetivo

Promover o intercâmbio com entidades congéneres das FAs estrangeiras, nomeadamente através da participação em Campeonatos Mundiais (CM) e Torneios Internacionais (TI) de Desporto Militar.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. LVI CMM de Corta-Mato
2. CMM de Orientação
3. CMM de Tiro

Resultados

Portugal não participou em nenhum Campeonato Mundial Militar



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

13-04 Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Objetivo

Coordenar a ação da delegação portuguesa junto do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM).

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII

Outras entidades intervenientes –

Subações

1. Participação do presidente da CEFDM, na LXVII Assembleia Geral do CISM, em Maio no Uganda

Resultados

Portugal não se fez representar.

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 14
Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa
das Forças Armadas e de Segurança



Programa 14

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Unidade responsável – Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

14-01 Atividades do SARFAFS em Portugal

Objectivo

Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS em Portugal.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CIN

Outras entidades intervenientes –

Resultados

- Conferências;
- Dia de S. João de Capistrano;
- Grupos de preparação para a receção dos Sacramentos da Iniciação Cristã: Batismo, Confirmação, Eucaristia;
- Encontro com os alunos dos primeiros anos das EMES;
- Construção de presépios;
- Via sacra;
- Peregrinação Militar Nacional a Fátima;
- Palestras;
- Realização de Encontros com casais militares;
- Partilha Quaresmal;
- Campanhas de Solidariedade;
- Dia mundial das missões;
- Dia mundial dos leprosos;
- Semana da Unidade dos Cristãos;
- Orientação quanto à preparação e administração dos Sacramentos da Iniciação Cristã em âmbito do Ordinariato Castrense.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

14-02 | Atividade internacional do SARFAFS

Objectivo

Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS no Estrangeiro.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – CII
Outras entidades intervenientes –

Resultados

- Peregrinação Militar Internacional a Lourdes;
- FNDs – Forças Nacionais Destacadas.
- Participação europeia no encontro ecuménico promovido pelos irmãos de Taizé.

14-03 | Atividades editoriais do SARFAFS

Objectivo

Apoiar a publicação de edições do SARFAFS, nomeadamente o Jornal Centurião.

Tipo de ação – Atividade corrente **Natureza da ação** – DIV
Outras entidades intervenientes –

Resultados

- Planear as atividades Pastorais do Ordinariato Castrense
- Elaborar Cartazes (distribuídos a partir da Capelania-Mor)
- Publicar e distribuir o Jornal “O Centurião”
- Divulgar através de Folhas Informativas
- Divulgar as atividades pelos grandes meios de comunicação de massas: jornais diários e semanários, canais de televisão.
- Elaborar desdobrável sobre: dia mundial da paz, dia mundial dos meios de comunicação social, dia nacional das migrações, dia nacional da educação cristã, dia mundial do turismo, dia mundial dos direitos humanos, etc
- Orientar e cuidar das Celebrações Litúrgicas do Ordinariato Castrense: Dia de S. João de Capistrano, encontro de casais militares, retiro de Capelães, Missa Crismal, Peregrinação Internacional a Lourdes, Peregrinação Diocesana a Fátima...

Legenda (natureza das ações)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.



PROGRAMA 15

Gestão de Projetos



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2012

Programa 15

Gestão de Projetos

Unidade responsável – Gabinete de Gestão de Projetos (Equipa multidisciplinar)

Projetos

15-01	ção da legislação enquadrante da Defesa Nacional
-------	--

Objetivo

Revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas

Outras entidades intervenientes –

Resultados

Foi constituída uma equipa técnica, a qual elaborou uma informação na qual foi identificado um conjunto de áreas de intervenção e apresentadas as propostas de medidas a serem adotadas com vista a uma futura revisão do EMFAR.



ANEXOS

Balanço Social
Execução Orçamental da DGPRM
**Controlo de documentos recebidos e
produzidos**
Organograma
Rede informática
Instalações

BALANÇO SOCIAL

2012

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar



BALANÇO SOCIAL 2012

INDICE

Nota de apresentação . . . 2

EFETIVOS E ESTRUTURA ORGÂNICA . . . 4

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE . . . 8

ESTRUTURA HABILITACIONAL . . . 10

MOBILIDADE DE PESSOAL . . . 12

ASSIDUIDADE . . . 14

ENCARGOS COM PESSOAL E PRESTAÇÕES SOCIAIS . . . 16

FORMAÇÃO PROFISSIONAL . . . 18

PERFIL DE RH DA DGPRM . . . 21

Anexos

Anexo 1 – Mapas anexos ao DL nº 190/96, de 9 de Outubro

Anexo 2 – Índices de Pessoal

Ficha Técnica

Título – Balanço Social 2012 da DGPRM

Data de finalização – Fevereiro de 2013

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica à Direção

Colaboração – Div. de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Av. Ilha da Madeira, 1 – 4º Piso 1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3010001 / (21)3011173

Fax: (21)3013037

E-mail: dgprm.geral@defesa.pt

URL: <http://www.mdn.gov.pt>



BALANÇO SOCIAL 2012

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O Balanço Social, é um instrumento de gestão de avaliação e planeamento na área do pessoal, procurando maior transparência dos vários organismos públicos. Foi tornado obrigatório pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de Outubro, para todos os organismos da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores.

O Balanço Social da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) é uma ferramenta de análise e informação que divulga a situação socioprofissional do serviço. Reflete o compromisso dos trabalhadores e uma melhoria qualitativa das funções executadas e dos serviços prestados.

Este documento expõe os dados de 2012 no que respeita aos recursos humanos da DGPRM. Os indicadores avaliados deverão ser o suporte de futuras tomadas de decisão nesta área, viabilizando, um melhor planeamento, coordenação e racionalização dos recursos existentes.

Destaca-se uma política de pessoal assente no desenvolvimento organizacional com o empenho dos dirigentes e restantes trabalhadores. Assim, tem-se procurado:

- A valorização das pessoas e aumento da sua motivação observando sempre que possível o acesso à formação profissional;
- O beneficiamento de instalações e equipamentos (condições de trabalho);
- O controlo eficiente da assiduidade;
- A gestão e racionalização dos encargos com pessoal, considerando as exatas necessidades de funcionamento.

Resumem-se os principais resultados e indicadores no âmbito dos RH em 2012, relativamente a 2011:

Em 31 de Dezembro o número de efetivos era de **153 trabalhadores** (-13%) e o **índice de tecnicidade** de **66%**, a que corresponde um aumento de 8,6%. Na área de «funções técnicas» encontravam-se 101 trabalhadores e na área das «funções administrativas», 26.

A **idade média** do pessoal da Direcção-Geral diminuiu para **38 anos e meio** (*estrutura etária*). A **taxa de emprego jovem** (menos de 25 anos), desceu para **6,5%**. (-1,5%). Correlativamente a **taxa de envelhecimento** aumentou para **11,7%** (idade igual/superior a 55 anos).

A **antiguidade** na Função Pública é de aproximadamente **12 anos** de serviço (-1%).



BALANÇO SOCIAL 2012

O **índice de formação superior (72%)** aumentou significativamente relativamente a 2011 (+7%). Reduziu 6% o número de funcionários com o ensino secundário/bacharelato (24%).

A **rotatividade de efetivos** sofreu uma ligeira diminuição (**0,61**). Esta taxa, a maior valor absoluto (entre 0 e 1) corresponde a diminuição da mobilidade externa. Através dos **índices de entradas e saídas** verificados, respetivamente **17%** e **32,2%**, reafirma-se a relativa mobilidade de pessoal durante o ano, requerendo controlo e ponderação no acolhimento dos novos trabalhadores e sua adaptação às funções. A **taxa de cobertura** ou compensação entradas/saídas foi de **52%**.

Em 2012, a **taxa de absentismo** foi de **3,7%** (-0,5%). A assiduidade geral dos trabalhadores: 96,3%.

Os **encargos com pessoal** diminuíram 16% e as **prestações sociais** tiveram também uma redução da despesa de 15%.

O número de cursos frequentados pelo pessoal da DGPRM foi significativamente aumentado: 152. O **índice de participação na formação (59%)**, foi superior em 3% comparando com o ano de 2011.

Pelos indicadores atrás referenciados e pela análise deste Balanço Social, sobressaem aspetos na maioria positivos na orientação da política de gestão dos RH na DGPRM, com a qual me congratulo, não esquecendo a colaboração e participação de todos os trabalhadores nos objetivos estratégicos deste serviço.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2013

O Diretor-Geral

Alberto Rodrigues Coelho

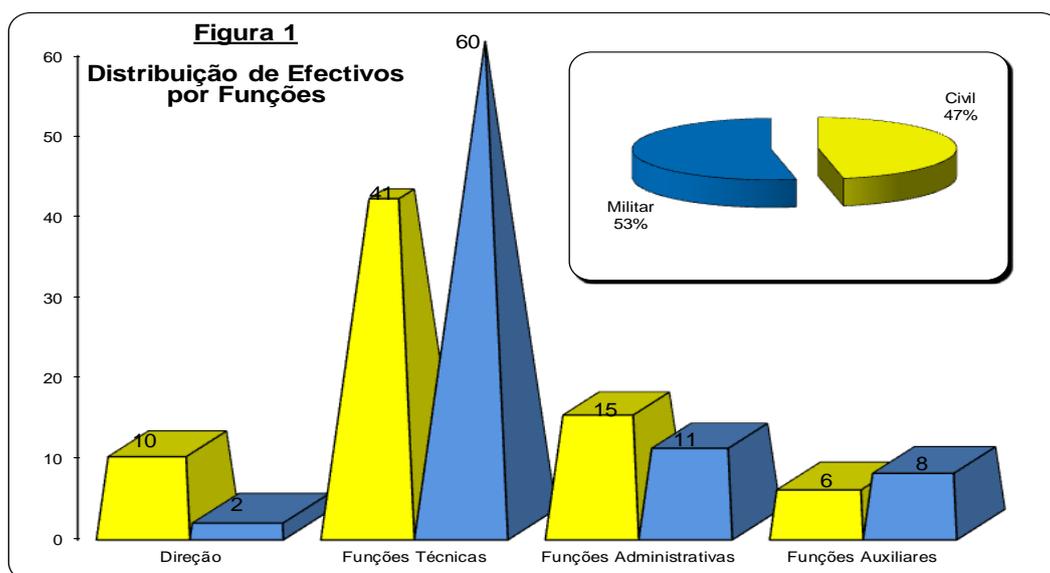
(assinatura digitalizada)

BALANÇO SOCIAL 2012
EFFECTIVOS E ESTRUTURA ORGÂNICA

Em 31 de Dezembro de 2012 a Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar contabilizava **153 trabalhadores**, distribuídos pelo grupo **peçoal civil (47%)** e **peçoal militar (53%)** (fig.1). Em relação a 2011 constatou-se uma redução de 13% dos efetivos (-23 trabalhadores) (ver gráfico da fig. 2). O número de trabalhadores do sexo masculino era de 88 e do sexo feminino de 65.

O **índice de enquadramento** global (funções dirigentes) foi de **7,8%**. O **enquadramento feminino** representava **50%**. No desempenho de **funções técnicas**, **101** trabalhadores, **26** na **área administrativa (17%)** e **14 em funções auxiliares (9,2%)** (informação complementar no anexo 1, quadro 1).

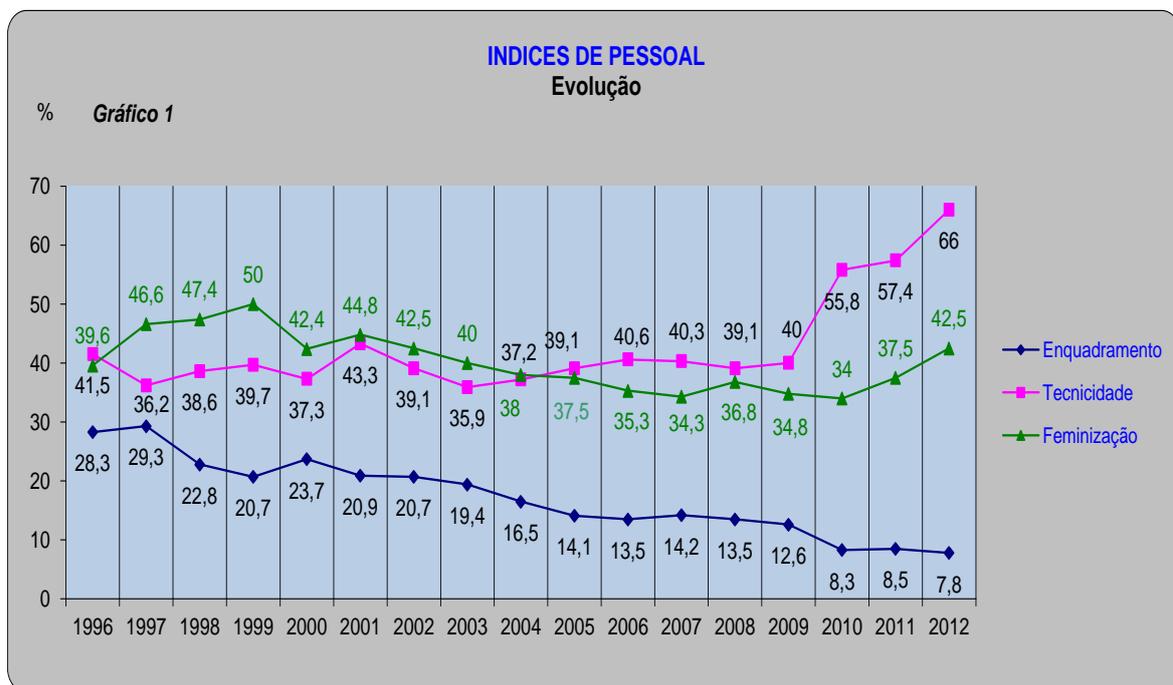
Funções	Pessoal Civil			Pessoal Militar/Militarizado					TOTAL	
	DGPRM	Outros	SubTOT	MAR	EXE	FAP	GNR	SubTOT		
Direção superior	1		1					0	1	0,7%
Direção intermédia	9		9		1	1		2	11	7,2%
Direção	10	0	10	0	1	1	0	2	12	7,8%
Área Técnica	37		37	17	25	18		60	97	63,4%
Área Informática	4		4					0	4	2,6%
Funções Técnicas	41	0	41	17	25	18	0	60	101	66,0%
Área Administrativa	13		13		10	1		11	24	15,7%
Secretariado	2		2					0	2	1,3%
Funções Administrativas	15	0	15	0	10	1	0	11	26	17,0%
Motorista	3		3	1				1	4	2,6%
Trabalho Auxiliar	3		3	1	1	5		7	10	6,5%
Funções Auxiliares	6	0	6	2	1	5	0	8	14	9,2%
Total	72	0	72	19	37	25	0	81	153	100,0%
%	47,1%	0,0%	47,1%	12,4%	24,2%	16,3%	0,0%	52,9%	100,0%	



BALANÇO SOCIAL 2012

Segundo o grupo/cargo/carreira (anexo 1, quadro 1) a distribuição é a seguinte: dirigente superior (1), dirigente intermédio (11), técnico superior (37), assistente técnico (15), assistente operacional (6), informático (4) e forças armadas, excluindo dirigentes (79).

O **índice de tecnicidade** (sentido lato), foi de **66%** refletindo o aumento de trabalhadores no desempenho de funções técnicas (Gráfico 1). A **taxa de feminização** (**42,5%**) aumentou 5 % relativamente a 2011 (Gráfico 1).



Tendo como fundamento o Decreto-Lei nº 122/2011, de 18 de Dezembro, que aprova a nova orgânica do Ministério da Defesa Nacional, o Decreto-Regulamentar nº 6/2012, de 18 de Janeiro, a Portaria nº 93/2012, de 3 de Abril, o Despacho nº 7790/2012, de 6 de Junho, e o Despacho nº 12568/2012, de 31 de Agosto, constituem os diplomas que sustentam a última reestruturação orgânica da DGPRM.

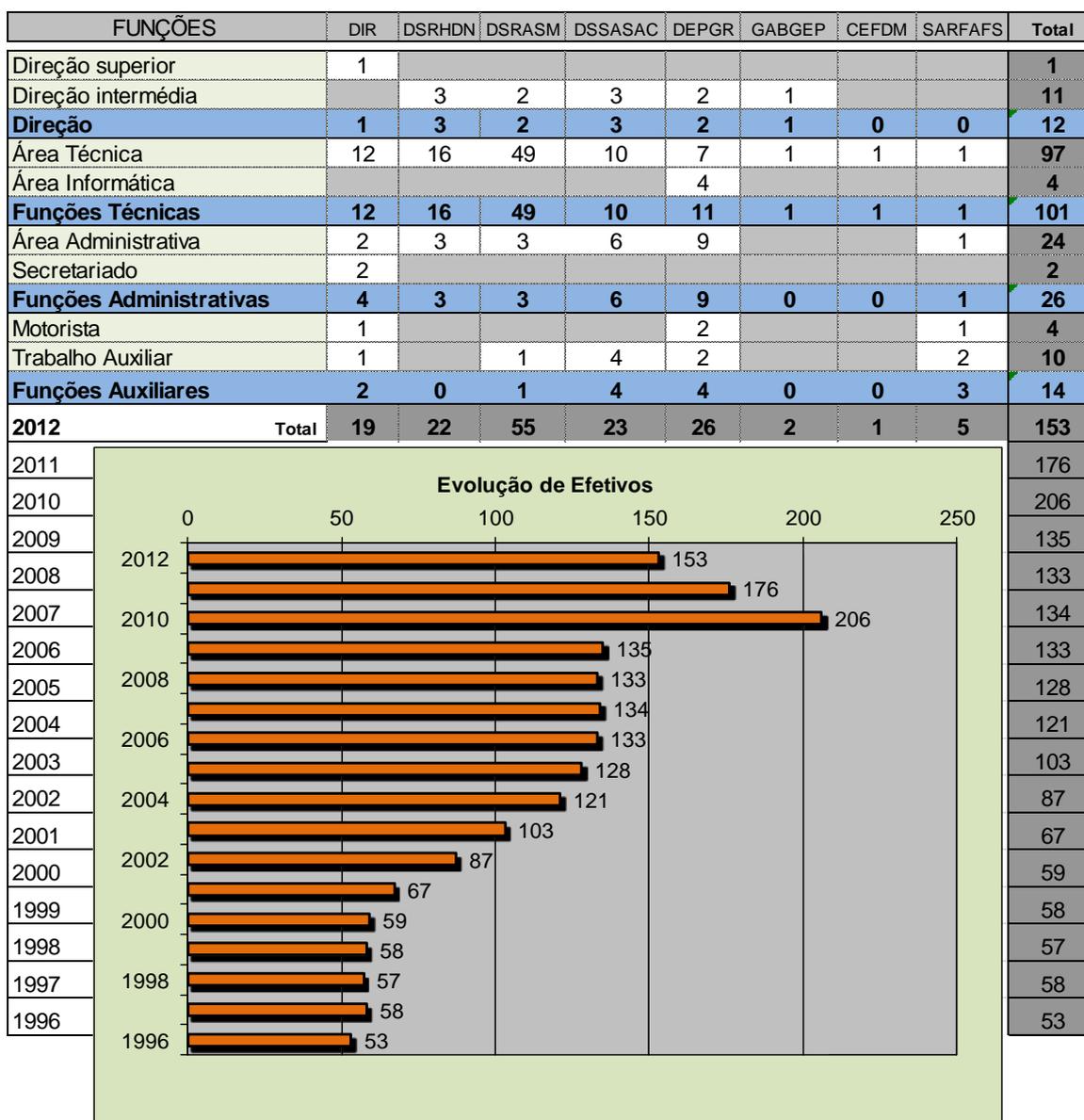
Excluindo a Direção a distribuição de efetivos pela estrutura orgânica é a seguinte: a DSRASM com o maior número absoluto de trabalhadores (55), seguido pela DEPGR (26) e DSSASAC (23) (fig. 2).



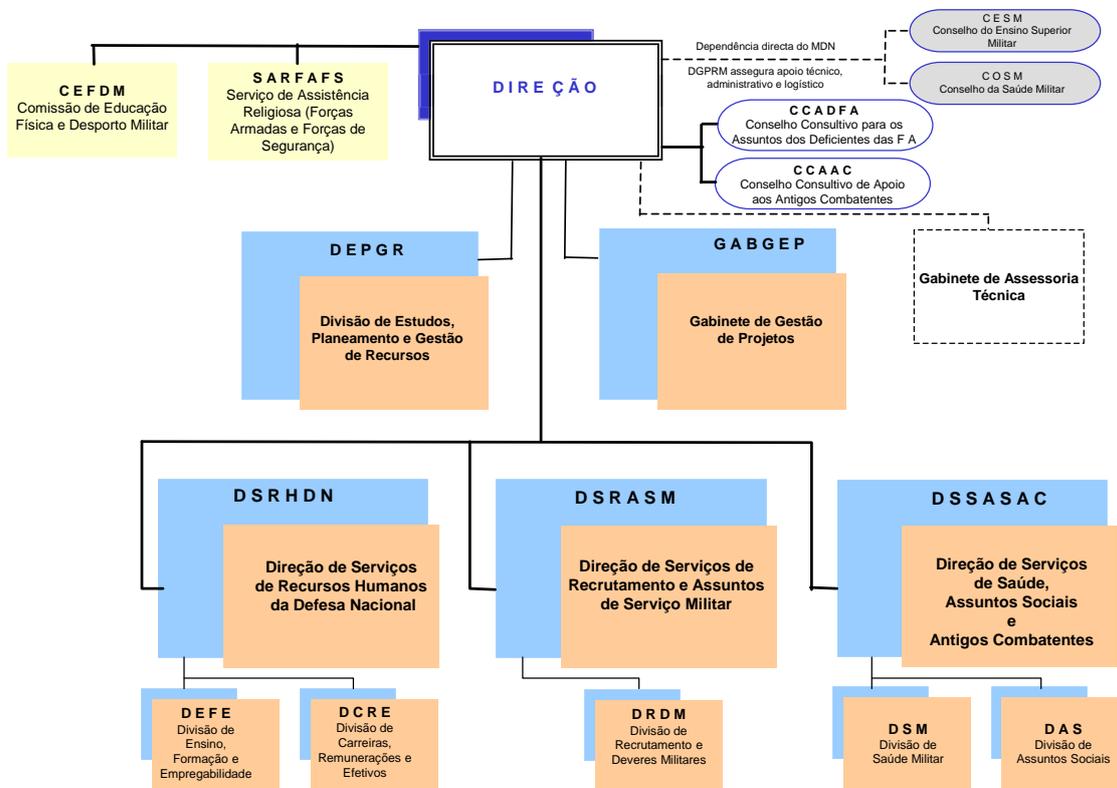
BALANÇO SOCIAL 2012

Predomina o pessoal técnico na DSRASM (49), DSRHDN (16) e DEPGR (11), assim como no apoio à Direção (12). O pessoal da área administrativa, exerce funções especialmente na DEPGR (9) e na DSSASAC (6) (fig. 2).

Figura 2
Distribuição de Efetivos por Funções e pela Estrutura Orgânica



BALANÇO SOCIAL 2012



Segundo a modalidade de vinculação (anexo 1, quadro 1) 25 trabalhadores têm nomeação definitiva, 62 contrato de trabalho por tempo indeterminado, 54 contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e 12 em comissão de serviço no âmbito da LVCR.

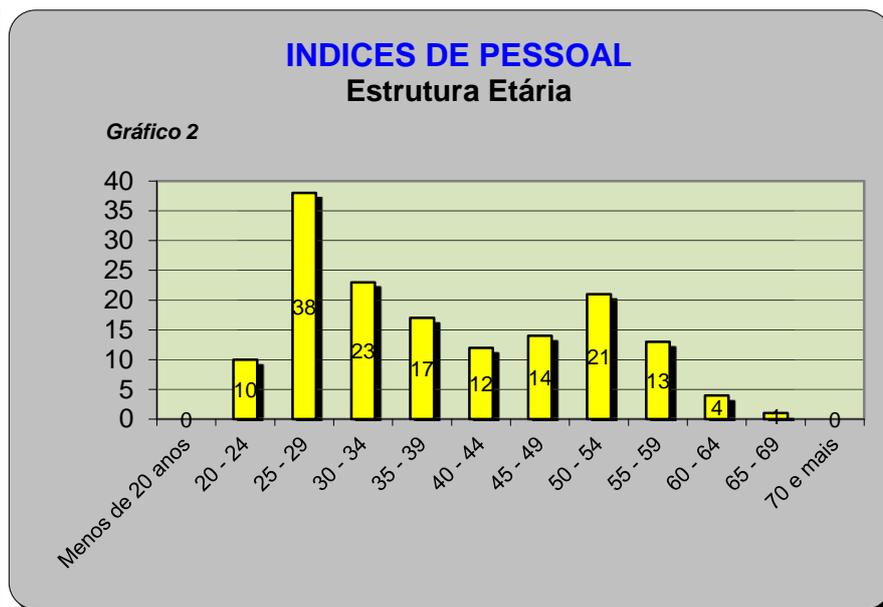
BALANÇO SOCIAL 2012

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE

Na DGPRM a **média de idade** do pessoal é de **38 anos e meio**. (anexo 1, quadro 2 e gráfico 2).

A idade média dos homens é ligeiramente superior a 39 anos e das mulheres de 37 anos e meio.

O grupo etário dos 50 aos 54 anos de idade deixou de ser o mais representativo para ser ultrapassado pelo grupo dos 25 aos 29 anos de idade (25%) seguido do grupo etário dos 30 a 34 anos, perfazendo ambos 40% dos trabalhadores da Direção-Geral.



Sem prejuízo do decréscimo geral da idade do pessoal em funções no serviço, a **taxa de emprego jovem (6,5%)** observada no grupo etário inferior aos 25 anos, diminuiu em cerca de 1,5% relativamente a 2011 (Gráfico 2).

A **taxa de envelhecimento (11,7%)** (idade igual ou superior a 55 anos), subiu 2%.

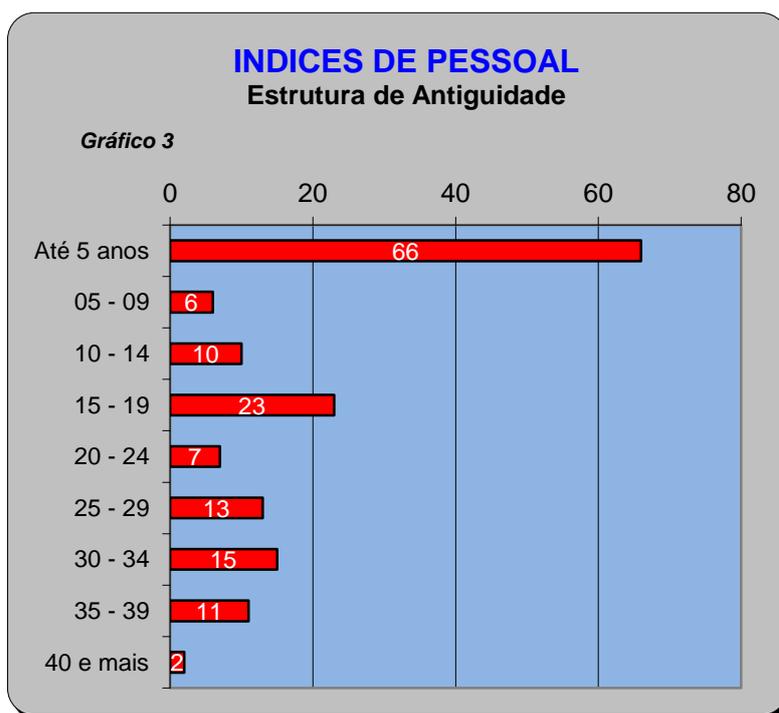


BALANÇO SOCIAL 2012

O nível médio de antiguidade na função pública é de aproximadamente 12 anos. Diminuiu um ponto percentual em relação a 2011, o que demonstra, conjugado com o item anterior, uma estrutura mais rejuvenescida de trabalhadores em atividade (anexo 1, quadro 3 e gráfico 3).

Tal como se tem mantido em anos anteriores, o grupo de pessoal de antiguidade até 5 anos de serviço conserva-se o mais relevante (43%), seguido do grupo entre os 15 e 19 anos (15%) (Gráfico 3).

Considerando a estatística por género, a antiguidade no serviço do sexo feminino, estabeleceu-se em média nos 10 anos e meio, e a do sexo masculino 13 anos e meio.





BALANÇO SOCIAL 2012

ESTRUTURA HABILITACIONAL

O **índice de formação superior (72%)** aumentou expressivamente relativamente a 2011 (+7%). Tal facto correlaciona-se com o igual incremento do índice de tecnicidade (gráfico 4 e anexo 1, quadro 4). Lembra-se que a presença dos jovens licenciados divulgadores do Dia da Defesa Nacional contribuem significativamente para estes valores.

O índice não se apresenta regular, tem sofrido alterações se verificarmos o período 1996 – 2012. Apesar disso, haver um valor percentual elevado demonstra maior capacidade técnica e resolução de problemas de complexidade superior.

O grupo de trabalhadores com ensino até 9 anos diminuiu em aproximadamente 1% (4%) e o secundário/bacharelato reduziu-se em 6% (24%) (fig. 3).

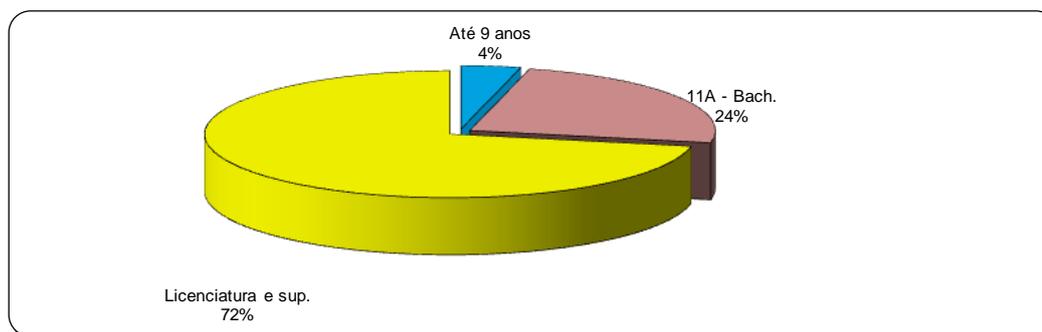
Em relação à formação superior a DGPRM possuía 105 licenciados, 2 mestres e 3 doutorados que exerciam funções de direção e/ou técnicas (fig. 3, e anexo 1, quadro 4).



BALANÇO SOCIAL 2012

Figura 3
Habilitações Literárias

Carreiras	Até 9 anos		11A - Bach.		Licenciatura e sup.		Total	
Dirigentes	0	0,0%	1	8,3%	11	91,7%	12	7,8%
Técnico Superior	0	0,0%	0	0,0%	37	100,0%	37	24,2%
Assistente Técnico	0	0,0%	15	100,0%	0	0,0%	15	9,8%
Assistente Operacional	4	66,7%	2	33,3%	0	0,0%	6	3,9%
Informático	0	0,0%	3	75,0%	1	25,0%	4	2,6%
Militares	2	2,5%	16	20,3%	61	77,2%	79	51,6%
Total	6	3,9%	37	24,2%	110	71,9%	153	100,0%



Na distribuição da estrutura habilitacional por sexo 40,5 % de homens possui formação superior e 17% o ensino básico/secundário/Bach.

A taxa de formação superior no sexo feminino é de 31,3%. Possuem o ensino básico/secundário 11,2% de trabalhadoras.

BALANÇO SOCIAL 2012

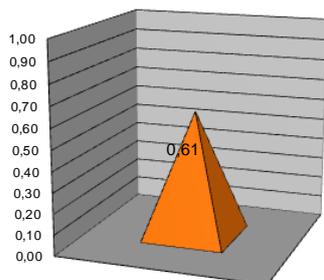
MOBILIDADE DE PESSOAL

A Direção-Geral em 2012 apresentou um *índice de rotatividade de efetivos* de **0,61** (1 = nula) e de *taxa de cobertura 52%* (avalia em que proporção a entrada de funcionários cobre a saída, refletindo o acréscimo ou diminuição do número de RH existente) (fig. 4).

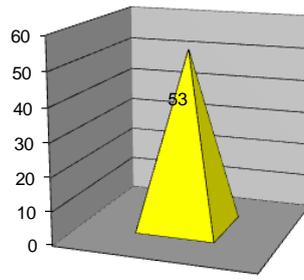
Figura 4
Movimentos
por Carreiras,
Postos
e Cargos

	Entradas/Saídas			Alterações de posição	
	Entradas	Saídas	Evol		
Director-Geral			0		
Subdirector-Geral		1	-1		
Director de Serviços	1	3	-2		
Vice-Almirante					
Major-General	1	1	0		
Coronel/Comte. Mar-Guerra	4	4	0		
Tenente-Coronel/Comte. Fragata	1	5	-4		
Major/Cap. Tenente			0		
Chefe de Divisão	1	1	0		
Capitão			0		
Tenente		1	-1		
2º Tenente	1	1			
Alferes	5	1	4		
Aspirante	1	2	-1		
Técnico Superior	5	3	2		
Informático	1		1		
Assistente Técnico	1	3	-2		
Assistente Operacional		1	-1		
Sargento-Mor		14	-14		
Sargento-Chefe		2	-2		
Sargento-Ajudante		2	-2		
Primeiro Sargento	1		1		
Segundo Sargento			0		
Furriel			0		
Cabo	2	2	0		
Cabo Adjunto			0		
Primeiro Cabo		1	-1		
Segundo Cabo			0		
2º Marinheiro			0		
1º Marinheiro			0		
Soldado e Cabo da GNR			0		
Soldado	1	1	0		
Outros			0		
Total	26	49	-23	0	0

Rotatividade de Efectivos



Taxa de Cobertura Entradas/Saídas (%)



BALANÇO SOCIAL 2012

Dados retrospectivos

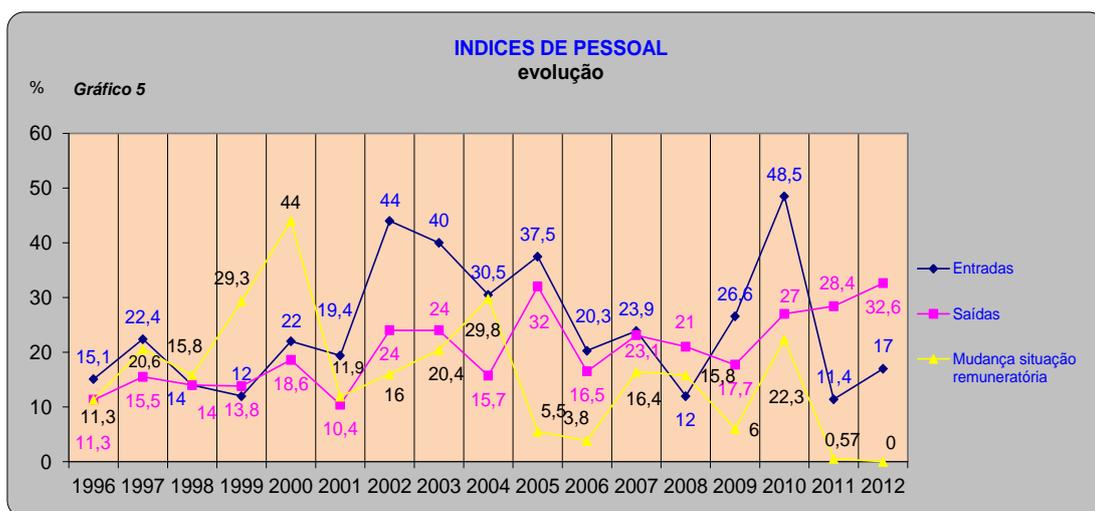
Rotatividade de efetivos		Taxa de cobertura	
2010	2011	2010	2011
0,71	0,64	179%	40%

Verificou-se menor mobilidade de entradas/saídas durante o ano, em relação a 2011. No ano de 2012 o **índice de entradas** foi de **17%** (+6%) e o **índice de saídas** de **32%** (+4%) (gráfico 5 e anexo 1, quadros 7, 8 e 9).

Relativamente às 26 admissões, por “procedimento concursal” entraram 1 técnico superior e 1 informático. Através de “cedência de interesse público” 1 técnico superior. Em “comissão de serviço” 2 dirigentes intermédios e 2 técnicos superiores. Em “outras situações” 1 assistente técnico e 18 militares. Entraram 8 civis e 18 militares.

Segundo o motivo da saída dos 49 trabalhadores foram as seguintes as modalidades (anexo 1, quadros 8 e 9): cessação da comissão de serviço (5 dirigentes intermédios e 1 técnico superior), mobilidade interna (2 técnicos superiores e 1 assistente técnico), reforma (1 assistente operacional), morte (1 militar) e outros motivos (2 assistentes técnicos e 36 militares). Saíram 9 civis e 40 militares.

O **índice de “mudança de situação remuneratória”**¹ em 2012 foi nulo (gráfico 5 e anexo 1, quadro 11).



¹ Inclui promoções, alteração de posicionamento remuneratório (obrigatória e gestionária) e outros.

BALANÇO SOCIAL 2012

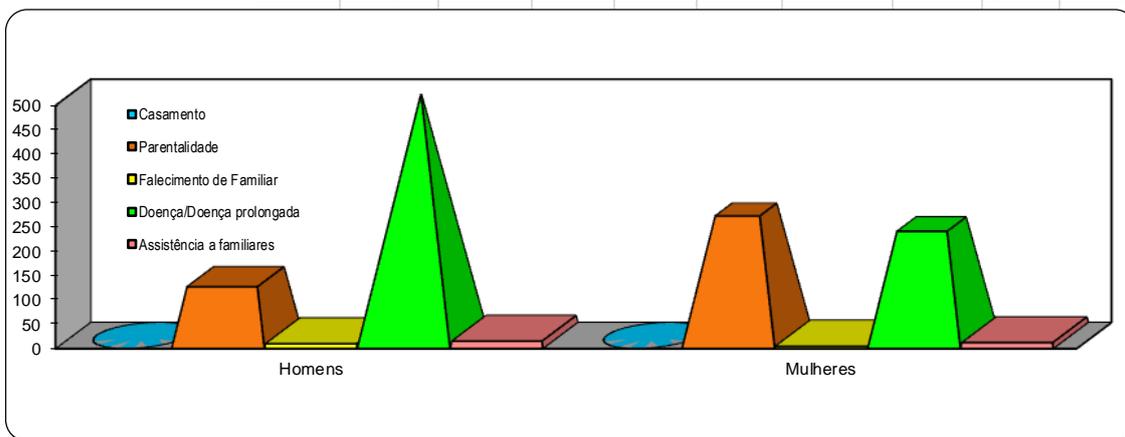
ASSIDUIDADE

Em 2012 a **taxa de absentismo** na Direção-Geral foi de **3,7%**, menos 0,5% do que a assinalada em 2011 (fig. 5 e gráfico 6). Nos homens registou-se um absentismo de 3,6% e nas mulheres 3,9%. As faltas por “doença ou doença prolongada” (58,5%) e “parentalidade” (29,6%) continuam a contribuir significativamente para esta taxa (fig. 5 e anexo 1, quadro 15). O **índice de presença** foi de **96,3%**.

Não se verificaram faltas injustificadas nem o cumprimento de penas disciplinares.

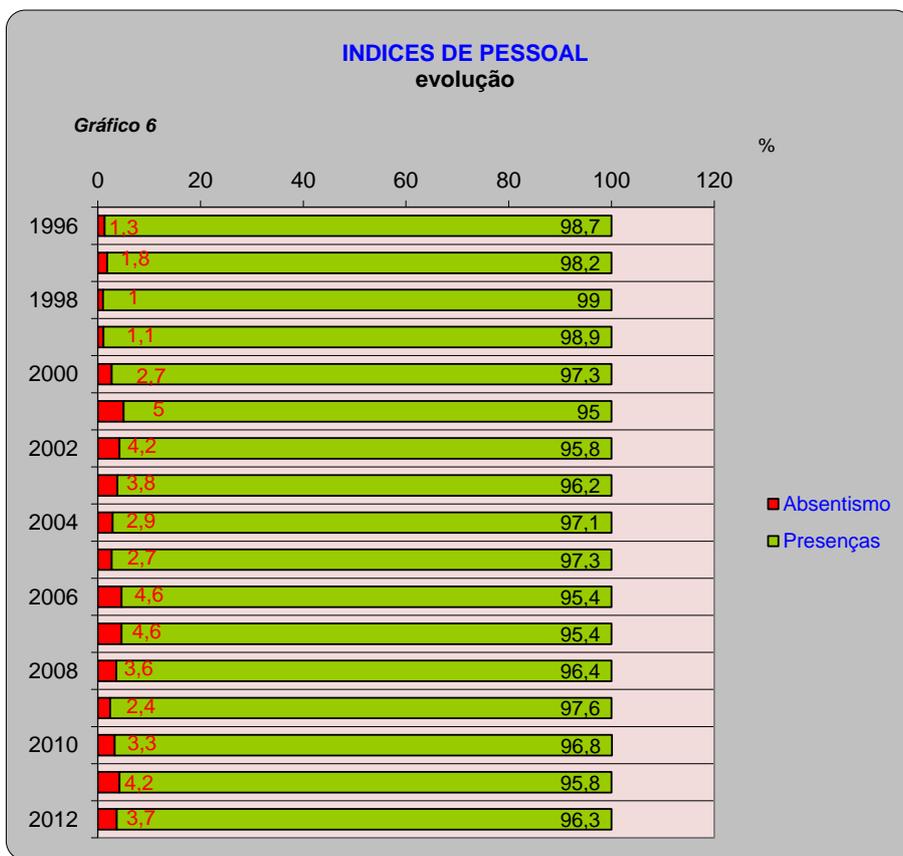
**Figura 5
Assiduidade**

Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	0,0%
Parentalidade	121	31,8%	259	68,2%	380	29,6%
Falecimento de Familiar	10	66,7%	5	33,3%	15	1,2%
Doença/Doença prolongada	497	68,5%	229	31,5%	726	56,5%
Assistência a familiares	15	55,6%	12	44,4%	27	2,1%
Outras	69	50,4%	68	49,6%	137	10,7%
Total de dias de Faltas [DF]	712	55,4%	573	44,6%	1285	100,0%
Nº Trabalhadores com faltas	37	41,1%	53	58,9%	90	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	88	57,5%	65	42,5%	153	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*226)	19.888	57,5%	14.690	42,5%	34.578	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	3,6%		3,9%		3,7%	





BALANÇO SOCIAL 2012

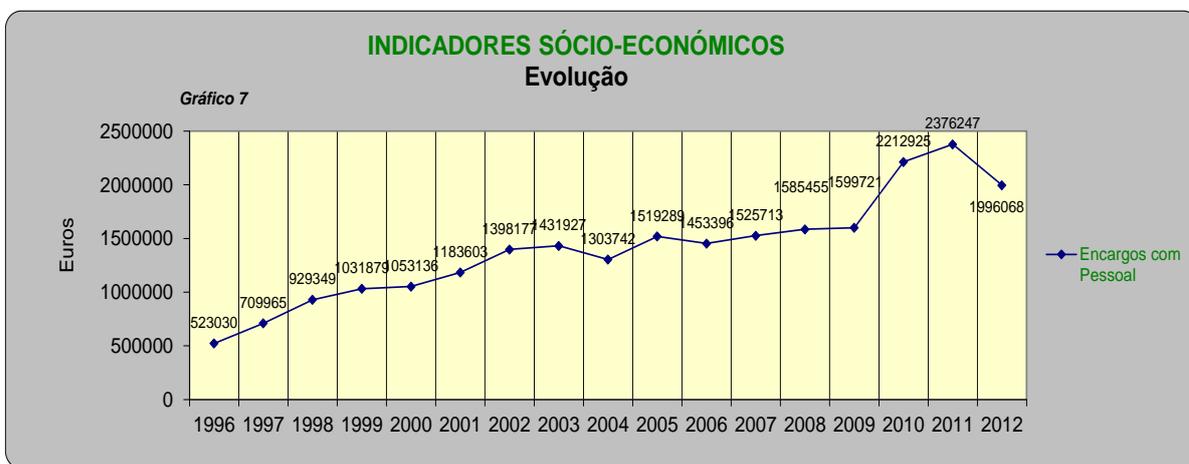




BALANÇO SOCIAL 2012

ENCARGOS COM PESSOAL E PRESTAÇÕES SOCIAIS

Durante o ano 2012 reduziu-se o total de **encargos com pessoal** no valor de 380.179€ (-16%) (gráfico 7 e anexo 1, quadro 18). Contribuiu para esta redução as despesas com salários, suplementos, prestações sociais e benefícios sociais. Estes encargos englobam itens como a “remuneração base”, “suplementos remuneratórios”, “prémios de desempenho”, “prestações sociais” e “benefícios sociais”.



A **taxa de encargos sociais** foi de **24,7%**, semelhante a 2011 (anexo 1, quadro 18).

Dados retrospectivos

Taxa encargos sociais	
2010	2011
12,6%	24,5%



BALANÇO SOCIAL 2012

Agrupando custos referentes a “subsídios no âmbito da proteção da parentalidade”, “abono de família”, “subsídio de refeição” e “outras prestações sociais”, os encargos com as **prestações sociais** tiveram uma diminuição de 62.330€ (-15%) (gráfico 8 e anexo 1, quadro 18.2).



BALANÇO SOCIAL 2012

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A DGPRM continuou a dar cumprimento à Resolução de Conselho de Ministros n.º 89/2010 de 17 de novembro que traça linhas orientadoras para que fosse elaborado um plano de ação para a formação profissional de trabalhadores da Administração Pública no período compreendido entre 2011 e 2013. Em sede de QUAR, a meta da formação foi considerada critério de avaliação de desempenho do serviço, tendo que ser cumprido 1/3 de formação do universo de trabalhadores da Direção-Geral, o qual foi superado.

Reafirma-se ainda que a política de formação desenvolvida tem tido como objetivo constituir uma mais-valia para o serviço e trabalhadores, possibilitando alcançar dois objetivos essenciais e complementares: colmatar as necessidades formativas da Direção-Geral e facultar o desenvolvimento pessoal e profissional do pessoal.

O **índice de participação** foi de **59%** (+ 3%). Foram frequentadas 152 ações de formação externa (fig. 6, anexo 1, quadros 27 e 28) e 90 o nº de participantes (42 homens – 46,6%; e 48 mulheres – 53,4%)

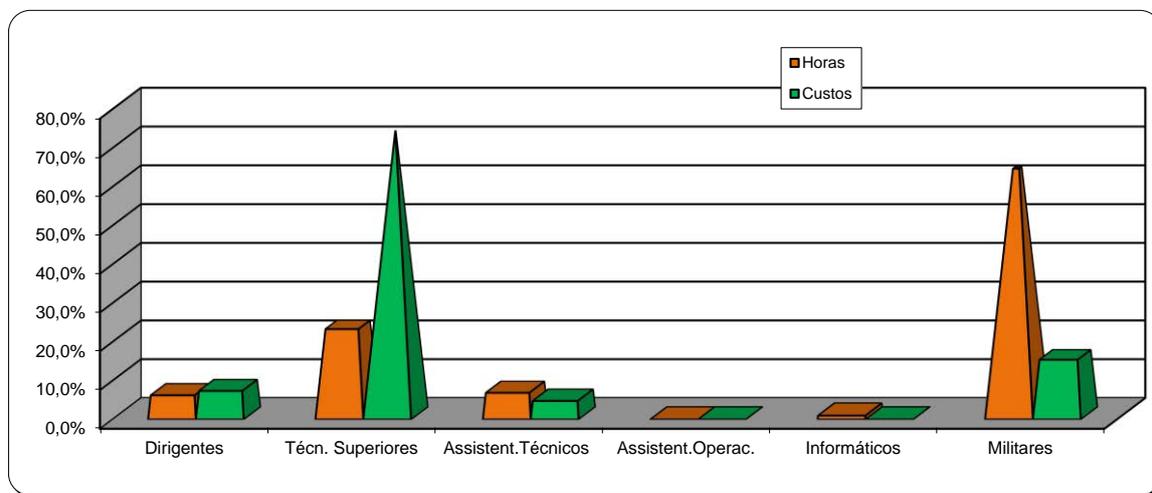


Figura 6
Formação
Profissional

Carreira	Participantes		Cursos frequentados	Horas		Custos	
Dirigentes	9	10,0%		584	6,1%	540	7,2%
Técn. Superiores	21	23,3%		2181	22,8%	5460	73,0%
Assistent.Técnicos	8	8,9%		644	6,7%	350	4,7%
Assistent.Operac.	0	0,0%		0	0,0%	0	0,0%
Informáticos	1	1,1%		95	1,0%	0	0,0%
Militares	51	56,7%		6047	63,3%	1128	15,1%
Total	90	100,0%	152	9.551	100,0%	7.478	100,0%

BALANÇO SOCIAL 2012

No que respeita à distribuição de horas de formação pelas carreias, sobressaem primeiro os militares (63,3%), seguido dos técnicos-superiores (22,8%) e dos assistentes técnicos (6,7%).

Nos encargos destacam-se os técnicos superiores (73%), os militares (15,1%) e os dirigentes (7,2%).



Relativamente a 2011 o número absoluto de horas aumentou expressivamente (+6.785 h). Ressalva-se que o custo total com a formação baixou significativamente -72 % (-19.275 €) (Gráfico 10). Tal facto explica-se por parte dos encargos terem sido suportados ainda em 2011 e os trabalhadores só terem frequentado por razões de oportunidade/disponibilidade esses cursos em 2012.

Assim, a **taxa de investimento em formação (0,37%)** para o ano em análise decresceu (- 0,73%).



BALANÇO SOCIAL 2012

INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS
Evolução

Gráfico 10



O número de ações por grupos de pessoal caracterizou-se da forma seguinte: primeiro, militares (50), seguido por técnicos superiores (22), dirigentes (9), assistente técnico (8) e informáticos (1) (anexo 1, quadro 28).

BALANÇO SOCIAL 2012

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGPRMCaracterização do **perfil profissional do pessoal da DGPRM:**

- Grupo de pessoal – militar (53%);
- Grupos profissionais (dominância) – militar (51,6%) e técnico superior (24%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (66%);
- Sexo – masculino (57,5%);
- Idade – média 38 anos e meio
(grupo etário dominante 25 a 29 anos);



- Antiguidade na FP – 12 anos (média);
- Habilitações – formação superior (72%);
- Assiduidade – 8,4 dias/faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 62,4 h (média horas de formação/trabalhador).



ANEXO 1

Mapas previstos no Decreto-Lei 190/96 de 9 de Outubro
(modelo da DGAEP)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2012

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 85240000

Ministério: Defesa Nacional

Serviço / Entidade: Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2012 176

Em 31 de Dezembro de 2012 153

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2012 indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2012 na folha "Criterio"

Contato(s) do(s) responsável(is) pelo preenchimento

Nome Dr. António João Costa Santos Coelho

Tel: 213038647

E-mail: antonio.coelho@defesa.pt

Data 15 de Fevereiro de 2013

BALANÇO SOCIAL 2012

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem das acções de formação profissional realizadas durante o ano por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante ano por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																								0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1									1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																								0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)															1	2								1	2	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)															4	3								4	3	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																1								0	1	1
Técnico Superior									15	22														15	22	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									4	11														4	11	15
Assistente operacional, operário, auxiliar									4	2														4	2	6
Aprendizes e praticantes																								0	0	0
Informático									4															4	0	4
Magistrado																								0	0	0
Diplomata																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																								0	0	0
Pessoal de Inspeção																								0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																								0	0	0
Docente Ensino Universitário																								0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																								0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																								0	0	0
Médico																								0	0	0
Enfermeiro																								0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																								0	0	0
Técnico Superior de Saúde																								0	0	0
Chefia Tributária																								0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0
Pessoal Aduaneiro																								0	0	0
Conservador e Notário																								0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																								0	0	0
Oficial de Justiça																								0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			13								27	20												40	20	60

Forças Armadas - Sargento b)			10	1																	10	1	11
Forças Armadas - Praça b)			1						4	3											5	3	8
Polícia Judiciária																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																					0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																					0	0	0
Guarda Prisional																					0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																					0	0	0
Bombeiro																					0	0	0
Polícia Municipal																					0	0	0
Total	0	0	24	1	0	0	0	0	27	35	31	23	0	0	6	6	0						

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0
Dirigente superior de 1º grau a)																	1									1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																										0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)													1					1		1						1	2	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)										1		2		1	1		2									4	3	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																										0	1	1
Técnico Superior								4	7	2	6	2	3	5	1		3	2	2							15	22	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo								1	3	3	2		2		1		2		1							4	11	15
Assistente operacional, operário, auxiliar								1				2							1	1		1				4	2	6
Aprendizes e praticantes																										0	0	0
Informático										2		1						1								4	0	4
Magistrado																										0	0	0
Diplomata																										0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																										0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																										0	0	0
Pessoal de Inspeção																										0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																										0	0	0
Docente Ensino Universitário																										0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																										0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																										0	0	0
Médico																										0	0	0
Enfermeiro																										0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																										0	0	0
Técnico Superior de Saúde																										0	0	0
Chefia Tributária																										0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																										0	0	0
Pessoal Aduaneiro																										0	0	0
Conservador e Notário																										0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																										0	0	0
Oficial de Justiça																										0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)				4	3	20	14	3	3					2		6		4		1						40	20	60
Forças Armadas - Sargento b)								1			1			1		7		1								10	1	11
Forças Armadas - Praça b)				2	1	2	2									1										5	3	8
Polícia Judiciária																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																										0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																										0	0	0

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																1			1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																			0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)											1			1		1			1	2	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)	1						3			1		2							4	3	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)								1											0	1	1
Técnico Superior	1	8	2	3	3	2	5	3	2	1	2	3				2			15	22	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1	2				3	2	2			1	1		1		2			4	11	15
Assistente operacional, operário, auxiliar					1		1	1	1	1							1		4	2	6
Aprendizes e praticantes																			0	0	0
Informático							3									1			4	0	4
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Docente Ensino Universitário																			0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0

Forças Armadas - Oficial b)	26	20	1				1		1			7		3		1		40	20	60	
Forças Armadas - Sargento b)					1			1		3		5		1				10	1	11	
Forças Armadas - Praça b)	4	3										1						5	3	8	
Polícia Judiciária																		0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial																		0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																		0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																		0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																		0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																		0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda																		0	0	0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras																		0	0	0	
Guarda Prisional																		0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)																		0	0	0	
Bombeiro																		0	0	0	
Polícia Municipal																		0	0	0	
Total	33	33	3	3	5	5	15	8	4	3	7	6	13	2	6	5	2	0	88	65	153

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																						0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1							1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																						0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)															1	2						1	2	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)															4	3						4	3	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)												1										0	1	1
Técnico Superior															13	21	1	1	1			15	22	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											4	11										4	11	15
Assistente operacional, operário, auxiliar			1	2	1				1		1											4	2	6
Aprendizes e praticantes																						0	0	0
Informático											3				1							4	0	4
Magistrado																						0	0	0
Diplomata																						0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																						0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																						0	0	0
Pessoal de Inspeção																						0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																						0	0	0
Docente Ensino Universitário																						0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																						0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																						0	0	0
Médico																						0	0	0
Enfermeiro																						0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																						0	0	0
Técnico Superior de Saúde																						0	0	0
Chefia Tributária																						0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																						0	0	0
Pessoal Aduaneiro																						0	0	0
Conservador e Notário																						0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																						0	0	0
Oficial de Justiça																						0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)															38	20			2			40	20	60
Forças Armadas - Sargento b)							1				9	1										10	1	11
Forças Armadas - Praça b)							1		1		3	2				1						5	3	8
Polícia Judiciária																						0	0	0

Polícia de Segurança Pública - Oficial																					0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	1	2	1	0	2	0	2	0	20	15	0	0	58	47	1	1	3	0	88	65	153	

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																						0	0	0
Avença																						0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 2

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Int. de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																										0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0
Técnico Superior													2	1				1									2	2	4
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																	1										0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar																											0	0	0
Aprendizes e praticantes																											0	0	0
Informático																		1									1	0	1
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Docente Ensino Universitário																											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Técnico Superior de Saúde																											0	0	0
Chefia Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																											0	0	0
Polícia Judiciária																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																											0	0	0

Guarda Prisional																									0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)																										0	0	0
Bombeiro																										0	0	0
Polícia Municipal																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3	3	6

Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																										0	0	0
Avença																										0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:
Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade interna		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)									1						1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)									1						1	0	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior	1			1					3						4	1	5
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo													1		0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar															0	0	0
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático	1														1	0	1
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0

Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)												9	4		9	4	13
Forças Armadas - Sargento b)												1			1	0	1
Forças Armadas - Praça b)												3			3	0	3
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	2	0	0	1	0	0	0	0	5	0	0	0	13	5	20	6	26

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade interna		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																							0	0	0	
Dirigente superior de 2º grau a)																			1				1	0	1	
Dirigente intermédio de 1º grau a)																			3				3	0	3	
Dirigente intermédio de 2º grau a)																			1				1	0	1	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0	
Técnico Superior																2			1				1	2	3	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo															1						2		2	1	3	
Assistente operacional, operário, auxiliar				1																			0	1	1	
Aprendizes e praticantes																							0	0	0	
Informático																							0	0	0	
Magistrado																							0	0	0	
Diplomata																							0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																							0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																							0	0	0	
Pessoal de Inspeção																							0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0	
Docente Ensino Universitário																							0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0	
Médico																							0	0	0	
Enfermeiro																							0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0	
Chefia Tributária																							0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0	
Conservador e Notário																							0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0	
Oficial de Justiça																							0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)																						10		10	0	10
Forças Armadas - Sargento b)		1																				17		18	0	18
Forças Armadas - Praça b)																						3		3	0	3
Polícia Judiciária																							0	0	0	

Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
Total	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	6	0	32	0	39	4	43

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 10º da LVCR e em Comissão de Serviço;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade interna		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																														0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																														0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																														0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)																														0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																														0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																														0	0	0
Técnico Superior																														0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																														0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																														0	0	0
Aprendizes e praticantes																														0	0	0
Informático																														0	0	0
Magistrado																														0	0	0
Diplomata																														0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																														0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																														0	0	0
Pessoal de Inspeção																														0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																														0	0	0
Docente Ensino Universitário																														0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																														0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																														0	0	0
Médico																														0	0	0
Enfermeiro																														0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																														0	0	0
Técnico Superior de Saúde																														0	0	0
Chefia Tributária																														0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																														0	0	0
Pessoal Aduaneiro																														0	0	0
Conservador e Notário																														0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																														0	0	0
Oficial de Justiça																														0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																														2	3	5
Forças Armadas - Sargento b)																														0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																														1	0	1
Polícia Judiciária																														0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																														0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																														0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																														0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																														0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																														0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																														0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																														0	0	0
Guarda Prisional																														0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																														0	0	0
Bombeiro																														0	0	0

Polícia Municipal																											0	0	0		
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	2	4	6

NOTAS:
 Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n° 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei n° 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior						0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	0	0	0

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior								2			2	0	2
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar											0	0	0
Aprendizes e praticantes											0	0	0
Informático								1			1	0	1
Magistrado											0	0	0
Diplomata											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional											0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico											0	0	0

Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0	
Bombeiro											0	0	0	
Polícia Municipal											0	0	0	
Total		0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	0	3

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12-A/2008;

(3) - Artigo 64º da Lei 12-A/2008;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)													1		1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)													1	2	1	2	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)													4	3	4	3	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)														1	0	1	1
Técnico Superior			13	18			2	4							15	22	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			2	9				2			2				4	11	15
Assistente operacional, operário, auxiliar			4	0				2							4	2	6
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático			4												4	0	4
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0

Oficial de Justiça															0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)			40	20											40	20	60	
Forças Armadas - Sargento b)			10	1											10	1	11	
Forças Armadas - Praça b)			5	2							1				5	3	8	
Polícia Judiciária															0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0	
Guarda Prisional															0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0	
Bombeiro															0	0	0	
Polícia Municipal															0	0	0	
Total		0	0	78	50	0	0	2	8	0	0	2	1	6	6	88	65	153

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo										TOTAL		Total
							Semana de 4 dias (D.L. 325/99)		Regime especial (D.L. 324/99)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M	F	
	35 horas		42 horas		28 horas		17 h 30'		células abertas para indicar n° horas/semana		células abertas para indicar n° horas/semana								
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F					
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																	0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	1																1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																	0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)	1	2															1	2	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)	4	3															4	3	7
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)		1															0	1	1
Técnico Superior	13	18			2	4											15	22	37
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	2	9			2	2											4	11	15
Assistente operacional, operário, auxiliar	4	0				2											4	2	6
Aprendizes e praticantes																	0	0	0
Informático	4																4	0	4
Magistrado																	0	0	0
Diplomata																	0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																	0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																	0	0	0
Pessoal de Inspeção																	0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																	0	0	0
Docente Ensino Universitário																	0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																	0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																	0	0	0
Médico																	0	0	0
Enfermeiro																	0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																	0	0	0
Técnico Superior de Saúde																	0	0	0
Chefia Tributária																	0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																	0	0	0
Pessoal Aduaneiro																	0	0	0
Conservador e Notário																	0	0	0

Oficial dos Registos e do Notariado																0	0	0
Oficial de Justiça																0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)	40	20														40	20	60
Forças Armadas - Sargento b)	10	1														10	1	11
Forças Armadas - Praça b)	5	3														5	3	8
Polícia Judiciária																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																0	0	0
Guarda Prisional																0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																0	0	0
Bombeiro																0	0	0
Polícia Municipal																0	0	0
Total	84	57	0	0	4	8	0	88	65	153								

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o **número de trabalhadores** que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial (art.º 142.º da Lei nº 59/2008) ou regime especial (art.º 12.º do DL nº259/98): indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	2116:30				165:00						2281:30	0:00	2281:30
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático											0:00	0:00	0:00
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00
Total	2116:30	0:00	0:00	0:00	165:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	2281:30	0:00	2281:30

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho extraordinário diurno e nocturno só contempla o trabalho extraordinário efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno extraordinário" neste quadro deve-se considerar o

trabalho extraordinário efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 1º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 2º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																											0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0,0	8,0	8,0
Técnico Superior			81,0	150,0		3,0	392,0	51,0				12,0		4,0		6,0											473,0	226,0	699,0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				109,0		1,0	11,0	10,0					68,0	25,0		3,0									1,0	1,0	80,0	149,0	229,0
Assistente operacional, operário, auxiliar						1,0	4,0	86,0																			4,0	87,0	91,0
Aprendizes e praticantes																											0,0	0,0	0,0
Informático							3,0																				3,0	0,0	3,0
Magistrado																											0,0	0,0	0,0
Diplomata																											0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																											0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0,0	0,0	0,0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0,0	0,0	0,0
Médico																											0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																											0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																											0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																											0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																											0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																											0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)			40,0		10,0		87,0	74,0			15,0					2,0											152,0	76,0	228,0
Forças Armadas - Sargento b)																											0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Praça b)														27,0													0,0	27,0	27,0
Polícia Judiciária																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0,0	0,0	0,0

Guarda Nacional Republicana - Guarda																									0,0	0,0	0,0		
Serviço Estrangeiros Fronteiras																										0,0	0,0	0,0	
Guarda Prisional																										0,0	0,0	0,0	
Outro Pessoal de Segurança c)																										0,0	0,0	0,0	
Bombeiro																										0,0	0,0	0,0	
Polícia Municipal																										0,0	0,0	0,0	
Total	0,0	0,0	121,0	259,0	10,0	5,0	497,0	229,0	0,0	0,0	15,0	12,0	68,0	56,0	0,0	11,0	0,0	1,0	1,0	712,0	573,0	1.285,0							

NOTAS:

Considerar o total de dias completos de ausência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N° de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	1	2	3
501-1000 €	9	9	18
1001-1250 €		9	9
1251-1500 €	1	2	3
1501-1750 €	10	11	21
1751-2000€		1	1
2001-2250 €	1		1
2251-2500 €	6	5	11
2501-2750 €	2	2	4
2751-3000 €		1	1
3001-3250 €			0
3251-3500 €	1		1
3501-3750 €			0
3751-4000 €	1		1
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	32	42	74

NOTAS:

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	485,00 €	485,00 €
Máxima (€)	3.828,04 €	2.926,14 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	1.432.671,37 €
Suplementos remuneratórios	205.997,01 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	353.722,46 €
Benefícios sociais	3.677,08 €
Outros encargos com pessoal	
Total	1.996.067,92 €

Nota:

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	7.266,23 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	2.515,63 €
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	160.268,99 €
Representação	35.946,16 €
Secretariado	
Outros suplementos remuneratórios	
Total	205.997,01 €

Nota:

(*) - se não incluído em trabalho extraordinário (diurno e nocturno).

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	576,87 €
Abono de família	1.630,92 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	72.978,57 €
Outras prestações sociais	278.536,10 €
Total	353.722,46 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	3.677,08 €
Total	3.677,08 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	0

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	0	0,00 €
Exames de admissão		
Exames periódicos		
Exames ocasionais e complementares		
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina no trabalho		
Visitas aos postos de trabalho		

Nota:

Incluir nas despesas com medicina no trabalho as relativas a medicamentos e vencimentos de pessoal afecto.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	
Visitas aos locais de trabalho	
Outras	

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Nota:

- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho
- (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
- (c) Encargos na formação, informação e consulta
- (d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos factores de risco.

QUADRO 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	0	0	0	0	0
Externas	40	33	71	8	152
Total	40	33	71	8	152

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

QUADRO 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)		5	5	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)		10	10	5
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)		1	1	1
Técnico Superior		45	45	21
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		9	9	8
Assistente operacional, operário, auxiliar			0	
Aprendizes e praticantes			0	
Informático		3	3	1
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	

Forças Armadas - Oficial b)		67	67	42
Forças Armadas - Sargento b)		7	7	6
Forças Armadas - Praça b)		5	5	3
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	0	152	152	90

Totais devem ser iguais aos do Q. 27

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º

(**) - Considerar o total de trabalhadores

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

QUADRO 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dispendidas	Horas	Horas dispendidas em acções internas	Horas dispendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00
Dirigente superior de 2º grau a)				0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)			184:00	184:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)			375:00	375:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			25:00	25:00
Técnico Superior			2181:00	2181:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			644:00	644:00
Assistente operacional, operário, auxiliar				0:00
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático			95:00	95:00
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00
Pessoal de Investigação Científica				0:00
Docente Ensino Universitário				0:00

Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)		5591:00	5591:00
Forças Armadas - Sargento b)		206:00	206:00
Forças Armadas - Praça b)		250:00	250:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

QUADRO 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	7.478,00 €
Total	7.478,00 €

Notas:

Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	1
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas



ANEXO 2

Índices de Pessoal



BALANÇO SOCIAL 2012

ÍNDICES DE PESSOAL UTILIZADOS NO BALANÇO SOCIAL DA DGPRM

índice de enquadramento (pessoal dirigente / total de efectivos x 100)

taxa de feminização (Nº de efectivos do sexo feminino / total de efectivos x 100)

índice de tecnicidade - sentido lato (grupo de pessoal técnico superior + técnico + técnico profissionais + informáticos + militares equiparados / efectivos globais, x 100)

taxa de emprego jovem (total efectivos < 25 anos / efectivos globais, x 100)

taxa de envelhecimento (total efectivos => 55 anos / efectivos globais, x 100)

índice de formação superior (curso sup. + bachar. + lic. / total de efectivos x 100)

índice de entradas (Nº de entradas / total de efectivos x 100)

índice de saídas (Nº de saídas / total de efectivos x 100)

índice de rotatividade ou "turn-over" – a rotação máxima de efectivos equivale ao índice 0 e a rotação nula ao índice 1 (efectivo final a 31 Dez / efectivo inicial a 1 Jan + entradas + saídas)

taxa de cobertura – compensação entradas/saídas (total de admissões / total de saídas, x 100)

índice de promoção/progressão (promoções + progressões / total de efectivos, x 100)

taxa de absentismo (total dias de ausência / 223 dias úteis x efectivos, x 100)

índice de presença (Nº de dias trabalhados*/224 dias úteis x efectivos, x 100)

* Dias trabalhados = dias de trabalho ou trabalháveis x efectivos – ausências (acidentes de trabalho + por conta do período de férias + greve + actividade sindical)

taxa de encargos sociais (total encargos com prestações sociais / total encargo remuneração base, x 100)

índice de participação na formação interna/externa (Nº de participantes em acções / total de efectivos, x 100)

taxa de investimento na formação (total despesa em formação / total encargos com pessoal, x 100)

Fonte: DGAEP

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
Av. Ilha da Madeira, 1 - 4º piso
1400-204 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 300 41 00, +351 21 302 72 00 FAX + 351 21 301 30 37
EMAIL dgprm.geral@defesa.pt URL: <http://www.mdn.gov.pt>



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa (DGPRM)

Entidade: DGPRM
 Exercício: 2012
 Período da Gerência: 01-01-2012 a 31-12-2012
 Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica (1)	Classificação Funcional (2)	Fonte Financiamento (3)	Actividade (4)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (7)	Cativos ou Congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (16)=(12)/(7)x100
				Código (5)	Descrição (6)				Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	1.319.206,00		1.270.333,34	1.270.333,34		1.270.333,34	48.872,66	48.872,66		96,30
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	355,00		351,80	351,80		351,80	3,20	3,20		99,10
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	259.903,00		122.249,90	122.249,90		122.249,90	137.653,10	137.653,10		47,04
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.10	Gratificações	2.799,00						2.799,00	2.799,00		
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.11	Representação	46.879,00		35.946,16	35.946,16		35.946,16	10.932,84	10.932,84		76,68
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.12	Suplementos e prémios	37.174,00		24.376,80	24.376,80		24.376,80	12.797,20	12.797,20		65,57
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.13	Subsídio de refeição	84.651,00		72.978,57	72.978,57		72.978,57	11.672,43	11.672,43		86,21
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	30.996,00		15.359,53	15.359,53		15.359,53	15.636,47	15.636,47		49,55
01.04.01	121	1.1.1	256	01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	500,00		377,69	377,69		377,69	122,31	122,31		75,54
01.04.01	121	1.1.1	256	01.02.02	Horas extraordinárias	16.000,00		7.266,23	7.266,23		7.266,23	8.733,77	8.733,77		45,41
01.04.01	121	1.1.1	256	01.02.04	Ajudas de custo	47.808,00		11.871,49	11.871,49		11.871,49	35.936,51	35.936,51		24,83
01.04.01	121	1.1.1	256	01.02.12	Indemnização por cessação funções	420,00		418,86	418,86		418,86	1,14	1,14		99,73
01.04.01	121	1.1.1	256	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	12.000,00		6.192,71	6.192,71		6.192,71	5.807,29	5.807,29		51,61
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.01.A0.00	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	31.125,00		31.108,04	31.108,04		31.108,04	16,96	16,96		99,95
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	2.400,00		1.630,92	1.630,92		1.630,92	769,08	769,08		67,96
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	168.453,00		153.438,27	153.438,27		153.438,27	15.014,73	15.014,73		91,09
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	93.989,00		93.989,79	93.989,79		93.989,79	3,21	3,21		100,00
01.04.01	121	1.1.1	256	01.03.10.P0	01.03.10.P0	580,00		576,87	576,87		576,87	3,13	3,13		99,46
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	23.000,00	4.600,00	12.088,33	12.088,33		12.088,33	6.311,67	6.311,67		52,56
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	500,00		428,75	428,75		428,75	71,25	71,25		85,75
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.08	Material de escritório	8.000,00	1.600,00	4.977,95	4.977,95		4.977,95	1.422,05	1.422,05		62,22
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.21	Outros bens	10.000,00	2.000,00	5.521,41	5.521,41		5.521,41	2.478,59	2.478,59		55,21
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.02	Limpeza e higiene	33.000,00	3.300,00	14.555,77	14.555,77		14.555,77	15.144,23	15.144,23		44,11
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	3.250,00	325,00	2.419,04	2.419,04		2.419,04	505,96	505,96		74,43
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	25.000,00	2.500,00	14.697,60	14.697,60		14.697,60	7.802,40	7.802,40		58,79
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	8.000,00	800,00	2.119,18	2.119,18		2.119,18	5.080,82	5.080,82		26,49
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	20.000,00	2.000,00	5.656,15	5.656,15		5.656,15	12.343,85	12.343,85		28,28
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.11	Representação dos serviços	2.225,00		724,90	724,90		724,90	1.500,10	1.500,10		32,58
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	1.000,00		703,76	703,76		703,76	296,24	296,24		70,38
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.13	Deslocações e estadas	28.000,00	11.400,00	11.652,47	11.652,47		11.652,47	4.947,53	4.947,53		41,62
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	20.000,00		7.130,00	7.130,00		7.130,00	12.870,00	12.870,00		35,65
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.19.B0.00	Software Informático	6.000,00						6.000,00	6.000,00		
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	14.000,00		12.038,71	12.038,71		12.038,71	1.961,29	1.961,29		85,99
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.20.C0.00	Outros	26.000,00	7.800,00	500,00	500,00		500,00	17.700,00	17.700,00		1,92
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.25	Outros serviços	46.023,00	13.807,00	2.024,80	2.024,80		2.024,80	30.191,20	30.191,20		4,40
01.04.01	121	1.1.1	256	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	13.000,00		12.963,65	12.963,65		12.963,65	36,35	36,35		99,72
01.04.01	121	1.1.1	256	06.02.03.R0.00	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras -Reserva	68.125,00	68.125,00								
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	6.000,00		5.651,25	5.651,25		5.651,25	348,75	348,75		94,19
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	2.000,00		1.254,60	1.254,60		1.254,60	745,40	745,40		62,73
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	5.131,00		532,48	532,48		532,48	4.598,52	4.598,52		10,38
Total.....						2.523.496,00	118.257,00	1.966.107,77	1.966.107,77	0,00	1.966.107,77	439.131,23	439.131,23	0,00	77,91

Lisboa, 13 de Março de 2013



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa (DSAAC)

Entidade: DGPRM
 Exercício: 2012
 Período da Gerência: 01-01-2012 a 31-12-2012
 Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica (1)	Classificação Funcional (2)	Fonte Financiamento (3)	Actividade (4)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (7)	Cativos ou Congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (16)=(12)/(7)x100
				Código (5)	Descrição (6)				Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
01.04.02	121	1.1.1	256	01.02.04	Ajudas de custo	945,00						945,00	945,00		
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.04	Limpeza e higiene	2.000,00		1.955,46	1.955,46		1.955,46	44,54	44,54		97,77
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.08	Material de escritório	4.000,00	800,00	1.910,78	1.910,78		1.910,78	1.289,22	1.289,22		47,77
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	4.000,00		2.294,33	2.294,33		2.294,33	1.705,67	1.705,67		57,36
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.15.A0.09	Prémios, condecorações e ofertas-Anos Anteriores	417,00		416,76	416,76		416,76	0,24	0,24		99,94
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.18	Livros e documentação técnica	500,00		251,00	251,00		251,00	249,00	249,00		50,20
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	250,00		221,40	221,40		221,40	28,60	28,60		88,56
01.04.02	121	1.1.1	256	02.01.21	Outros bens	4.000,00	800,00	1.070,16	1.070,16		1.070,16	2.129,84	2.129,84		26,75
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.01	Encargos das instalações	3.273,00	328,00					2.945,00	2.945,00		
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.03	Conservação de bens	10.000,00	1.000,00	8.983,92	8.983,92		8.983,92	16,08	16,08		89,84
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.06	Locação de material de transporte	10.000,00		3.430,10	3.430,10		3.430,10	6.569,90	6.569,90		34,30
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.08	Locação de outros bens	5.000,00		2.156,25	2.156,25		2.156,25	2.843,75	2.843,75		43,13
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	10.000,00	1.000,00	8.290,45	8.290,45		8.290,45	709,55	709,55		82,90
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	15.000,00	1.500,00	9.152,39	9.152,39		9.152,39	4.347,61	4.347,61		61,02
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	40.000,00	4.000,00	28.606,75	28.606,75		28.606,75	7.393,25	7.393,25		71,52
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.10	Transportes	1.000,00		25,50	25,50		25,50	974,50	974,50		2,55
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.11	Representação dos serviços	1.000,00		83,00	83,00		83,00	917,00	917,00		8,30
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.13	Deslocações e estadas	1.150,00	345,00	241,07	241,07		241,07	563,93	563,93		20,96
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.17	Publicidade	1.000,00	200,00	177,12	177,12		177,12	622,88	622,88		17,71
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.18	Vigilância e segurança	47.000,00						47.000,00	47.000,00		
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.20.C0.00	Outros	2.000,00	600,00	116,00	116,00		116,00	1.284,00	1.284,00		5,80
01.04.02	121	1.1.1	256	02.02.25	Outros serviços	4.000,00	1.200,00	375,23	375,23		375,23	2.424,77	2.424,77		9,38
01.04.02	121	1.1.1	256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	414.000,00		411.441,69	411.441,69		411.441,69	2.558,31	2.558,31		99,38
01.04.02	121	1.1.1	256	06.02.03	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras	250,00						250,00	250,00		
01.04.02	121	1.1.1	256	06.02.03.R0.00	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras -Reserva	4.147,00	4.147,00								
01.04.02	121	1.1.1	256	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	14.055,00		13.546,91	13.546,91		13.546,91	508,09	508,09		96,38
01.04.02	121	1.1.1	256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	1.000,00						1.000,00	1.000,00		
01.04.02	121	1.1.1	256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	5.000,00		416,00	416,00		416,00	4.584,00	4.584,00		8,32
Total.....						604.987,00	15.920,00	495.162,27	495.162,27	0,00	495.162,27	93.904,73	93.904,73	0,00	81,85

Lisboa, 13 de Março de 2013



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa (DDN)

Entidade: DGPRM
 Exercício: 2012
 Período da Gerência: 01-01-2012 a 31-12-2012
 Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica (1)	Classificação Funcional (2)	Fonte Financiamento (3)	Actividade (4)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (7)	Cativos ou Congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (16)=(12)/(7)x100
				Código (5)	Descrição (6)				Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
01.04.01	121	1.1.1	256	01.02.04	Ajudas de custo	150.672,00		148.397,50	148.397,50		148.397,50	2.274,50	2.274,50		98,49
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	15.000,00		3.931,29	3.931,29		3.931,29	11.068,71	11.068,71		26,21
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.08	Material de escritório	6.500,00		6.182,22	6.182,22		6.182,22	317,78	317,78		95,11
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	5.000,00		2.221,79	2.221,79		2.221,79	2.778,21	2.778,21		44,44
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000,00						1.000,00	1.000,00		
01.04.01	121	1.1.1	256	02.01.21	Outros bens	112.000,00		95.321,99	95.321,99		95.321,99	16.678,01	16.678,01		85,11
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.03	Conservação de bens	375.478,00		374.357,84	374.357,84		374.357,84	1.120,16	1.120,16		99,70
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.03.A0.09	Conservação de bens-Anos Anteriores	2.522,00		2.521,50	2.521,50		2.521,50	0,50	0,50		99,98
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.08	Locação de outros bens	7.800,00		3.887,00	3.887,00		3.887,00	3.913,00	3.913,00		49,83
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	15.000,00		10.320,75	10.320,75		10.320,75	4.679,25	4.679,25		68,81
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	20.000,00		1.297,59	1.297,59		1.297,59	18.702,41	18.702,41		6,49
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	11.000,00		538,98	538,98		538,98	10.461,02	10.461,02		4,90
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	50.000,00		16.138,06	16.138,06		16.138,06	33.861,94	33.861,94		32,28
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.10	Transportes	950.000,00		890.033,86	890.033,86		890.033,86	59.966,14	59.966,14		93,69
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	1.500,00						1.500,00	1.500,00		
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.13	Deslocações e estadas	156.097,00		83.323,30	83.323,30		83.323,30	72.773,70	72.773,70		53,38
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	30.000,00		4.500,00	4.500,00		4.500,00	25.500,00	25.500,00		15,00
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	10.000,00		348,00	348,00		348,00	9.652,00	9.652,00		3,48
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	10.000,00		4.044,49	4.044,49		4.044,49	5.955,51	5.955,51		40,44
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.20.C0.00	Outros	95.000,00		43.096,21	43.096,21		43.096,21	51.903,79	51.903,79		45,36
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.25	Outros serviços	10.000,00		3.184,92	3.184,92		3.184,92	6.815,08	6.815,08		31,85
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.07.A0.B0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	15.000,00		14.856,64	14.856,64		14.856,64	143,36	143,36		99,04
01.04.01	121	1.1.1	256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	10.000,00		9.913,39	9.913,39		9.913,39	86,61	86,61		99,13
Total.....						2.059.569,00	0,00	1.718.417,32	1.718.417,32	0,00	1.718.417,32	341.151,68	341.151,68	0,00	83,44

Lisboa, 13 de Março de 2013



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa (PALOPs)

Entidade: DGPRM
 Exercício: 2012
 Período da Gerência: 01-01-2012 a 31-12-2012
 Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica (1)	Classificação Funcional (2)	Fonte Financiamento (3)	Actividade (4)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (7)	Cativos ou Congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (16)=(12)/(7)x100
				Código (5)	Descrição (6)				Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.22	Serviços de saúde	130.000,00		129.842,91	129.842,91		129.842,91	157,09	157,09		99,88
01.04.01	121	1.1.1	256	02.02.25	Outros serviços	120.576,00		120.575,76	120.575,76		120.575,76	0,24	0,24		100,00
Total.....						250.576,00	0,00	250.418,67	250.418,67	0,00	250.418,67	157,33	157,33	0,00	99,94

Lisboa, 13 de Março de 2013

-
-
-
-



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

7.1 - Controlo Orçamental - Despesa (Propinas/incentivos)

Entidade: DGPRM
 Exercício: 2012
 Período da Gerência: 01-01-2012 a 31-12-2012
 Divisão: Todas

Unidade monetária: EURO

Classificação Orgânica (1)	Classificação Funcional (2)	Fonte Financiamento (3)	Actividade (4)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (7)	Cativos ou Congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (16)=(12)/(7)x100
				Código (5)	Descrição (6)				Ano (10)	Anos anteriores (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
01.04.01	121	1.1.1	256	05.08.03	Outras	147.546,00		147.545,52	146.508,32		146.508,32	0,48	1.037,68	1.037,20	99,30
<i>Total.....</i>						147.546,00	0,00	147.545,52	146.508,32	0,00	146.508,32	0,48	1.037,68	1.037,20	99,30

Lisboa, 13 de Março de 2013

-
-
-
-

Gestão Documental

Controlo de documentos produzidos e recebidos em 2012

Distribuição dos documentos internos produzidos*

DIR	DSRHDN	DSRASM	DSSASAC	GABGEP	DEPGR	GEPG/GAT	CEFDN	Outros
2	89	15	67	1	109	7	13	5

* Informações, pareceres, NI, e-mail oficiais ... (Não inclui Ofícios)

SUBTOTAL	308
-----------------	------------

- 35% (2011)

Distribuição dos Ofícios produzidos/saídos

DIR	DSRHDN	DSRASM	DSSASAC	GABGEP	DEPGR	GEPG/GAT	CEFDN	Outros
57	583	1793	15818	1	765	17	0	47

SUBTOTAL	19.081
-----------------	---------------

- 36% (2011)

Distribuição total dos documentos produzidos (internos/externos) por Classe Documental

ASSUNTOS COMUNS

01 Constituição, Organização e Regulamentação	3
02 Planeamento e Controlo	10
03 Comunicação e Relações Externas	4
04 Gestão da Informação	38
05 Modernização e Inovação	5
06 Recursos Humanos	492
07 Recursos Financeiros	285
08 Recursos Patrimoniais	76

ASSUNTOS ESPECÍFICOS

09 Antigos Combatentes	15730
10 Deveres e Efetivos Militares	896
11 Assuntos da Profissionalização das FA	459
12 Assuntos Estatutários	257
13 Assuntos do Serviço Militar	714
14 Qualificação e Formação	73
15 Vínculos, Carreiras e Remunerações	91
16 Saúde Militar	112
17 Assuntos Sociais	129
18 Educação Física e Desporto Militar	13
19 Segurança	2

TOTAL	19.389
--------------	---------------

- 36% (2011)

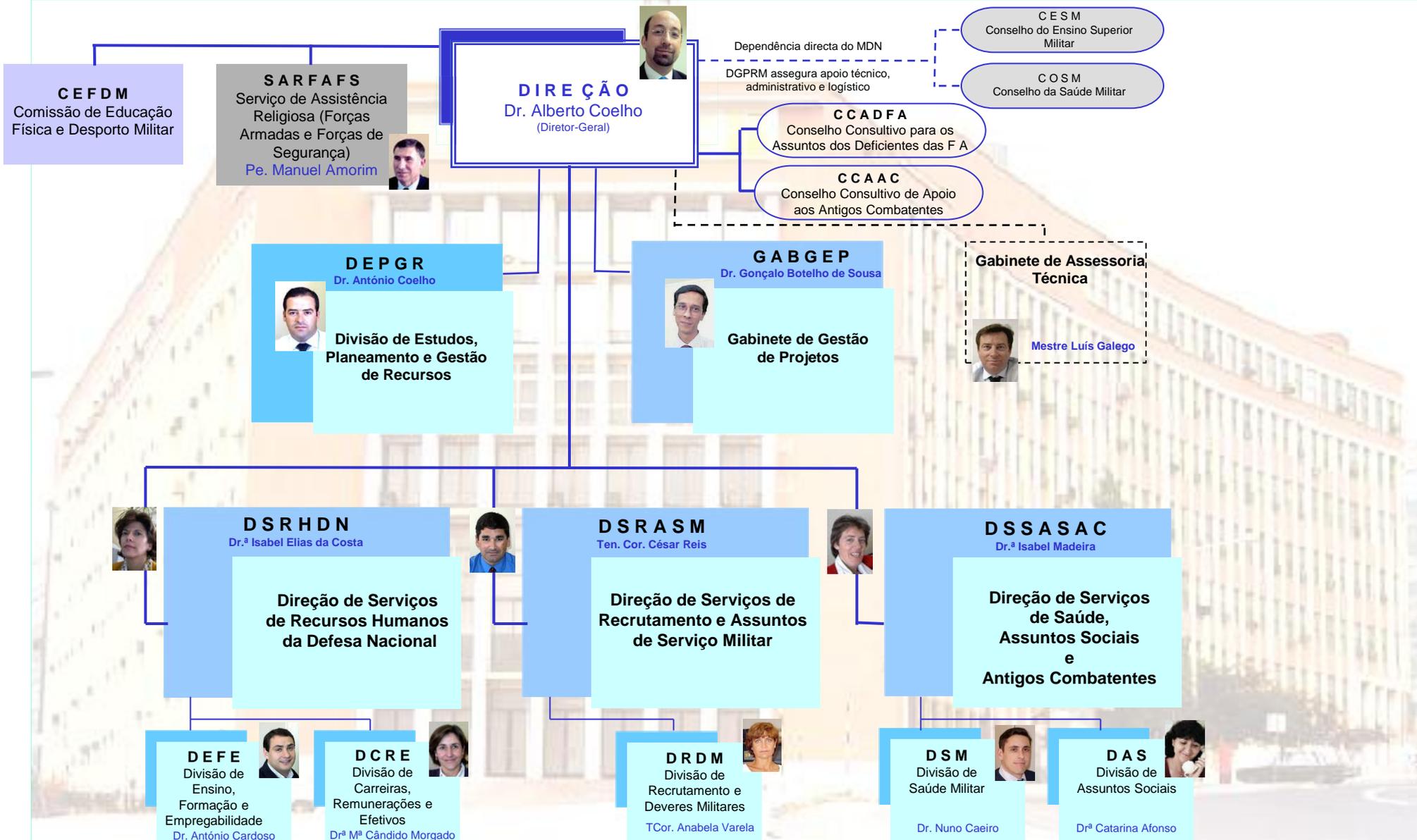
Distribuição dos documentos recebidos

DIR	DSRHDN	DSRASM	DSSAS	GABGEP	DEPGR	GEPG/GAT	CEFDN	Outros
30	965	10320	20516	0	1777	29	20	34

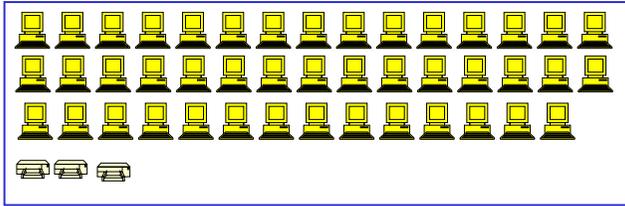
TOTAL	33.691
--------------	---------------

- 9% (2011)

Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar



Estrutura física da rede informática



DSSASAC + DSRASM/DAPSM (DDN +Loja Profissionalização + CIOFE) + Sala de formação
(Edifício Rua Braancamp nº 90)



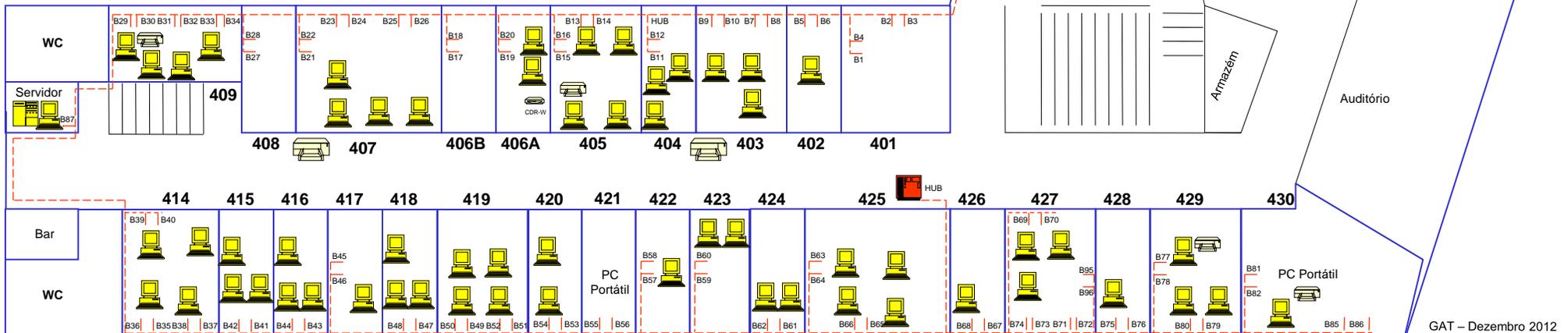
CEFDN + (DDN)
(Edifício PJM)

LEGENDA

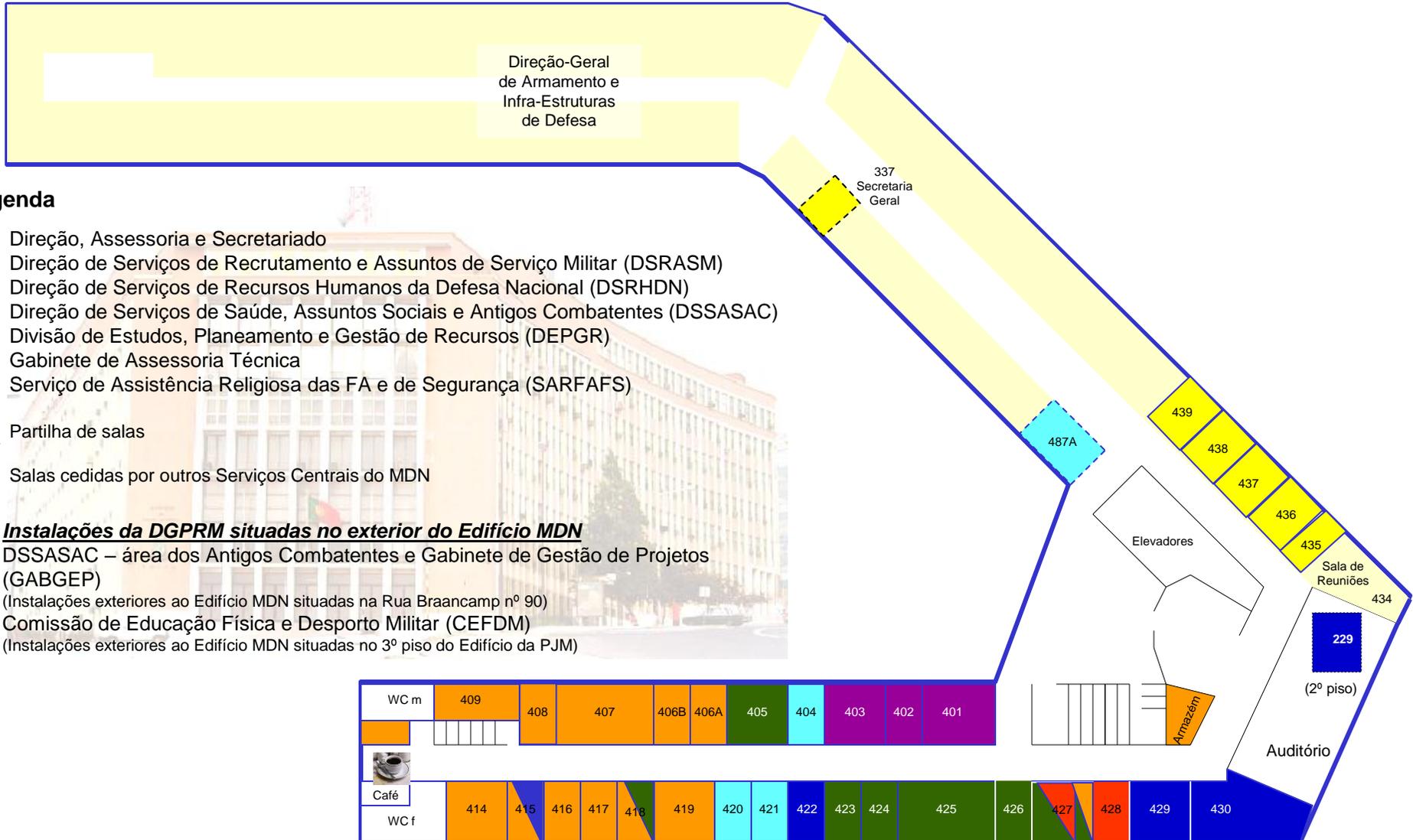
--- B25 --- Estrutura de Rede e saídas

Distribuição de equipamentos pelos Utilizadores

Total de computadores distribuídos – 123 (- 21% 2011)
Total de impressoras multifunções distribuídas – 8 (- 38% 2011)



Edifício MDN - 4º Piso
(Ala Oeste)



Legenda

- Direção, Assessoria e Secretariado
- Direção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar (DSRASM)
- Direção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional (DSRHDN)
- Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes (DSSASAC)
- Divisão de Estudos, Planeamento e Gestão de Recursos (DEPGR)
- Gabinete de Assessoria Técnica
- Serviço de Assistência Religiosa das FA e de Segurança (SARFAFS)
- Partilha de salas
- Salas cedidas por outros Serviços Centrais do MDN

Instalações da DGPRM situadas no exterior do Edifício MDN

DSSASAC – área dos Antigos Combatentes e Gabinete de Gestão de Projetos (GABGEP)

(Instalações exteriores ao Edifício MDN situadas na Rua Braancamp nº 90)

Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDM)

(Instalações exteriores ao Edifício MDN situadas no 3º piso do Edifício da PJM)

